

plural

revista de ciências sociais

USP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

v.23 n° 1 | ISSN 2176-8099 | primeiro semestre de 2016

revistas.usp.br/plural



plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA USP

23

Departamento de Sociologia
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Plural

Revista de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

Vice-Diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

Departamento de Sociologia

Chefe: Prof. Dr. Brasília João Sallum Júnior

Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Prof. Dr. Marcos César Alvarez

Equipe Editorial - Revista Plural v. 23, n. 1

Comissão Editorial

Alvaro A. Comin, Fernando Antônio Pinheiro Filho, Ricardo Mariano (editor responsável)

Comissão Executiva

Anouch Neves de Oliveira Kurkdjian, César de Lima Niemietz, Eduardo Gutierrez Cornelius, Ivo Paulino Soares, Natália Bittencourt Otto, Pedro Paulo Martins Serra, Rodrigo Correia do Amaral, Romulo Leles Lima, Ugo Urbano Casares Rivetti

Conselho Científico

Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloisa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Equipe Técnica

Diagramação: Diagrama Editorial

Revisão de texto: Comissão Executiva da *Plural*

Capa: Renato Castanhari, "Sem título" (2013)

Trabalhos e contato: <http://www.renatocastanhari.com/>

Diagramação da capa: Luiz Vicente Justino Jácomo

Financiamento: CAPES

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil

E-mail: plural@usp.br

Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>

Facebook: www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416

Publicação eletrônica semestral referente ao 1º semestre de 2016. Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 23, n. 1, 2016 (publicado em Julho de 2016)

ISSN: 2176-8099

1. Sociologia 2. Ciências Sociais

SUMÁRIO



Dossiê

“Desigualdades e relações raciais”

As múltiplas abordagens sobre a temática racial no Brasil 5
Márcia Lima

Negros candidatos e candidatas negras: partidos políticos e campanhas eleitorais na cidade de São Paulo após o fim do Estado Novo 9
Edilza Correia Sotero

“Globo, a gente se vê por aqui?” Diversidade racial nas telenovelas das últimas três décadas (1985 – 2014) 36
Luiz Augusto Campos e João Feres Júnior

Dinâmicas raciais no Brasil contemporâneo: uma revisão empírica 53
Stanley Bailey
Tradução de Eduardo Gutierrez

Entrevista

Classe, cor, raça e racialização na agenda das ciências sociais 75
Entrevista com Antonio Sérgio Alfredo Guimarães
Realizada por Flávia Rios, Matheus Gato e Edilza Sotero

Resenhas

A hipótese pigmentocrática 96
Benno Warken Alves

Reparações, direitos humanos e cidadania:
uma gramática para o conflito racial no Brasil? 102
Flávia Rios

Artigo

- O Brasil contemporâneo em dois romances de Chico Buarque 108
Leonardo Octavio Belinelli de Brito

Resenhas

- O que é *sindicalismo verde*? Reconfigurações da
luta de classes sob a crise ecológica do capitalismo 128
Luiz Enrique Vieira de Souza

- Repensando as relações raciais no Brasil: o estatuto da
igualdade racial e as suas implicações na luta antirracista 135
Joyce Amâncio de Aquino Alves

Tradução

- Aspectos aculturativos da festa do Divino Espírito Santo no Brasil 141
Emílio Willems
Tradução de Elio Roberto Pinto Santiago Filho

Lista de pareceristas *ad hoc*

- Lista de pareceristas *ad hoc* do volume 22 151

Negros candidatos e candidatas negras: partidos políticos e campanhas eleitorais na cidade de São Paulo após o fim do Estado Novo¹

Black candidates: political parties and political campaigns in São Paulo after the end of the Estado Novo

Edilza Correia Sotero^a

Resumo A abertura política após o fim do Estado Novo estimulou a organização e atuação de grupos com diversas demandas. No caso de ativistas negros, um dos cursos de ação para resolução de problemas relacionados à população negra visava a participação nas esferas de decisões do Estado, via política partidária. Em São Paulo, as estratégias de inserção política desenvolvidas por líderes do “meio negro” foram construídas com base no argumento de legitimidade de representação, em um momento que diferentes grupos políticos começavam a se valer de um discurso antirracista, centrado no combate ao “preconceito de cor”.

Palavras-chave: Representação política, “meio negro”, partidos políticos, ativistas negros, campanhas eleitorais.

Abstract *The political opening after the end of the Estado Novo dictatorship stimulated the organization and mobilization of groups with different types of demands. In the case of Black activists, one of the courses of action aiming black population’s problems was the participation in government decisions, via political parties. In São Paulo, strategies for political integration developed by the “Black community” leaders were based on the argument of representation legitimacy, at the same time in which different political groups began to assert an anti-racist discourse, focused on combating “color prejudice”.*

Keywords *Political representation, Black community, political parties, Black activists, political campaigns.*

¹ Este artigo é uma versão modificada da seção 2, do capítulo 2, de minha tese de doutorado: SOTERO, Edilza. Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

^a Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, com mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo – PPGS-USP. Atualmente é Visiting Scholar of Africana Studies na Brown University e Bolsista de Pós-Doutorado do CNPq.

INTRODUÇÃO

No período posterior ao fim do Estado Novo, diversos aspectos da questão racial foram mobilizados por grupos políticos, perceptíveis tanto na abertura de espaço para a candidatura de negros quanto no enfrentamento de temas pouco debatidos na política até aquele momento, mais presentes no discurso do movimento social, como o “preconceito de cor”². Essa tendência aparecia nos partidos que operavam com estratégias comumente denominadas de “populista” ou “trabalhista” e naqueles grupos que se encontravam no campo ideológico da “esquerda”.

Nos programas dos partidos surgidos após 1945, os primeiros a abordar a questão do preconceito racial foram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nos dois casos, os tópicos que tratavam do assunto indicavam a existência do fenômeno em caráter contextual e individualizado, ou seja, não estrutural, mas localizado em certas manifestações que precisavam ser combatidas para a realização da vocação fraternal do Brasil, enquanto sociedade multirracial³.

Em meio aos debates que aconteciam no campo político, o então governador Adhemar de Barros, líder do Partido Social Progressista (PSP) (SAMPALHO, 1982)⁴, nomeou um advogado negro como prefeito da cidade. Paulo Lauro (1907-1983) ocupou a posição entre agosto de 1947 e agosto de 1948. O advogado vinha ocupando cargos políticos desde o Estado Novo, entretanto o que o tornou uma figura notória foi sua atuação para absolvição de um cliente, no episódio que ficou conhecido como o “Crime do Restaurante Chinês” (FAUSTO, 2009)⁵, em 1938.

2 A exemplo da Lei 1390/51, mais conhecida como Lei Afonso Arinos, que tornou contravenção penal a discriminação racial ou, como expresso na letra da lei, atos resultantes de “preconceitos de raça ou de cor”.

3 Os programas de PTB e PSB encontram-se reproduzidos integralmente na *História dos Partidos Políticos*, livro organizado por Vamireh Chacon (CHACON, 1981).

4 O PSP foi formado da fusão entre o Partido Republicano Progressista (PRP) - fundado em setembro de 1945, por Adhemar de Barros (1901-1969) após seu rompimento com a UDN -, e dois pequenos partidos de São Paulo, o Partido Agrário Nacional (PAN) e o Partido Popular Sindicalista (PPS). Segundo a categorização de Fleischer (2007), o PSP era um partido médio que funcionou como um “veículo político pessoal de Adhemar de Barros” e na arena política situava-se entre os partidos populistas de direita (FLEISCHER, 2007, p. 306). Para uma análise detalhada sobre a trajetória política de Adhemar de Barros e do PSP, entre os anos de 1956 e 1965, ver SAMPALHO, 1982.

5 Paulo Lauro nasceu em Descalvado, interior de São Paulo e formou-se em Direito no Largo São Francisco, em 1932. Tornou-se muito conhecido ao atuar como advogado de defesa de Arias Oliveira, acusado de quatro homicídios, no caso que ficou conhecido como “O crime do restaurante Chinês”. Durante o julgamento Paulo Lauro usou o argumento de que seu cliente havia sido acusado em virtude do uso de técnicas racistas, o que lhe concedeu absolvição. Sobre o “Crime do restaurante Chinês” ver: FAUSTO, 2009. À época de sua designação, Paulo Lauro ocupava o cargo de secretário dos Negócios Jurídicos da Municipalidade (*Folha da Manhã*, 31/08/1947, p. 11). Segundo Francisco Lucrécio, a Frente Negra Brasileira articulou a atuação de Paulo Lauro

Ainda que o enfrentamento ao preconceito racial tenha sido uma novidade introduzida no conjunto discursivo dos partidos políticos, após o fim do Estado Novo, foram ativistas negros, atuando em recém criadas organizações⁶, que elegeram como finalidade principal a reivindicação por melhoria das condições socioeconômicas da população negra. No “meio negro”⁷, logo estabeleceram-se critérios de reconhecimento e legitimação; e em pouco tempo, surgiram lideranças no espaço público após a redemocratização, reclamando para si a autoridade de representação da população negra.

Um exemplo de liderança no “meio negro” que defendia a formação de uma representação política negra após o fim do Estado Novo, o socialista Luiz Lobato⁸, argumentava contra os “Messias, que aparecerão nas praças públicas, salvadores de negros, mulatos e cafusos” (*Vanguarda Socialista*, 6/12/1946, p.4). Lobato avaliava que a atenção dos partidos políticos era consequência da percepção do potencial eleitoral da população negra:

como advogado de defesa de Arias Oliveira, sócio da entidade acusado pelo crime (BARBOSA, 1998, p. 48). Em sua gestão como prefeito, inaugurou obras de grande expressão, como a Av. 9 de julho, além de ter atuado na ampliação de feiras livres e criação de restaurantes populares. Entretanto, Paulo Lauro teve uma administração muito criticada e suas contas de governo não foram aceitas pela Câmara de Vereadores, o que resultou em um processo judicial que levou anos para ser finalizado. Sobre a gestão de Paulo Lauro na prefeitura de São Paulo ver: PRESTES FILHO, 2012. Verbete com informações biográficas de Paulo Lauro: DUARTE, 2007.

- 6 Algumas das organizações surgidas em São Paulo logo após o fim do Estado Novo foram a Associação do Negro Brasileiro (1945) e o jornal *Alvorada* (1945), dirigidos por José Correia Leite, Fernando Góis e Raul Joviano Amaral; o jornal *Novo Horizonte* (1946), sob a direção de Arnaldo de Camargo, e Aristides Barbosa como redator-chefe; a revista *Senzala* (1946) dirigida por Geraldo Campos Oliveira e Sebastião Batista Ramos e com 27 colaboradores, dentre eles José Correia Leite, Lino Guedes, Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo, Isaltino Veigas dos Santos, Luiz Lobato, José Pompílio da Hora e Sebastião Rodrigues Alves.
- 7 A expressão “meio negro” tem longa vida em seu uso na sociologia brasileira. Roger Bastide e Florestan Fernandes empregaram o conceito na primeira versão dos resultados da pesquisa UNESCO, publicada na *Revista Anhembi*, X-XI:30-34, em 1953. Depois dessa publicação, as seguintes feitas por Florestan e Bastide, como *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* (1955) - e somente por Florestan Fernandes, como os dois volumes de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965) -, também utilizam o conceito, sempre entre aspas ou em uma citação do depoimento de um informante/colaborador. Por exemplo, em *A Integração*, registrei o uso de “meio negro” 172 vezes. No prefácio do autor para o livro *Circuito Fechado*, publicado em 1976, Florestan abordou o processo de escolha dos conceitos a ser adotados nas pesquisas sobre relações raciais, a partir da década de 1950. O sociólogo explicou que dos conceitos descritivos utilizados (branco, negro, mulato, meio negro), apenas “meio negro” era aplicado em uma dimensão inclusiva e totalizadora (FERNANDES, 2010 [1976]). Muitos estudiosos também fazem uso do conceito. Gomes (2005) compreende “meio negro” como o público específico dos intelectuais, grupos, associações e entidades negras de São Paulo. A ideia de “meio negro” circulava na imprensa negra paulista desde o final da década de 1920, em jornais como *Progresso* e *Clarim d'Alvorada*.
- 8 Luiz Lobato era maranhense, mudou-se para o Rio de Janeiro em meados da década de 1930, quando fez parte de uma célula comunista comandada por Mario Pedrosa, chegando a ser preso por três meses em 1938. Lobato viria fixar moradia em São Paulo, no início da década de 1940, onde participou do grupo Jabaquara, uma organização negra fundada em 1944. Em 1947, Lobato foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro (SOTERO, 2015, p. 79-84; LEITE & CUTI, 1992, p. 139).

Os partidos políticos apresentam-se para a disputa do eleitorado, enquanto os candidatos iniciam o rosário de promessas... ao povo. É preciso, pois, ter consciência em quem se vai depositar o nosso voto. [...] Sendo os negros um considerável potencial e decisivo nas eleições, todos ou quase todos os partidos têm um candidato negro. Alguns deles não passam de farol para angariar votos para a legenda do partido e ajudar, dessa forma, empurrar os graúdos [...] (*Vanguarda Socialista*, 6/12/1946, p.4).

Como estratégia para diferenciar os pleiteantes a cargos eletivos, Lobato se utilizou de uma figura de linguagem que continha uma oposição decisiva: “assim, (nas próximas eleições) os partidos terão negros candidatos e candidatos negros”. A inversão na ordem das palavras não é um simples trocadilho, pois, revela uma disputa por representação política, onde “não basta ser negro para merecer os votos dos negros. É necessário que o candidato, além de ser negro, possua qualidades tais, como inteligência, cultura, caráter e decisão” (*Vanguarda Socialista*, 6/12/1946, p.4).

O objetivo deste artigo é analisar o processo de surgimento no “meio negro” de estratégias para definir e instituir uma representação política negra em São Paulo, nos anos seguintes à redemocratização de 1945. Naquele momento, o discurso em defesa da emergência de políticos que representassem as demandas específicas do eleitorado negro era, geralmente, acompanhado do argumento em prol da inserção de ativistas do “meio negro” no sistema partidário.

Apesar do cenário favorável de receptividade de alguns partidos políticos e da busca por mais espaços de representação por lideranças do “meio negro” de São Paulo, o sucesso eleitoral traduzido na conquista de cargos político-eletivos não estava garantido. Para isso, seria necessário lidar tanto com forças políticas oligárquicas, que “acabaram se reforçando ao longo das décadas de 30 e 40, através da aliança que líderes de peso do empresariado industrial firmaram com o regime de Vargas” (MICELE, 1986, p. 572), quanto com uma classe de políticos profissionais, que conseguiu maior espaço em todo o Brasil durante o Estado Novo, especialmente em São Paulo, em substituição a oligarquia estadual antivarguista⁹.

9 Para Bourdieu, no campo político, a legitimidade se encontra como monopólio dos profissionais, aqueles que dominam os códigos ou “*corpus* de saberes específicos”. Na teoria do campo de Bourdieu, o domínio do *corpus* de saberes específicos está circunscrito no *habitus* político, fundamentado tanto na aprendizagem de “teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.”, quanto no acúmulo do trabalho político que permite o “domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debatedor, necessária nas relações entre profissionais” (BOURDIEU, 1998).

Segundo Adriano Codato, durante e após o fim do regime estadonovista, o recrutamento desses políticos profissionais era feito por mecanismos menos “elitistas” que os da República Velha, mas, mesmo assim, ficou concentrado em bacharéis, na maior parte provenientes da classe média (CODATO, 2008, p. 103). Assim, mesmo com maiores oportunidades, “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem”, como bem enunciou Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1998, p. 166). Não farei uma análise neste trabalho sobre a presença de políticos profissionais na política paulista no pós-Estado Novo, embora apresente esse fator para indicar que o campo em que lideranças do “meio negro” paulista queriam se inserir era bem disputado.

ESTRATÉGIAS DE ARREGIMENTAÇÃO POLÍTICA NO “MEIO NEGRO”

Depois de completado o primeiro ciclo eleitoral após o restabelecimento da democracia, em 1945, parte dos envolvidos na mobilização negra em São Paulo se debruçava sobre alternativas para resolução de demandas relativas à população negra por intermédio da política partidária. Além das candidaturas em si, havia um intenso debate que recebia constante atenção dos veículos de comunicação da imprensa negra.

Apesar da resistência de certos ativistas, a exemplo de José Correia Leite¹⁰, em associar mobilização negra à disputa político-partidária, lideranças do “meio negro” passaram a atuar ativamente com esse objetivo. Um rico material que documenta algumas tentativas foi recolhido e agrupado pelo sociólogo Florestan Fernandes, que realizou, em conjunto com seus assistentes de pesquisa, uma investigação específica sobre “Arregimentação eleitoral no meio negro”, no âmbito do Projeto Unesco. Durante a realização do estudo de caso, o sociólogo registrou a existência de um comitê em São Paulo, cujo objetivo central era discutir a situação do negro na política e construir um projeto comum entre as lideranças negras paulistas interessadas em intervir nessa frente específica.

O documento não traz especificado de quem é a autoria, como também, se é o registro de uma reunião ou de um comunicado¹¹. Mas, duas listas registradas

10 José Correia Leite era um dos líderes do “meio negro” em São Paulo, atuante na direção de diversas entidades, ao menos, desde 1924, quando fundou o jornal *O Clarim D’Alvorada*, junto com Jayme de Aguiar.

11 Florestan Fernandes fez uso desse documento em *Integração do Negro na Sociedade de Classes*. No livro, o autor afirmou que se tratava de “um documento divulgado de modo restrito e que se destinava a servir de fulcro à seleção de um candidato político negro e à organização da campanha eleitoral correspondente” (FERNANDES, 2008, p. 415, nota 114). Sobre a autoria, Florestan palpitou que o texto tinha sido “escrito pelo prof. Jorge Prado Teixeira, promissor intelectual

revelam quem são as pessoas e os grupos envolvidos. Primeiro, a indicação do comitê responsável: Geraldo Campos de Oliveira, José Evaristo, Benedito Armando Costa, Dr. Raul Amaral, Sofia Campos Teixeira, Hermínio Augusto Evaristo, B. Vitalino A. da Silva, Firmino Ferreira e Jorge Prado Teixeira. Segundo, as associações subscritas foram: Associação José do Patrocínio, Legião Negra de São Paulo, Associação Palmares, Campos Elísios, Evoluídos, Irmandade do Rosário, Irmandade dos Remédios – Cambuci, Irmandade de São Benedito – Vila Santa Isabel, Clube Negro de Cultura Social, Organização Novo Horizonte, Centro de Cultura Luiz Gama, União das Escolas de Samba, Extra – Ribeirão Preto (02.04.4539, p. 9).

Quadro 1. Arregimentação eleitoral no meio negro – Parte I

A consciência de que pela política pode-se dar uma solução ponderável ao problema negro está evidenciada pelas inúmeras candidaturas de negros, lutadores militantes pelo engrandecimento da raça. Infelizmente não vimos ainda nenhum membro do grupo conseguir votação suficiente para se tornar representante do povo. Refiro-me às candidaturas às deputações federal e estadual e à vereança na Capital. E a razão disso está em que o eleitor negro está longe de compreender o bem que fará para a comunidade, dando preferência para candidatos negros.

O candidato branco recebe indistintamente os votos de brancos e negros, mas o candidato negro tem que contar exclusivamente com o voto de seus patrícios, e esses votos são escassos e bem maleáveis, eis que, a troco de ninharia, o eleitor negro descamba-se para o candidato branco, e para ele tudo faz. Tenho ouvido, bem constrangido, o dizerem nos Partidos políticos, que voto negro se compra com cachaça.

Fonte: Fundo Florestan Fernandes, BCo/UFSCAR, 02.04.4539, p. 7.

Na parte do documento dedicada a tratar da situação socioeconômica dos negros brasileiros, há a indicação de que, apesar de valorosos, os esforços associativos no “meio negro” não contavam com uma estrutura econômica e com apoio social suficiente para que o negro pudesse “situar-se perfeitamente dentro da sociedade” (02.04.4539, p. 9), ou na expressão que ficou mais conhecida, “integrar-se à sociedade de classes”.

jovem do ‘meio negro’, que morreu prematuramente e que prestou construtiva colaboração à nossa pesquisa” (FERNANDES, 2008a [1965], p. 108-109). A suposição de Florestan se fortalece por ser Jorge Prado presidente da Associação José do Patrocínio. Essa entidade possuía uma subdivisão, o Movimento Afro-brasileiro de Educação e Cultura (MABEC), que, segundo Mitchell (2011) – com base em uma entrevista com Raul Joviano Amaral –, “atuava como comissão de triagem, composta de figuras notáveis da comunidade afro-brasileira paulistana, que aprovava os candidatos a eleições que mostrassem ter um forte comprometimento com as causas dos negros”. Ainda de acordo com Mitchell, “embora tenha habilitado muitos candidatos a diversas eleições em meados dos anos 1950, a MABEC logo foi extinta por causa da natureza elitista de seu procedimento”.

Quadro 2. Arregimentação eleitoral no meio negro – Parte II

Desde [1]888 que nossa gente encontra-se abandonada, e nada se tem feito para o seu ajustamento na sociedade.

Personalidades negras que, através de esforços insanos conseguiram sair da cortina envolvente da degradação negra, tem procurado, através de planificações de cunho relevantíssimo, de verdadeiro espírito de solidariedade humana, dar solução a esse problema magno da nacionalidade. Fórmulas e mais fórmulas têm sido aplicadas, com o objetivo de dar solução ao problema. De norte a sul do país, os negros têm procurado arregimentar-se de maneira a, dentro de um esforço conjugado, resolver seus problemas locais. Todavia, todas as iniciativas, todos os movimentos associativos têm sido frustrados pelo peso da responsabilidade econômica.

Com exceção da Frente Negra, nenhum outro movimento no Brasil pôde arregimentar os negros de maneira a fazer com que até os poderes públicos lhe sentissem a força. E vemos então o quadro triste e sombrio da nossa incapacidade como grupo.

Fonte: Fundo Florestan Fernandes, BCo/UFSCAR, 02.04.4539, p. 5.

A solução para os negros comprometidos com a mobilização seria, então, organizar-se por meio da política, por ser o espaço institucionalmente disponível para reivindicar ações do poder público¹².

Quadro 3. Arregimentação eleitoral no meio negro – Parte III

Contar com as instituições privadas para virem em nosso socorro, não podemos. [...] Qualquer organização com o objetivo de arregimentador de modo a orientar a massa para destinos melhores, terá que depender exclusivamente do elemento visado, que, já desconfiado em virtude de logros sofridos durante muito tempo, não se dispõe agora a colaborar moral e materialmente, antes de ver alguma coisa feita em seu benefício, a qual possa desfrutar. Assim, teríamos que apelar tão somente para os poderes públicos. Esses não se dispõem a nos ajudar porque politicamente nada representamos. Somos a minoria mais desunida da história de que há notícia. O dia em que pudermos elevar no Parlamento Nacional e nas Câmaras Estaduais e Municipais, negros que vieram da luta e têm consciência do seu dever para com a raça, então poderemos nos dispor a conquistas maiores, com a ajuda dos poderes governamentais.

Fonte: Fundo Florestan Fernandes, BCo/UFSCAR, 02.04.4539, p. 5.

Para resolver o problema do insucesso eleitoral dos candidatos negros, foi convocada uma reunião com “as maiores expressões que se encontram no nosso meio”. O projeto era desenvolver uma ação conciliatória “em que as divergências de caráter pessoal têm que ser colocadas de lado em benefício do conjunto e em que, o desprendimento pessoal tem que ser a maior virtude”. A proposta foi apresentada como “um movimento de opinião, especialmente dirigido ao negro, de caráter

12 A ação de “indivíduos inescrupulosos que, em nome da raça, se abeiram nos partidos e nas portas dos políticos mais abastados, constituindo-se em líderes, possuidores de cem, duzentos e até quinhentos mil votos arregimentados, vendendo o voto negro”, era uma das preocupações do grupo. Esse tipo de acusação era uma constante entre os envolvidos na mobilização negra paulista, desde 1945 (02.04.4539, p.11).

político, fechado, independente com relação aos partidos”. Para dar o pontapé inicial do projeto, a primeira ação que serviria para testar a força do grupo seria a escolha de um candidato, que representasse “o traço de união” (02.04.4539, p.11).

A proposta feita ao grupo, listado anteriormente, era a escolha de um “cidadão negro” que se enquadrasse dentro das exigências “morais, políticas e intelectuais” de todos. Como um candidato dessa coletividade, exigia-se do grupo o envolvimento e o comprometimento para que o escolhido tivesse uma “votação expressiva”. Em relação ao significado dessa candidatura, defendia-se que, apesar de negro, este “não seria representante do negro, mas um representante negro” disposto a trabalhar com a assistência de seus pares e “criar um motivo de estímulo” para introduzir as lutas específicas do negro na política (02.04.4539, p.13).

O próximo passo apresentado no documento, caso a união em torno de uma candidatura única fosse exitosa, seria a criação de uma organização, concebida com o seguinte estratagema:

Quadro 4. Arregimentação eleitoral no meio negro – Parte IV

Um organismo jurídico que, oficialmente poderia ser uma sociedade civil, de objetivo educacional, mas que, entre nós, entre outros, teria os objetivos seguintes:

- a) A arregimentação de eleitores negros, e de brancos que queiram seguir os seus postulados;
- b) trabalho intenso no sentido de formação de eleitores;
- c) alfabetização intensiva para a formação de eleitores;
- d) orientação educacional e profissional;
- e) politização das massas;
- f) assistência social.

Fonte: Fundo Florestan Fernandes, BCo/UFSCAR, 02.04.4539, p. 13.

O autor do projeto prosseguiu na apresentação dos detalhes técnicos da sua proposta de movimento. Primeiro, em relação aos gastos: “o movimento teria a facilidade de dispensar inicialmente grandes gastos, porquanto os órgãos diretivos poderiam funcionar nas residências ou escritórios de companheiros, uma vez que o movimento associativo não determinaria obrigações senão morais aos filiados”; em seguida, sobre o espaço: “qualquer lugar decente poderia ser ponto de reunião para nós”; e também de como seria a relação desse movimento com as associações negras, que “poderiam dar o seu apoio, porque não seria o movimento concorrência as suas atividades”. Por fim, como seria articulado o movimento, “através da descentralização da direção, com núcleos municipais e distritais” (02.04.4539, p.13).

O processo de escolha de candidatos deveria ser testado nas eleições seguintes, caso a proposta de um candidato único fosse aceita. Nesse sentido, uma tabela foi

apresentada, como um guia que deveria ser utilizado para orientação da escolha. O objetivo da tabela era de que os escolhidos fossem “aqueles que mais se distinguíssem na luta ou demonstrassem maior capacidade e confiança”.

Quadro 5. Arregimentação eleitoral no meio negro – Parte V

- 1) Possibilidades dos candidatos nos meios negros;
- 2) Idem no seio do povo e entre entidades que reúnam maior número de elementos brancos.
- 3) Trabalhos prestados à entidades negras, em São Pulo.
- 4) Votação dos que se apresentaram nas eleições passadas.
- 5) Posição dos candidatos dentro dos partidos.
- 6) Possibilidades de adaptação dos candidatos aos partidos que satisfaçam a maior parte dos eleitores. (Este item é um técnica e tática políticas para nos cercarmos de maiores possibilidades de êxito)

Fonte: Fundo Florestan Fernandes, BCo/UFSCAR, 02.04.4539, p. 9.

A leitura dos trechos selecionados do documento deve aguçar a curiosidade do leitor para diversas questões. Depois de expostos os itens da “Tabela de Seleção” uma pergunta a ser feita é: quem seriam as pessoas mais aptas para serem candidatas, representando o movimento? De acordo com o autor do texto, “todos os presentes [na reunião], como cidadãos brasileiros, reúnem condições legais e possibilidades tanto mais reais quanto maior for a nossa harmonia e nosso desprendimento” (02.04.4539, p. 9).

Uma lista de nomes e outra de associações aparece ao final do documento, como já citado. Dos listados como participantes do comitê, um deles aparece com a informação de que naquele momento já era candidato a deputado estadual, Raul Joviano Amaral. A inclusão de materiais da campanha de Raul Amaral nos documentos da pasta “Arregimentação eleitoral no meio negro” do Fundo Florestan Fernandes poderia levar a suposição de que este teria sido o escolhido por seus pares como representante, tendo sido levado a cabo o projeto de unificação do “meio negro” paulista. Entretanto, outros dos assinalados como membros da comissão também saíram como candidatos naquela eleição, como Geraldo Campos de Oliveira¹³ (deputado estadual) e Sofia de Campos Teixeira¹⁴ (deputada federal), ambos concorrendo pelo partido a que eram filiados, o PSB.

13 Geraldo Campos de Oliveira era professor do liceu Siqueira Campos e diretor do *Teatro Experimental do Negro* em São Paulo e da revista *Senzala* (1946), além de ter se envolvido em outras mobilizações após 1945, a exemplo da Convenção do Negro, que teve sua primeira edição em São Paulo, em novembro de 1945, e depois foi realizada também no Rio de Janeiro, em maio de 1946. Oliveira foi candidato a vereador pelo PSB em São Paulo, nas eleições de outubro de 1947.

14 Sofia Campos Teixeira era professora e atuava em diferentes organizações do “meio negro” paulista. Sofia foi colaboradora em periódicos da imprensa negra, como a revista *Senzala* e os jornais *Alvorada* e *Novo Horizonte*. Na política partidária, Sofia teve uma atuação destacada

CANDIDATOS NEGROS E DISPUTAS PARTIDÁRIAS

Raul Joviano Amaral havia participado da direção de umas das primeiras entidades negras surgidas em São Paulo após o fim do Estado Novo, a Associação dos Negros Brasileiros. Em 1950, com 36 anos, tinha uma extensa trajetória na mobilização negra paulista, desde sua participação na fundação da Frente Negra Brasileira, em 1927, no início dos anos 1930 como capitão da milícia fretenegrina e após a extinção da FNB como presidente da União Negra Brasileira, criada em 1937 (FERNANDES, 2008b [1965], p. 56-57); além de fazer parte também do Clube Negro de Cultura Social, em 1932 (DOMINGUES, 2004b, p. 63)¹⁵.

Diplomado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, em 1937, Raul Joviano ainda tinha formação nos cursos de Economia e Estatística, e também dedicava-se à escrita de temas que abrangiam áreas como sociologia, história, poesia, direito, estatística e economia¹⁶. Na década de 1930, trabalhava como jornalista, inicialmente como redator do *São Paulo Jornal* (OLIVEIRA, 1998, p. 240). No livro *Branços e Negros em São Paulo*, Roger Bastide agradeceu em uma nota de rodapé a colaboração especial de Raul Joviano, com o estudo *O Negro na população de São Paulo* (1947). Bastide descreveu o estudo como um “trabalho de análise estatística e histórica”, comprovado e ampliado pelo trabalho que ele havia desenvolvido em conjunto com Florestan Fernandes. O próprio Amaral contou que, no seu primeiro encontro com Bastide, o sociólogo francês teria se impressionado com seu conhecimento sobre os fundamentos básicos das Ciências Sociais. O francês teria até indagado se Amaral era sociólogo, a que respondeu ser

durante a formação da Esquerda Democrática, que depois se tornaria o PSB. Hecker (1998), no livro em que reconstrói a trajetória de Esquerda Democrática de São Paulo, explicou que a professora negra participou do primeiro Diretório do Partido em São Paulo, eleito em 6 de abril de 1948. O diretório era presidido por Fúlvio Abramo e composto, além de Sofia Campos, por Antônio Costa Corrêa, Máximo Cardoso, Hozair Mota Marcondes, e Azis Mathias Simão. Hecker, ao fazer referência a Sofia de Campos a definiu como “mulher negra símbolo para a democracia socialista” (p. 96). Sofia foi candidata pela Esquerda Democrática a deputada estadual nas eleições de 19 de janeiro de 1947.

- 15 Além das citadas associações, Raul Joviano desempenhava no meio negro atividades como Consultor Jurídico e Diretor Cultural do Centro de Cultura “Luiz Gama”, também tinha sido Presidente da União Negra Brasileira; professor do Curso de Formação Social da Frente Negra Brasileira; Diretor e redator de “Alvorada”; ex-professor da Escola de Comércio “Cruz e Sousa”; professor do Colégio Palmares; e redator de “A Voz da Raça” e “O Clarim” (02.04.4539, p. 18).
- 16 Alguns dos títulos que constam da produção bibliográfica de Raul do Amaral: Silêncio (poesia, 1935); Vozes e lamentos (poesia 1938); Thobias Barreto e a Escola Germânica (1939); Crimes e Contravenções (1940); Tradições Populares (folclore, 1943); O Negro na população de São Paulo (1947); Os pretos do Rosário de São Paulo: subsídios históricos (1953); Direito Penal do Futuro (1955); Estudos de Sociologia Jurídica (1960); A Estatística no Estudo da Criminalidade (1964); Símbolos Nacionais do Brasil (1967).

autodidata em Sociologia, isso porque, apesar de ter cursado a Escola de Sociologia e Política, o fez pelo fascínio que nutria por Estatística¹⁷.

Mas, de forma semelhante ao que acontecia com uma boa parcela da população negra com alto nível de escolaridade e residente em grandes centros urbanos naquele período, Raul Joviano ingressou no funcionalismo público e, desde o final de 1948, passou a ocupar o cargo de assistente no Departamento de Estatística do Estado de São Paulo¹⁸.

O folheto da campanha de Raul Joviano de 1950, conservado no Fundo Florestan Fernandes, permite perceber que além do apoio dos negros de São Paulo, eram visados também aos votos dos funcionários públicos, inclusive porque Joviano participava da direção de associações da categoria¹⁹.

O PTB, que lançou a candidatura de Raul Joviano, vinha se consolidando, no Estado de São Paulo, como o segundo maior partido em êxito eleitoral, nas últimas eleições tinha ficado atrás somente do Partido Social Progressista (PSP) (BENEVIDES, 1989)²⁰. Em relação a situação partidária, Raul Joviano se diferenciava de outras lideranças negras paulistas que normalmente concorriam eleitoralmente por partidos com pequena expressão eleitoral, a exemplo dos que se candidataram pelo PSB. O Partido Trabalhista se valia do peso simbólico de Getúlio Vargas que, segundo escrito no folheto de campanha, recomendava pessoalmente a candidatura de Raul Joviano.

Em um trecho do folheto foi feita a afirmação de que o candidato era “uma legítima expressão popular”, isso logo depois de ter sido citado ser ele “advogado, professor e jornalista, além de funcionário público”. O sentido empregado ao termo popular parece carregar aspectos que mobilizavam sentidos relacionados à classe e raça, quando na sequência do documento aparece a explicação que “de procedência modesta, desde cedo Raul Joviano Amaral dedicou-se à tarefa realmente imprescindível de pugnar pelo alevantamento do Negro brasileiro”. No texto, o contingente da população negra é caracterizado como “robusta e honrosa

17 Essa admissão de Raul Joviano do Amaral foi feita em uma publicação da Revista do IEB em homenagem póstuma a Roger Bastide. No texto Amaral conta sobre seu primeiro encontro com Bastide, que teria o procurado em um curso que ministrava na Associação José do Patrocínio. Cf. AMARAL, 1978, p. 126-129.

18 Diário Oficial [do estado de São Paulo], n. 292, ano 58, 30 de Dezembro de 1948. Caderno Executivo, p. 5.

19 No período de sua candidatura, Raul Joviano era Secretário Geral e consultor da Liga Eleitoral dos Servidores Públicos, também tinha sido presidente da Associação dos Funcionários Extranumerários e do Conselho Consultivo da União dos Servidores Públicos (02.04.4539, p. 18).

20 Refiro-me especificamente ao sucesso eleitoral nos primeiros anos do PTB. Isso porque, segundo Benevides (1989), “embora o PTB tenha sido, no período 46-64, o partido de maior crescimento nacional, o PTB paulista sofreu crises e baixas, quase ao ponto do desaparecimento no estado” (p. 140). Sobre a história do PTB no período anterior a Ditadura Militar, ver: BENEVIDES, 1989.

representação do trabalhador nacional” e “os primeiros construtores da grandeza da pátria” (02.04.4539, p.18).

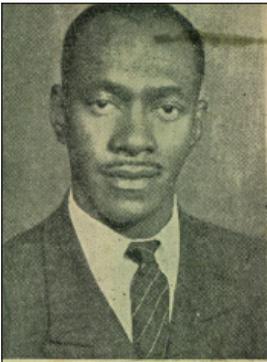
Dessa forma, a construção de “popular” se revela na articulação em torno dos elementos “negro” e “trabalhador”, ou ainda do “povo humilde e bom de São Paulo” a qual Raul Joviano dedicava-se de forma quase sacerdotal, notável no uso das expressões: “apostolado da salvação” e “inabalável fé” distribuídas ao longo do texto (02.04.4539, p.18).

Ao final das eleições estaduais, realizadas em 03 de outubro de 1950, Raul Joviano Amaral tornou-se o candidato do “meio negro” paulista com melhor desempenho eleitoral, ao receber um total de 2.031 votos. Se analisado em relação ao total de votos que recebeu o PTB, 223.314, ou ao candidato mais bem votado do partido, José Porphyrio da Paz com 16.122, a quantidade de votos que recebeu Amaral pode não ser muito expressiva²¹. Mas, comparando com os 214 votos que recebeu Sofia de Campos Teixeira, para o cargo de deputada federal, e os 748 de Geraldo Campos de Oliveira, para deputado estadual, o desempenho de Raul Joviano deve ter causado certo entusiasmo. Porém, essa comparação entre os candidatos do “meio negro” não deve ser feita levando em consideração apenas os ativistas, pois os partidos com suas estruturas e capacidade de investimento tinham bastante relevância na definição do resultado das eleições. Além disso, o interesse desta análise é mais a construção do discurso em torno das candidaturas do que a tentativa de medir sua efetividade.

Em termos de discurso, as campanhas dos candidatos negros do PSB também eram direcionadas em primeiro lugar “ao povo de São Paulo”, no caso de Sofia de Campos, o apelo tinha níveis de especificidade, primeiro ao povo, depois aos negros de São Paulo e por último à mulher negra, como aparece no texto publicado em 23 de setembro de 1950. A imprensa negra foi novamente utilizada como veículo de divulgação do conteúdo da campanha eleitoral dos candidatos negros do PSB, dessa vez no jornal *Mundo Novo*, dirigido por Armando de Castro²². O texto publicado

21 O PTB elegeu 12 candidatos para a Câmara Estadual, Raul Joviano Amaral foi o quadragésimo mais votado entre os 78 candidatos do PTB. Fonte: (CONOLLY, 2008).

22 Em minha pesquisa, encontrei apenas dois exemplares do jornal *Mundo Novo* (o número 1, de 26 de agosto de 1950; e o número 3, de 23 de setembro de 1950). A literatura que trata do assunto também faz poucas referências tanto sobre o jornal quanto sobre seu diretor, Armando de Castro, que havia sido secretário de *Senzala*, em 1946, revista dirigida por Geraldo Campos de Oliveira. Um verbete produzido pelo Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa (CEDAP) para o Catálogo da Imprensa Negra (1903-1963) traz as seguintes informações sobre o jornal *Mundo Novo*: “apresenta colunas e ilustrações ligadas à política, com propagandas e apoio a alguns políticos. Suas colunas estão diretamente relacionadas a assuntos de interesse da comunidade negra. O periódico contém pequenas notas publicitárias, manifestos estudantis e uma página esportiva. Em sua grande maioria os destaques, tanto em forma ilustrativa quanto nos artigos, vão para os movimentos políticos da década de 1950” (SILVA, 2008). Além da campanha eleitoral dos



AO POVO DE SÃO PAULO

AO FUNCIONALISMO PÚBLICO

Pelo **PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**, recomendamos ao sufrágio popular o nome simpático de **RAUL JOVIANO AMARAL** que, de sobejo tem dado provas da sua capacidade de trabalho; e, se honrado pelo voto dos seus concidadãos, não desmerecerá na **CÂMARA ESTADUAL** a confiança dos que lhe outorgaram a representação.

Funcionário Público (Advogado, professor e jornalista) **RAUL JOVIANO AMARAL** é uma legítima expressão popular que, por méritos próprios, dedicação extraordinária às causas humanitárias, tenacidade e desinteresse, faz jus ao **VOTO** consciente dos seus compatriotas.

De procedência modesta, desde cedo **RAUL JOVIANO AMARAL** dedicou-se à tarefa realmente imprescindível de pugnar pelo levantamento do Negro brasileiro — robusta e honrosa representação do trabalhador nacional — no afã de incorporá-lo à corrente viva da nacionalidade, como elemento útil a si, à família e à Pátria.

Nesse apostolado de salvação, de recuperação dos primeiros construtores da grandeza pátria, **RAUL JOVIANO AMARAL** tem sido dos mais persistentes batalhadores dos novos tempos. Com inabalável fé, combatendo preconceitos, dogmas e misticas, **RAUL JOVIANO AMARAL** vem pregando na Escola, na Imprensa, nos Clubes o imperativo do conagração popular; a valorização crescente do homem do campo e das cidades; o efetivo amparo da infância desvalida; a proteção e a assistência da mulher desamparada e da velhice abandonada; a disseminação da instrução, enfim, vem se batendo pela melhoria real das classes trabalhadoras, pela instituição de uma justa, poderosa e inadiável e equânime **JUSTIÇA SOCIAL**.

Ex-servidor municipal (Câmara Municipal), ex-funcionário federal (Correios e Telégrafos), e atualmente funcionário estadual, **RAUL JOVIANO AMARAL** tem galgado por esforço pessoal vários postos na Administração Pública, distinguindo-se como intrasigente defensor da nobre classe, através memoráveis campanhas em benefício dos mais modestos, dos trabalhadores mais indefesos, das camadas menos elevadas, em suma, visando o bem do povo humilde e bom de São Paulo.

Fundador e Presidente da Associação dos Negros Brasileiros, ex-Presidente da Associação Cultural e Beneficente Palmares, Consultor Jurídico e Diretor Cultural do Centro de Cultura "LUIZ GAMA", ex-Presidente da União Negra Brasileira, Fundador, Secretário Geral e consultor da Liga Eleitoral dos Servidores Públicos, ex-professor do Curso de Formação Social da Frente Negra Brasileira, Diretor e redator de "ALVORADA", ex-Presidente da Associação dos Funcionários Extranumerários e do Conselho Consultivo da União dos Servidores Públicos, ex-professor da Escola de Comércio "Cruz e Sousa", professor do Colégio Palmares, redator de "São Paulo de Hoje", "A Voz da Raça", "O Clarim", IBR e de outros órgãos e revistas da imprensa paulista e brasileira, diretor, conselheiro e representante de outras entidades culturais, humanitárias e beneficentes, **RAUL JOVIANO AMARAL** — conhecedor por experiência própria dos anseios, aspirações e sofrimentos do nosso povo — honrará no Legislativo Paulista a confiança dos seus concidadãos, demonstrando, mais uma vez, suas autênticas vocações democráticas de extrêmo defensor dos menos favorecidos, de batalhador intemerato das boas causas.

DÊ O SEU VOTO CONSCIENTE A

RAUL JOVIANO AMARAL

UM CANDIDATO QUE SERÁ, NO LEGISLATIVO PAULISTA, UM AUTÊNTICO PORTA-VOZ DOS LEGÍTIMOS ANSEIOS E ASPIRAÇÕES POPULARES

SÃO PAULO, AGÓSTO DE 1950

A COMISSÃO

Candidato a Deputado Estadual
RECOMENDADO pelo senador **GETÚLIO VARGAS** aos Trabalhadores de tôdas as classes e **RECOMENDADO** pela **LESP** ao funcionalismo de tôdas as categorias.

Cédulas:
 Rua dos Otonis, 633
 R. D. Carolina, 111 - Casa 3
 R. Maestro Cardim, 1101
 R. Mário Vicente, 641
 R. Silva Bueno, 2025, casa 12
 Rua Izar, 9
 (Edifício América - 23 - 2330
 (R. Liberdade, 76 (dentista)
 São Paulo

P. T. B. — Partido Trabalhista Brasileiro — P. T. B.

Figura 1. Panfleto de campanha de Raul Joviano Amaral. Fonte: Fundo Florestan Fernandes, BCo/UFSCAR 02.04.4539, p. 18.

candidatos do PSB, *Mundo Novo* também publicava propaganda de outros candidatos negros e brancos, em geral no formato de anúncio. O jornal se enquadra no que descreveu Paulina Alberto sobre alguns veículos da imprensa negra que passaram vender espaço para a publicação de propaganda eleitoral (Alberto, 2011, p. 166). Os dois números do jornal a que tive acesso possuem

no jornal em apoio à candidatura de Sofia de Campos foi escrito na forma de uma carta e assinada por um comitê²³.



Figura 2. Sofia Campos Teixeira. (*Vanguarda Socialista*, 17/1/1947)

Nós trabalhadores negros que representamos grande parte da coletividade brasileira, nesta hora em que toda a nação marcha para o pleito de 3 de outubro, sentimo-nos na contingência de participar ativamente desta luta.

Num país onde tudo é fartura e grandeza, a dignidade humana de muitos dos nossos homens toca a esfera da animalidade, desfrutando tudo quanto lhes interessa, reduzindo a vida de milhares de trabalhadores a maior miséria possível [...].

E como somos negros de uma geração sobre a qual pesa grandes responsabilidades que jamais pesaram sobre outra qualquer, devemos nessas próximas eleições participar e concorrer com um candidato que represente as nossas aspirações, um candidato que tenha espírito de luta pelas reivindicações populares, especialmente dos negros brasileiros. SOFIA DE CAMPOS TEIXEIRA é a candidata que apoiamos para deputado federal. A única mulher negra que disputa as eleições, sob a legenda de um partido democrático (*Mundo Novo*, São Paulo, 23 set. 1950, p. 5, maiúsculas no original).

No texto de 1950, de forma semelhante a sua campanha para as eleições de 1947, foi destacado na trajetória de Sofia de Campos seu envolvimento na fundação do PSB, sua carreira como professora e sua dedicação na “luta em prol dos direitos de sua raça, tão menosprezados”. Além disso, outro aspecto de sua militância destacado foi sua dedicação em “evidenciar a situação da mulher trabalhadora, concitando-a à luta em defesa dos seus mais sagrados direitos”²⁴. Por isso, seus

propagandas do candidato a governador pelo PTN, Hugo Borghi; e também dos candidatos do PSB, João Mangabeira (presidente) e João da Costa Pimenta (senador). Outro candidato negro também teve propaganda publicada no jornal, Arlindo Ribeiro concorria ao cargo de deputado federal pelo PSD, primeiro tenete reformado da polícia militar, além de “presidente de honra da Legião Negra de São Paulo e comandante da Legião Negra na revolução constitucionalista de 1932” (*Mundo Novo*, 26/08/1950, p. 5).

23 Assinaram o documento: Pedro Paulo Barbosa, Arlindo Alves, Aurea Maria Campos de Oliveira, Maria José dos Santos, Aracy de Campos Teixeira, Waldomiro Machado, Hevelson de Oliveira, Modesto Gabriel de Oliveira, Teodoro Gonçalves, Samuel Santos, Alfredo Sutherband White, Aristides Barbosa (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 5)

24 Sofia de Campos foi presidente da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, entre 1948 e 1949. No período ela esteve na direção de algumas campanhas da entidade, como a Campanha Pró-Paz e Campanha Contra a Carestia. O desligamento do cargo de presidência e da entidade se

apoiadores afirmaram que ela seria “na câmara federal legítima porta-voz não só dos negros, mas ainda da mulher que trabalha, defendendo os seus direitos e preparando o caminho da sua emancipação” (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 5).

Naquele momento, as formulações no “meio negro” paulista sobre a democracia e sua efetivação no mundo da política passam a receber argumentos mais contundentes, especialmente em relação aos artigos esperançosos e confiantes publicados na imprensa negra no período imediatamente após o fim da Ditadura Vargas.

A reivindicação “por uma democracia ampla e real” apareceu também na campanha de Sofia de Campos. No entanto, a democracia real somente seria alcançada “com bases de liberdade e oportunidade para todos, nos bens materiais de vida dentro de uma sociedade efetivamente livre e organizada, dentro de um mundo verdadeiramente humano e civilizado” (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 5).

Na maioria das vezes, a descrença com a democracia estava relacionada a um descontentamento com a política partidária, a exemplo do artigo “A campanha deve ser iniciada”, assinado por Ovídio P. dos Santos, que na época ocupava o cargo de diretor do jornal *O Novo Horizonte*, problematizando algumas questões que acreditava que deveriam ser tratadas na campanha para as eleições de 03 de outubro de 1950. Para ele, “pouco ou quase nada evoluiu-se do regime democrático no Brasil, desde a arrancada de [19]45 a esta parte [1950]”, isso devido à “má orientação partidária” que “contamina a consciência do povo” (*O Novo Horizonte*, junho de 1950, p. 2). Ainda em sua avaliação, a população negra estaria duplamente prejudicada, por sofrer com os desmandos que acreditava haver na política partidária e também por não conseguir participar da política em sua integralidade²⁵.

deu por iniciativa própria. Segundo apurou uma investigação do DEOPS/SP, a saída foi motivada por uma “infiltração comunista” na Federação (DEOPS/SP 50-J-104-159). Sofia foi substituída na presidência da Federação por Helena Maria Nioac, esposa de Caio Prado Jr. (DEOPS/SP 50-J-104-119).

²⁵ Ovídio P. Santos finalizou o texto com uma reivindicação para quem pudesse “levar avante” na campanha eleitoral: “a instrução e orientação das domésticas pró-melhoria do elemento que serve à sociedade paulistana. Luta contra os vícios, luta pelo erguimento moral e social das domésticas, são indispensáveis” (*O Novo Horizonte*, junho de 1950, p. 2). A mobilização em prol das empregadas domésticas era umas das principais bandeiras da Associação José do Patrocínio, fundada em 1941, da qual Ovídio era integrante e chefiava uma de suas subdivisões, o Movimento Afro-brasileiro de Educação e Cultura (MABEC), que atuava fazendo uma espécie de seleção dos candidatos que estariam aptos a receber apoio do meio negro em São Paulo (MITCHELL, 2011). A postura em relação a política partidária de Ovídio expressa no texto de 1950 tem diferenças com a de outro artigo por ele assinado e publicado também em *O Novo Horizonte*, em 1947. Na ocasião, ele criticava os líderes de associações negras que tinha na carreira política uma meta e declarava “não ser apolítico”, mas defendia que “antes de lançarmos nomes de pessoas à deputação do estado ou a vereança municipal, devemos criar escolas e orfanatos a juventude pobre e abandonada, temos nós a incumbência, mesmo primária, ocuparmos da instrução de todos aqueles que se acham alheios ao conhecimento da alfabetização, o amparo aos mais desditosos, ministrando-lhes escolas e encaminhando-os a lides profissionais” (*O Novo Horizonte*, setembro de 1947).

O negro afigura-se muito pequeno, insignificante mesmo, no cenário político nacional. Todo o esforço feito até aqui em pró da elevação do nível social, cultural e econômica de nossa gente tem sido inútil. Temos escrito repetidas vezes que nós, negros, não estamos preparados habilmente para ingressarmos na política, arte de grande artimanha. Além que a democracia abre também aos negros largos caminhos de confiança para atingir a meta desejada. É exato, o regime que mais dá ampla liberdade de ação e oportunidade à vontade popular é o democrático, desde que o negro não adote a corrupção moral aceitando numerário para apoiar “bloco político”, com isso usufruindo vantagens pessoais e deixando o negro na mesma obscuridade (*O Novo Horizonte*, junho de 1950, p. 2).

A crítica ao exercício da exploração eleitoral como jogo político de certas lideranças negras em troca de benefícios próprios, abordada por Ovídio P. dos Santos, era um tema dos mais presentes nos comentários e debates sobre política partidária em São Paulo. Em geral, esse tipo de acusação não era endereçada a um grupo específico, mas uma prática generalizada que deveria ser extinguida. Mas, durante a campanha eleitoral de 1950 em São Paulo, uma polêmica permitiu que certas acusações genéricas tomassem corpo e forma. O caso teve início com um suposto comentário do candidato a governador de São Paulo pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), Hugo Borghi, de que não necessitava dos “votos dos homens de cor e de elementos de outras origens” para se candidatar, logo repercutido em jornais de grande circulação do Rio de Janeiro e de São Paulo²⁶ e também na imprensa negra²⁷. O próprio Hugo Borghi havia se utilizado de uma tática muito semelhante em benefício do candidato de sua predileção, Eurico Dutra (PSD), na eleição presidencial de 1945, quando atribuiu a frase: “não necessito do voto dos marmiteiros” ao candidato Eduardo Gomes (UDN) (BORGI, 1995)²⁸.

26 Segundo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* Hugo Borghi teria dito “que se elegeria com os votos dos ítalo-brasileiros e por isso não precisava dos votos de negros, caboclos, japoneses, judeus, sírios e outros levantinos aos quais consagrou palavras de profundo desprezo” (Os negros responderão a 3 de outubro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 07/09/1950, p. 9). Em sua tese de doutorado, Maria Lopes analisa o episódio envolvendo os comentários de Borghi. A historiadora argumenta que ele, assim como outros políticos contemporâneos, agiam com a intenção de “formar e classificar os cidadãos úteis a pátria brasileira” (LOPES, 2007, p. 42). Considero que Andrews (1998) ofereça um aparato analítico interessante ao observar as relações entre negros e brancos em São Paulo a partir do pós-abolição. Assim como Andrews adota em sua análise, os negros paulistas aparecem no “episódio Borghi” como um grupo com uma especificidade tal a ponto de ser compreendido em termos étnicos, como os grupos imigrantes. Além disso, as ideias que orientam o suposto comentário seriam a expressão do resultado do processo de subordinação econômica e política a que tinha sido submetida a população negra, especialmente em São Paulo.

27 Contra a exploração eleitoral do negro. *Mundo Novo*, São Paulo, 26/08/2950, p.4.

28 Em seu livro de memórias, Borghi contou ter criado a frase que caracterizou Eduardo Gomes como antipopular a partir da seguinte declaração, pronunciada pelo candidato da UDN em um comício no Rio de Janeiro: “Não necessito dos votos dessa malta de desocupados que apoia o

Como resposta aos comentários de Borghi, foi organizado um ato de desagravo pela Comissão da Federação das Associações Negras do Estado de São Paulo²⁹. Em um convite para o ato, convocado para o dia 07 de agosto de 1950, pedia-se a presença dos “negros e o povo em geral que se orgulha de sua nacionalidade brasileira”. A passeata deveria ser encerrada na herma de Luiz Gama, localizada no Largo do Arouche, na região central da capital paulista. Dois nomes foram citados entre os oradores, Francisco Morais, indicado como líder da Federação das Associações Negras, e o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Lauro.

Esse ato organizado em São Paulo e outras manifestações contrárias ao candidato Hugo Borghi, veiculadas especialmente em órgãos da imprensa que tinha relação oficial ou oficiosa com partidos de oposição a ele, o pressionaram a declarar sua posição em relação aos negros publicamente³⁰.

Em entrevista ao jornal *Mundo Novo*, Geraldo Campos de Oliveira, que na época era candidato a deputado estadual pelo PSB, declarou que a fala atribuída a Borghi, de que este não necessitava do voto dos negros, era suspeita. Para ele, era difícil acreditar que no momento em que Borghi “luta desesperadamente na sua campanha de somar votos”, o candidato “tivesse esquecido a forma como liquidou definitivamente para sempre o brigadeiro Eduardo Gomes como expressão política no seio das massas populares”. Para Geraldo Campos, apesar de o caso servir para “confirmar a existência de preconceitos de raça e de cor, ardorosamente negado por muita gente boa”, ele foi criado para “explorar o homem negro” politicamente. Isso porque, segundo ele, nunca tinha visto uma “passeata-protesto contra o fato de um negro ter sido recusado num hotel ou ter sido humilhado num salão de barbeiro”. Sua avaliação sobre o grupo que se reuniu para organizar o protesto

ditador para eleger-me Presidente da República!”. Durante a campanha de 1945, Borghi, que era membro do PTB e opositor político de Gomes, ainda distribuiu panfletos e broches impressos com a frase supostamente dita pelo candidato. Para mais informações sobre o episódio dos “marmiteiros” ver: BORGI, 1995.

29 Cf. Passeata de Protesto. *Folha da Manhã*. São Paulo, 05/08/1950; Protestam os negros contra o Sr. Hugo Borghi. *Diário Carioca*. São Paulo, 06/08/1950, p. 2.

30 O jornal *Folha da Manhã* era um dos que operava oficiosamente em campanha pró coligação PSP-PTB. Segundo artigo publicado no periódico sobre a declaração divulgada por Hugo Borghi, a emenda que saiu pior do que o soneto. Segue trecho da declaração de Borghi: “Não sou e nem poderia ser contra a raça negra a que tanto deve a nossa pátria. O que combato com energia e sinceridade é a degenerescência dos negros, em consequência de alcoolismo, da sífilis e da promiscuidade. É plano de meu governo mobilizar e valorizar o trabalho dos negros, encaminhando-os para colônias agrícolas, onde não entrará uma só gota de álcool, nem haverá jogo de bicho e carnaval, com a sua promiscuidade luxuriosa. Nessas colônias mesmo fora de São Paulo, como em Goiás, onde já estou em negociações com a fundação Rockefeller, os negros terão maternidade para suas esposas, instrução e boa alimentação para seus filhos, tornando-se desse modo realmente úteis à nossa Pátria e trocando definitivamente o pandeiro, o tamborim e a cuíca pelos instrumentos de trabalho” (Colônias agrícolas para os negros. Borghi é positivamente contra os homens de cor. São Paulo, 03/09/1950, Seção livre, p. 4)

contra as declarações de Borghi era de que se tratava de representantes de um “movimento eleitorista, organizado por aproveitadores do elemento negro, que se serviram líderes bem contemplados com empregos e propinas, que se prestam ao triste papel de porta-estandarte dos interesses eleitorais de indivíduos e grupos, à custa do nosso homem negro, do trabalhador negro” (*Mundo Novo*, 26/08/1950, p.4).

Provavelmente, o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Lauro, era um daqueles que Geraldo Campos criticava por ter uma “forma interesseira de conduzir o problema da elevação econômico-social do negro brasileiro”. A luta deveria ser “no sentido de uma reforma que liquide todas as posições que se baseiam na manutenção das injustiças sociais e na permanência da exploração do homem pelo homem” (*Mundo Novo*, 26/08/1950, p.4).

A posição de Geraldo Campos de Oliveira é um indício de que para ele, e possivelmente para o grupo de ativistas negros e socialistas de São Paulo, a reprovação aos líderes negros de ocasião, “surgidos numa abundância espantosa nos períodos eleitorais”, era duplamente fundamentada na ausência de compromisso verdadeiro com a resolução dos problemas da população negra e na prática política conservadora para os parâmetros socialistas.

Outro aspecto da crítica de Geraldo Campos que sugere que os políticos negros, alvo de sua crítica, estariam sendo usados para satisfazer os interesses eleitorais de seus partidos, poderia ser ampliada para todo e qualquer político, inclusive para ele mesmo. Afinal, a intenção de qualquer partido ao apoiar candidatos é angariar votos. O julgamento moral nesse caso parece ser pouco autocrítico, quando feito por alguém que se encontrava inserido na disputa partidária e eleitoral.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, Paulo Lauro foi eleito para o cargo de Deputado Federal, pelo Partido Social Progressista³¹. Durante a campanha, políticos ligados ao PSP utilizaram amplamente a polêmica envolvendo os comentários de Borghi, carregando nas tintas de um discurso antirracista e anti-xenofóbico, na defesa de uma democracia “universalista”, associada a ideia de brasilidade³².

31 Paulo Lauro foi o sétimo candidato mais votado do PSP, que elegeu ao todo 13 candidatos, a maior bancada do estado de São Paulo (Fonte: CONOLLY, 2008).

32 Em 13 de setembro de 1950, o jornal *Folha da Manhã* trouxe estampada na sua primeira página a foto do candidato a governador de São Paulo pelo PSP, Lucas Garcez, apertando cordialmente a mão de um homem negro. Acompanhava a foto um texto, com o título “Garcez não tem preconceitos raciais”, que defendia que o candidato do PSP não alimentava “mesquinhos preconceitos raciais” e que reconhecia a contribuição de “sangue e suor” de negros e imigrantes para a “elaboração da nossa raça e engrandecimento da nossa terra”. Os argumentos do texto fundamentavam-se nos valores “para dirigir o povo brasileiro, formado com o sangue de várias raças, é preciso ser bastante democrata e cristão para ver em todo homem um concidadão e um irmão, seja ele branco, preto, japonês, judeu ou sírio” (*Folha da Manhã*, 13/09/1950, p. 1). Assim

A campanha eleitoral de Geraldo Campos de Oliveira, em 1950, não deu maior atenção à polêmica envolvendo a declaração de Borghi nem deu enfoque a um argumento especificamente voltado à crítica ao “preconceito de cor ou de raça” para atrair o voto dos negros paulistas. A estratégia utilizada enfatizava a ideia de que a solução do problema do negro estava “na solução democrática do Partido Socialista Brasileiro”, ou melhor, “na solução do problema social, da superação das relações de produção capitalistas e do aniquilamento da exploração do homem pelo homem”.

Homem negro: a solução do seu problema racial depende da solução do teu problema como assalariado do capitalismo. A luta de classe é maior que a luta de cor. Quando venceres a tua luta de classe, terás vencido a tua luta de cor. Não te refugies numa casta, mas luta pela tua igualdade fundamental do homem. Não te iludas com os demagogos “populistas”, dos quais é escravo e com os seus slogans mistificadores de última hora (*Mundo Novo*, São Paulo, 23/9/1950, p. 3).

O texto é bastante assertivo ao ressaltar que o socialismo seria a solução definitiva para a população negra. A forma mais radical na apresentação das ideias provavelmente se deve ao fato de ter sido assinado por três estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, o “Comitê Universitário”, composto por: Wilson Cantoni, Lolio L. de Oliveira e Zilah Sayão Wendel, membros do PSB³³. Ainda, uma afirmação de Armando de Castro no texto “Um representante negro no legislativo bandeirante” sugere que os debates sobre o binômio raça e classe estavam na ordem do dia, no início da década de 1950: “das muitas definições expendidas em certos meios conhecedores dos problemas do negro, avulta aquela afirmativa de que a questão racial no Brasil é antes um caso de classes” (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 2).

como fez o PSP, a UDN também publicou declarações contra o preconceito racial, na esteira dos supostos comentários de Borghi. Somente no dia 08 de agosto, por exemplo, a seção Momento Político trouxe três textos que abordavam o ocorrido: A semente maldita do preconceito racial; A UDN contra os preconceitos de raça e cor; e Preconceitos de raça e de cor (*O Estado de São Paulo*, 08/08/1950, p.3).

33 A minha suposição da participação do grupo no PSB baseia-se nas indicações expressas no texto em trechos como o seguinte: “Lutar por uma candidatura verdadeiramente socialista representa um imperativo histórico e um dever moral para qualquer universitário que mereça esse título, que tenha aprendido a pensar as ciências do homem como técnicas de autoconsciência social” (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 3). Sobre a formação universitária, além do que é indicado no texto, os nomes de Wilson Cantoni (turma 949) e Zilah Wendel (turma 947) aparecem na lista dos inscritos para o I Congresso de ex-alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, ocorrido em julho de 1950.

Apesar de concordar que “os problemas do negro” tenham um caráter econômico, Armando de Castro usa uma explicação diferenciada. Para ele, em comparação com o negro estadunidense, ou com os imigrantes japoneses e seus descendentes, a assimilação social e o *status* de igualdade jurídica do negro brasileiro teriam impossibilitado sua ascensão econômica (SALVADORI FILHO, 2014)³⁴. As ideias apresentadas por Castro de forma bem básica nesse texto são, contudo, bem próximas a um argumento introduzido no campo da Sociologia nesse mesmo período acerca das estratégias de mobilidade de minorias étnicas, especialmente no que se refere aos fecundos debates sobre solidariedade (FERNANDES, 2008a [1965]; BASTIDE & FERNANDES, 1971; FERNANDES, 2007; FIGUEIREDO, 2002); também é possível encontrar referências naquilo que Florestan Fernandes anuncia como “o dilema racial brasileiro”³⁵.

Quanto ao negro brasileiro, devido a lei que os considera oficialmente cidadãos, com direitos civis e jurídicos, mal grado a guerra subterrânea dos particulares, não teve o mesmo incentivo, o mesmo espírito de luta para se fortalecer economicamente como os seus irmãos da terra dos dólares [Estados Unidos], como os judeus em todo o mundo. É, pois, fundamentalmente, um caso de classes o problema que nos assoberba há mais de 60 anos (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 2).

Após apresentar sua interpretação sobre o problema do negro, Castro defendeu que sua solução seria a presença de “legítimos representantes da raça em todas as câmaras estaduais do Brasil, afim de que, problemas negros não precisem das mal compreendidas iniciativas de um bem intencionado Afonso Arinos³⁶”.

34 Chama a atenção o uso do imigrante japonês como base comparativa para o negro brasileiro. Armando de Castro argumentou que esses “homens de raça exótica” eram bem aceitos devido a sua boa situação econômica, mas que social e culturalmente estavam descolados da sociedade brasileira. Ele entendia que “os nipônicos e seus descendentes brasileiros tem a sua sociedade a parte, a sua religião, a sua comunidade, o seu “modus vivendi” (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 2). Penso que atenção devotada por Castro a situação dos japoneses estava relacionada ao sucesso que tiveram na política. A população japonesa de São Paulo conseguiu eleger seu primeiro representante ainda em 1947, Yukishigue Tamura, vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Para saber mais detalhes sobre a trajetória de Tamura e a atuação política da comunidade japonesa em São Paulo, ver: SALVADORI FILHO, 2014.

35 Florestan conceitua como dilema racial brasileiro a crença de que existe uma democracia racial no Brasil, a qual escamoteia a desigualdade racial da arena política e cria uma situação única, que só atinge o negro (FERNANDES, 2007, p. 299).

36 Armando de Castro referia-se ao projeto de lei apresentado pelo deputado federal Afonso Arinos (UDN), em julho de 1950, com artigos que visavam tornar contravenção penal a discriminação racial, chamadas à época de “preconceito de raça ou de cor” (Cf. Contra o preconceito de raça e de cor. O Deputado Afonso Arinos apresentou na Câmara o projeto visando colocar fora da lei qualquer manifestação no País, de caráter racista. *O Estado de São Paulo*, 18/07/1950/ p.3). O projeto de lei de Arinos foi apresentado pouco tempos depois da recusa do hotel Esplanada, localizado em São Paulo, em hospedar a bailarina negra americana, Katherine Dunham, o que gerou

A legitimidade desses representantes estaria no fato de serem “cultos pelo trato do espírito, mas calejados pela luta a descoberto pela causa dos seus”, ademais seriam “homens de ambiente negro, de famílias negras, continuadores da obra de profundo e mordaz Getulino e do temido “Tigre da Abolição” (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 2).

Ainda que o texto de Armando de Castro seja uma rica fonte, que permite variadas possibilidades de análise, não percamos de vista que se trata de uma publicação em apoio a um candidato em meio a uma campanha eleitoral, por isso foi construído de modo a apresentar Geraldo Campos de Oliveira como a alternativa de legítimo representante negro. Para o diretor de *Mundo Novo*, mesmo que Geraldo Campos fosse “um moço de partido”, ele seria no “legislativo bandeirante, o ponto de partida para a nova arrancada dos negros em busca de sua independência moral, política e social”. Em relação ao PSB, Castro afirmou que “as diretrizes da agremiação política que o lançou na arena eleitoral, ao invés de prejudicar os interesses negros, pelo contrário os reforçará”³⁷.

Na campanha de Geraldo Campos em 1950, a defesa da proeminência de classe sobre raça na estruturação da sociedade brasileira parece ser o ponto central. Apesar das fontes a que tive acesso e utilizei – os textos da Comissão Universitária e de Armando de Castro – não serem de autoria do próprio candidato, não significa que tenham deixado de passar pelo crivo de sua aprovação ou que até tenham sido escritas sem sua colaboração. A análise desse momento eleitoral e uma reportagem publicada no jornal *Diário da Noite*, em 24 de janeiro de 1958, parecem sugerir que Geraldo Campos passou a enfatizar a militância socialista em detrimento da mobilização negra *per se*. No texto de 1958, o jornalista Elias Raide compara o Teatro Experimental do Negro em São Paulo ao do Rio de Janeiro e conclui que as

grande repercussão na imprensa nacional. Florestan Fernandes construiu uma categorização dos argumentos de “personalidades negras” com críticas à Lei Afonso, para maiores detalhes, ver: (FERNANDES, 1955, p. 216). Maio e Grin (2013) analisaram o contexto de elaboração da lei. No artigo, os autores abordam a recepção da lei e também o ceticismo com que sua elaboração foi recebida entre algumas lideranças do movimento negro na época.

37 Armando de Castro não expôs quais fatores que, em sua opinião, fariam as diretrizes do PCB serem um reforço aos interesses dos negros. No órgão de imprensa do PSB, o jornal *Folha Socialista*, a questão racial no Brasil não recebeu grande atenção. Destaco um dos slogans da campanha com uma imagem que traz em primeiro plano a representação de um homem negro e um instrumento de construção civil (Cf. Anexo A.4). O jornal também divulgou uma rápida biografia de Geraldo Campos durante a campanha eleitoral - assim como fez com os demais candidatos do PSB em São Paulo. No texto o candidato negro foi apresentado ao eleitor como “professor e jornalista, sua destacada atuação em prol do negro brasileiro valeu-lhe a simpatia e o reconhecimento de todos os que o problema do negro do Brasil com olhos desapaixonados. Militante sindical denodado, presidente da Associação dos revisores de jornais, tem participado de movimentos reivindicatórios de jornalistas e gráficos de São Paulo” (*Folha Socialista*, 2/9/1950).

diferenças entre eles se devem as “teses diversas defendidas por Geraldo e Abdias [do Nascimento]”, respectivos diretores.

Segundo Raide, “a linha do Teatro Experimental do Negro de São Paulo se apoia na afirmação de que ‘o preconceito é de classe’; [enquanto] o conteúdo do teatro de Abdias Nascimento se funda na tese de que ‘o preconceito é de cor’”. Sobre o TEN de São Paulo, o jornalista escreveu que este “não se prende a peças especificamente para negros, nem sobre problemas do negro. Preocupa-se mais com a sociedade, criticando os desníveis econômicos, a diferença de classes”³⁸ (*Diário da Noite*, 24/01/1958, p. 12).

REPRESENTAÇÃO NEGRA E MOVIMENTO POLÍTICO EM SÃO PAULO (1945-1950): ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A presença de negros na política partidária em São Paulo, após o fim da Ditadura Vargas, não pode ser explicada somente pelas tentativas de inserção dos ativistas envolvidos no que foi denominado neste trabalho de “meio negro”, fazendo uso da expressão comumente empregada naquele período para demarcar o grupo de ativistas negros com variadas tendências políticas – das quais destaquei as mais expressivas – e que compartilhavam de práticas associativas semelhantes.

Uma das consequências da demanda por reconhecimento daqueles que se auto afirmavam representantes legítimos da população negra é que a trajetória de políticos, a exemplo de Paulo Lauro, prefeito da capital paulista entre os anos de 1947 e 1948, se encontra geralmente ausente nas narrativas sobre políticos negros no século XX³⁹. Um “esquecimento” que parece ser consequência do discurso que o deslegitimou como um representantes legítimo, disseminado nas biografias, na produção da imprensa negra, nos materiais compilados e disponíveis em arquivos, que representam a vontade de sujeitos interessados em contar a [sua] história com base nas próprias perspectivas⁴⁰.

38 É possível que a tentativa de supor uma linha de continuidade entre a atuação política e teatral de Geraldo Campos não seja a ideal, por tratar-se de dois campos diversos, mas a aproximação entre os dois momentos de sua trajetória podem ajudar a dar mais inteligibilidade às suas ideias.

39 Reconheço a existência de valiosos trabalhos acadêmicos sobre políticos negros no século XX, a exemplo de: NOGUEIRA, 1992; DANTAS, 2011; e WOODARD, 2014. Meu argumento é de que trabalhos como esses têm sido regularmente compreendidos como estudos de casos de exceção, uma vez que se pressupõe o espaço político brasileiro dominado por uma elite branca, e não como a representação de uma forma de inserção do negro na política.

40 Essa é uma situação que não está limitada apenas ao campo da representação política. Outro exemplo que penso ser representativo da minha crítica sobre o discurso de legitimidade de representação pode ser observado na relação da escritora Carolina Maria de Jesus com ativistas negros na década de 1960. Carolina tornou-se um fenômeno literário com a publicação de seu livro “Quarto de Despejo”, mas foi vista com certa desconfiança por parte de alguns ativistas,

Por sua vez, as lideranças que lograram posições legítimas nas organizações e imprensa negras não conseguiram converter esse capital político em sucesso eleitoral nas agremiações partidárias. Apesar de alçarem à posição de porta-vozes⁴¹ das reivindicações da população negra, eles tiveram uma concorrência severa no campo eleitoral, no qual participavam quase exclusivamente políticos profissionais.

Os fracos resultados eleitorais dos ativistas negros que tentaram se inserir no campo político em São Paulo, no pós-Estado Novo, revelam as dificuldades de inserção. De certa forma, essa dificuldade pode ser entendida pelo fato de, em sua maioria, esses ativistas não integrarem o rol dos políticos profissionais, que passaram a ter lugar estabelecido no Estado durante e após o Estado Novo.

Outro fator pode estar relacionado ao desempenho eleitoral dos partidos a que esses ativistas estavam associados. Em relação ao desempenho eleitoral dos partidos, o PSB não conseguiu eleger seus candidatos negros, mas é importante perceber que o sucesso eleitoral do partido como um todo foi bem reduzido. Nas eleições que aconteceram durante os cinco primeiros anos após o fim da Ditadura Vargas, o PSB conseguiu eleger dois vereadores na cidade de São Paulo, em 1947; e dois deputados estaduais no estado, em 1950. O candidato de maior destaque foi Cid Franco, que eleito vereador e depois deputado estadual. Como indicado por Hecker (1998), o projeto do PSB de se tornar um partido de base popular logo em seus primeiros anos de existência não foi bem sucedido. A estratégia de promover a candidatura de políticos que tivessem possibilidade de chamar a atenção das “massas” não surtiu muito efeito, nem com os candidatos negros nem com os “operários”. Esse tipo de estratégia parece também não ter sido bem sucedida entre os comunistas em São Paulo; no entanto, em cidades como Rio de Janeiro e Salvador, houve êxito em emplacar candidaturas de negros e operários⁴².

As eleições em São Paulo apresentadas neste artigo parecem se encaixar facilmente no quadro apresentado por Andrews (1991):

Os trabalhadores negros habilitados a votar (o voto ainda se restringia aos alfabetizados, embora essa exigência fosse frequentemente contornada pelos membros dos sindicatos) eram abertamente cortejados pelos partidos políticos de base

que a pensavam como uma “inocente útil de aproveitadores brancos”, portanto, sem muito proveito para a mobilização. Sobre esse episódio, ver: SANTOS, 2009.

41 Segundo Bourdieu, os “porta-vozes” na política agiriam de forma a se apropriar das palavras e do silêncio daqueles que representam, como também da “força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político” (BOURDIEU, 1998, p. 185).

42 Em minha tese de doutorado analiso com detalhes essas candidaturas (SOTERO, 2015).

trabalhista que competiam pelo poder na nova República. O Partido Comunista, O Partido Trabalhista Brasileiro, de Getúlio Vargas, e, em São Paulo, o Partido Social Progressista, de Adhemar de Barros – cada um deles, e mais o movimento operário, do qual tiravam seu apoio, estava buscando agressivamente o apoio dos negros e dando boas-vindas aos eleitores negros nas suas fileiras (ANDREWS, 1991, p. 35-36).

Andrews prossegue afirmando que “a receptividade dos partidos populistas aos eleitores negros reduziu substancialmente o sentimento, na comunidade negra, em favor de uma atividade política segundo a linha da Frente Negra”⁴³ (ANDREWS, 1991, p. 36). Discordo, porém, da sequência argumentativa do autor quando afirma que, como resultado daquele novo momento político do negro, “no período de 1946-1964, as organizações tiveram uma orientação exclusivamente cultural, focalizando-se na alfabetização e outros projetos educacionais, no patrocínio de atividades nas áreas literária, teatral e artística, e assim por diante” (ANDREWS, 1991, p. 36).

Meus achados de pesquisa permitem a afirmação que existia um projeto de inserção negra na política no período posterior ao fim da Ditadura Vargas. Apesar das divergências internas, esse projeto foi encampado por lideranças negras que exerciam militância em associações que tinham, de fato, uma orientação cultural – utilizando os termos empregados por Andrews -, mas que viam na política partidária, quer seja nas candidaturas de representantes próprios ou no diálogo com partidos políticos, um meio de atuação estratégico para o alcance de seus objetivos.

Outro aspecto dessa questão é desenvolvido por Michael Hanchard (2001), ao concluir que, entre os anos de 1945 e 1964, o movimento negro foi cunhado em uma perspectiva culturalista. Para o autor, isso seria resultado da exclusão no campo da política dos “problemas afro-brasileiros”, tanto por parte da esquerda quanto da direita, causando nos ativistas negros a “necessidade de revestir sua linguagem e sua prática de formas indiretas, ambíguas e fragmentadas, sob o véu da prática cultural” (HANCHARD, 2001, p. 124-125). Esse tipo de análise é muito relevante

43 A observação de Andrews sobre o crescimento de interesse dos partidos populistas pelo apoio da população negra ainda durante a década de 1940 foi muito acertada. Um exemplo de como era feita a arregimentação desses partidos junto aos negros pode ser visto no panfleto “Festa da Mãe Presta” (Cf. Anexo A.5), de 31 de dezembro de 1949. No documento, ilustrado com as fotografias de Adhemar de Barros e Nestor Macedo, este último era organizador de festas e comícios, normalmente voltados para propaganda de candidatos e partidos, direcionados a comunidade negra. O panfleto também indica a existência de uma entidade denominada “Ala Negra Progressista”, provavelmente ligada ao Partido Social Progressista, de Adhemar de Barros. Carneiro e Kossoy (2008) analisam o panfleto da Festa da Mãe Preta e outros também distribuído pela Ala Negra Progressista.

por permitir a criação de grandes panoramas, mas com pouca capacidade para a compreensão do processo marcado não só pela continuidade que pode afirmar o quadro geral, como por cisões, rupturas e contradições.

Em minha investigação, a análise detida da atuação de ativistas negros visando inserção na política partidária, nos primeiros anos após o fim da Ditadura Vargas, permite a observação do processo, que pode ter resultado na circunscrição da mobilização negra no Brasil no campo da cultura; mas, também possibilita acompanhar a emergência de um discurso sobre o negro, alicerçado em uma concepção de poder, ainda que latente, de interferência nos rumos da sociedade brasileira. O negro povo, ao qual se dirigiam os candidatos negros (como Luiz Lobato, Geraldo Campos, Raul Joviano, Sofia de Campos, entre outros), é a chave da concepção do país identificado com base no seu contingente mais explorado socioeconomicamente, mas que constitui também uma “comunidade imaginada” pelo seu conteúdo simbólico (ANDERSON, 2008; HALL, 2003, p. 47-63); e ainda uma comunidade de destino, posto em termos weberianos, como propõe Guimarães (2003), pela sua utilidade prática, no campo eleitoral.

Considero que o uso intercambiado de negro e povo não era somente um recurso retórico, senão um argumento de fundo ideológico que tinha a pretensão de afincar definitivamente o negro à nação e potencializar a disputa por espaço nos ambientes de decisão política. Nesse sentido, o negro povo no discurso desses ativistas candidatos era a representação do brasileiro, não à moda paulistana, que se queria branca, mas ao modelo que se aprofundava no Brasil, mestiço, por vezes, negro.

FONTES PRIMÁRIAS

- ARREGIMENTAÇÃO ELEITORAL NO MEIO NEGRO. ESTUDOS DE CASO II. MIMEO, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4539 do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 1-14.
- PANFLETO - AO POVO DE SÃO PAULO, Ao Funcionalismo Público. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4539 do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 18.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTO, Paulina. *Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDREWS, George. O protesto político negro em São Paulo (1888-1988). *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 21, p. 27-48, 1991.
- . *Negros e Brancos em São paulo (1888-1988)*. São Paulo: Edusc, 1998.
- BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In P. BOURDIEU, *O Poder Simbólico*. Bertrand Brasil, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza; KOSSOY, Boris. Propaganda e Revolução: Os caminhos do impresso político (1930-1945). In: TORRALBA, Luís Reis; PAULO, Heloísa. *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- CHACON, Valmireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e praxis dos seus programas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Rev. Sociol. Polít.*, v. 16, n. 30, p. 89-105, 2008.
- CONOLLY, Ricardo. *Eleições Pós 1945*. 2008. Acesso em 25 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/ricardocostaconolly2>>.
- DOMINGUES, Petrônio. “Paladinos da liberdade”: A experiência do Clube Negro de Cultura Social em São Paulo (1932-1938). *Revista de História*, v. 150, p. 57-79, 2004b. Acesso em 23 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18978/21041>>.
- FERNANDES, Florestan. A luta contra o preconceito de cor. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi Ltda, 1955.
- . *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.
- . *A integração do negro na sociedade de classes*, (Vol. 1). São Paulo: Globo, 2008a.
- . *A integração do negro na sociedade de classes* (Vol. 2). São Paulo: Globo, 2008b.
- . *Circuito fechado - quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Globo, 2010.
- FERRARA, Miriam. A imprensa negra paulista (1915-1963). *Revista Brasileira de História*, v. 5, n. 10, 1985.

- FIGUEIREDO, Angela. *Novas elites de cor: estudo sobre profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: Annablume, 2002.
- FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Unesp, 2007, p. 303-348.
- GOMES, Flavio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educ. Pesqui.*, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003. Acesso em 20 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008>>.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 2003
- HANCHARD, Michael. *Orfeu e o poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1008.
- LEITE, José; CUTI. ... *E Disse o Velho Militante Jose Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- LOPES, Maria Aparecida. História e memória do negro em São Paulo. *Tese de Doutorado (História)*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis –Universidade Estadual Paulista, 2007.
- MAIO, Marcos; GRIN, Mônia. O antirracismo da ordem no pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco. *Topoi*, v. 14, n. 26, p. 33-45, 2013.
- MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Bóris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1986, p. 557-596.
- MITCHELL, Michael. Os movimentos sociais negros na Era Vargas. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Experiências Da Emancipação - Biografias, Instituições E Movimentos Sociais No Pós-Abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- NASCIMENTO, Elisa. O Movimento social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto. In: NASCIMENTO, Elisa. *Cultura em Movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- OLIVEIRA, Eduardo. *Quem é Quem na Negritude Brasileira*. São Paulo: Edição do autor, 1998.
- SILVA, Zélia. *Catálogo da Imprensa Negra (1903-1963)*. 2008. Acesso em 24 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/#!/cedap---centro-de-documentacao-e-apoio-a-pesquisa/acervo-do-cedap/catalogo-da-imprensa-negra/>
- SOTERO, Edilza. *Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

“Globo, a gente se vê por aqui?”
Diversidade racial nas telenovelas das últimas três décadas
(1985 – 2014)

“Globo, we see each other here?”

Racial diversity in Brazilian soap operas in the last three decades (1985-2014)

Luiz Augusto Campos^a e João Feres Júnior^b

Resumo Desde sua popularização na década de 1960, as telenovelas da Rede Globo de Televisão tomaram para si a tarefa de representar o Brasil e seu povo. Apesar disso, a participação das personagens pretas e pardas nos elencos desses programas sempre esteve aquém do seu peso demográfico no país. Este texto apresenta os dados gerais de um levantamento que buscou medir a sub-representação de atrizes e atores pretos ou pardos na teledramaturgia da emissora. Nosso objetivo não foi apenas mensurar tal sub-representação, mas entender por meio dela a imagem de nação parcial que as telenovelas produziram e difundiram nas últimas três décadas. Embora os dados detectem uma tímida tendência à diversificação dos elencos, eles demonstram que os elencos das novelas brasileiras ainda são hegemonicamente brancos.

Palavras-Chave Telenovela, Relações raciais, Branquitude, Televisão, Brasil.

Abstract *Since its popularization in the Sixties, Brazilian soap operas have aimed to produce a certain representation of the country and its people. However, in spite of the racial plurality in Brazilian population, the cast of those soap operas lacks racial diversity. This article presents the results of a research that aimed to measure the underrepresentation of black and brown people in the most important TV channel in Brazil: Rede Globo. Our goal was not only to measure this sub-representation, but to understand this lack of representativeness and the partial image of the Brazilian nation that is behind it. Although our data shows a soft change in this trend, it also shows that Brazilian soap operas casts are still mostly white.*

Keywords *Soup operas, Racial relations, Whiteness, Television, Brazil.*

a Professor de Sociologia do IESP-UERJ, onde coordena, junto com o professor João Feres Júnior, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA). É também pesquisador associado do Grupo de Estudos Sobre Democracia e Desigualdades (Demode-UnB).

b Professor de Ciência Política da UERJ e da UNIRIO, editor da revista Contributions to the History of Concepts, coordenador no Brasil do Projeto de História Conceitual do Mundo Atlântico (Iber-conceptos) e coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA).

INTRODUÇÃO

Sobretudo a partir da década de 1960, a telenovela se tornou um dos gêneros de entretenimento mais consumidos no Brasil.¹ A difusão do aparelho televisor, o alcance geográfico do sinal televisivo e a consolidação de uma ampla indústria de produção cultural são apenas alguns dos elementos que viabilizaram tecnicamente esse tipo de dramaturgia (HAMBURGER, 2011). Tudo isso financiado com vultuosos recursos internacionais e estatais, a depender do período histórico observado (SODRÉ, 1998, p. 401). Contudo, o sucesso de público das telenovelas no país não pode ser atribuído apenas a fatores tecnológicos e financeiros. Ele refletiu também uma complexa articulação entre elites artísticas, econômicas e políticas na produção de conteúdos e narrativas que buscavam difundir e constituir uma determinada imagem da nação, que fosse palatável e atraente para a população como um todo.

É verdade que as elites artísticas, econômicas e políticas, que cooperaram na produção e difusão desses conteúdos, eram bastante heterogêneas em suas posições políticas e ideológicas. Esse diagnóstico é válido sobretudo para as telenovelas produzidas pela Rede Globo de Televisão. Como é de amplo conhecimento público, o sucesso da emissora em seus primeiros momentos se deveu a fatores diversos, como o apoio dado a ela pela ditadura militar instaurada em 1964 (KEHL, 1979), a formação de um conglomerado empresarial que lhe desse sustento e o recrutamento de escritores, diretores e atores vinculados em sua maioria a movimentos políticos de esquerda, críticos ao regime e ao capital financeiro estrangeiro (ORTIZ, 1987). Mas apesar das divergências ideológicas, esses três entes convergiam ao menos no caráter nacionalista de seus projetos políticos, o que se refletiu na concepção de teledramaturgia que se tornou hegemônica no país (ORTIZ, 1987; RIDENTI, 2000; HAMBURGER, 2011). Diferentemente do enfoque quase que exclusivo na vida privada dos personagens e em suas tramas afetivas e familiares, que caracteriza as *soap operas* norte-americanas e as telenovelas de países latino-americanos, como México e Colômbia, a telenovela brasileira tornou-se também um instrumento de difusão (e formação) de uma compreensão de identidade nacional, de suas supostas características essenciais, dilemas e desafios.

Um dos elementos centrais na representação de qualquer nação é a representação de seu povo, de suas características físicas, morais e culturais, vide, entre outros exemplos, as feiras mundiais que se tornaram populares nos Estados

1 Uma versão preliminar desse artigo foi publicada como um *Texto para Discussão do GEMAA*. Esta versão corrige alguns problemas de recorte e revê alguns dos números presentes na primeira versão. Ainda assim, as conclusões gerais se mantiveram.

Unidos e Europa a partir do final do século XIX (SALVATORE, 2006). Mas a despeito de pretender oferecer uma representação “fiel” do povo brasileiro – intenção esta sintetizada por *slogans* como “A Globo é mais Brasil”, “Globo, um caso de amor com o Brasil” ou “Globo, a gente se vê por aqui”² – tal representação só pode ser feita por meio de filtragens e supressões. No Brasil, tais escolhas dramáticas refletiram os delicados compromissos políticos e ambiciosos objetivos mercadológicos que tornaram a novela o que ela é hoje.

Em um país fundado originalmente sobre um sistema econômico baseado em séculos de escravidão negra, os debates em torno da identidade nacional se confundiram com discursos eugênicos sobre nossa heterogeneidade racial. Na transição do século XIX para o XX, essa heterogeneidade era vista como o principal obstáculo para os projetos de nação então em voga, presos à premissa de que só há unidade em um povo quando ele possui certa homogeneidade racial (SCHWARCZ, 1994). É apenas na década de 1930 que se populariza uma concepção de nação na qual a mestiçagem entre brancos, negros e índios é enxergada como vetor da nossa unidade demográfica e cultural (SKIDMORE, 1993). Em um período relativamente curto de tempo, as profundas desigualdades raciais e tensões sociais que perturbavam os projetos nacionalistas deram lugar a uma imagem de nação como um “equilíbrio de opostos”, para usar uma das expressões de Gilberto Freyre, arquiteto intelectual dessa concepção de nacionalidade. É essa concepção de nação que viabilizará a unificação das elites culturais, econômicas e políticas em torno de um mesmo projeto de nação, materializado nas narrativas teledramáticas.

Mas quais são os vieses e exclusões presentes nessa concepção de identidade nacional? Não é de hoje o diagnóstico de que o suposto hibridismo dessa imagem unificadora da nação se aproxima mais de uma “negação do Brasil” do que da expressão de suas diferenças (ARAÚJO, 2000). Dito isso, este artigo apresenta os dados gerais de uma pesquisa sobre a representação dos grupos raciais brasileiros nas telenovelas da Rede Globo de Televisão nos últimos trinta anos (1985-2014). Não obstante o imaginário nacional formado e divulgado pelas novelas ser limitado e excludente em muitas dimensões (regionais, etárias, socioeconômicas, etc.), nosso texto avalia mormente a interação entre gênero e raça na representação das personagens. O estudo que informa a atual análise ainda está em curso. Aqui são apresentados parte dos resultados obtidos até o presente momento. A partir deles, é possível afirmar que as personagens pretas e pardas não apenas correspondem

2 Uma lista completa dos *slogans* da emissora está disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_slogans_da_Rede_Globo <Acessado em 20 de outubro de 2015>.

a uma proporção diminuta dos elencos, como também se fazem mais presentes em novelas de tipos específicos. Isso ajuda a entender que a sub-representação dos pretos e pardos nas telenovelas não é apenas expressão de um limite flagrante da concepção de Brasil que informa este tipo de produção cultural, mas é também a expressão de uma concepção de nação e de povo cujos contornos políticos precisam ser explicitados e criticados.

O texto está dividido em cinco partes. A primeira delas apresenta a metodologia utilizada para formar a base de dados aqui utilizada. A segunda seção apresenta os dados gerais sobre a distribuição das personagens das telenovelas de acordo com a cor e outras características como gênero. A terceira seção explora como essa distribuição racial interage nas novelas quando observamos sua ambientação geográfica e histórica. Na quarta seção observamos em que medida o recrutamento de atores pretos e pardos varia de acordo com o(a) diretor(a) e o(a) escritor(a) da novela. Ao termo, delineamos algumas considerações gerais sobre a imagem de nação formada nesses trinta anos de teledramaturgia “Global”, suas mudanças recentes e seus limites persistentes.

METODOLOGIA

Em comparação às suas congêneres no mundo, a telenovela brasileira se particulariza por duas características: (i) envolve um número extenso de atores e atrizes e (ii) possui uma duração longa, ainda que finita. As telenovelas estadunidenses (*soap operas*), por exemplo, não costumam possuir um prazo determinado para acabar e muitas vezes se estendem por décadas. Não obstante a duração das novelas brasileiras varie, em grande medida por influência de sua audiência, elas costumam durar entre seis e doze meses. Mas ao contrário das *soap operas* estadunidenses, as novelas brasileiras em geral possuem uma trama complexa, dividida em inúmeros núcleos narrativos e, por isso, empregam elencos numerosos, aproximando-se, assim, da teledramaturgia mexicana.

A duração e a complexidade narrativa são dois elementos que dificultam a pesquisa com telenovelas. Os dois fatores criam obstáculos para que se possa acompanhar, do início ao fim, o desenrolar de uma trama, quanto mais de várias novelas ao longo dos anos. Por conta disso, a presente pesquisa se serviu de uma base de dados criada pela própria Rede Globo de Televisão e disponibilizada no portal “Memória Globo” (memoriaglobo.globo.com), que contém informações técnicas e resumos das tramas de novelas que a emissora levou ao ar. Os dados a seguir foram compilados a partir desse repositório. Embora ele tenha limitações

patentes, relacionadas tanto à qualidade desigual dos resumos oferecidos quanto à dificuldade em se sumarizar narrativas que duram meses, o site compila com rigor ao menos os elementos centrais dessas novelas.

Em geral, o site divide as narrativas que compuseram cada novela em “tramas centrais” e “tramas paralelas”. Baseada nessa divisão, a pesquisa compilou em outro banco de dados os nomes das personagens e atores/atrizes em todas as tramas centrais. Em média, foram considerados os trinta personagens centrais de cada novela. Nos casos em que esse número não pode ser atingido por falta de informação no site, estipulamos um número mínimo de vinte personagens para análise. Em alguns casos, principalmente nas novelas mais antigas, o número de personagens citados nas tramas centrais era muito pequeno, o que nos levou a complementá-lo com personagens das tramas paralelas.

A partir dessa lista, as fotos dos atores e atrizes que interpretaram as personagens centrais³ de cada telenovela foram classificadas pela equipe de pesquisadores do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), grupo de pesquisa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), coordenado pelos autores deste texto. A heteroclassificação foi feita de acordo com as categorias de cor “branco”, “pardo”, “preto” ou “amarelo”,⁴ utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como raça é uma construção social que se serve arbitrariamente de marcas corpóreas, toda heteroclassificação de indivíduos com base em sua imagem é sujeita a dissenso. Por isso, optou-se por submeter cada um dos conjuntos de foto à classificação de ao menos dois pesquisadores. Embora tal procedimento não garanta que nossa metodologia espelhe os critérios de classificação racial presentes na população brasileira como um todo, acreditamos que a heteroclassificação em vários estágios permite que nos aproximemos do modo como determinados grupos são investidos de atributos raciais pelos seus parceiros de interação social. Não somos originais na utilização desse método (SILVA, 1999; BASTOS, PERES ET AL., 2008; MUNIZ, 2012), que apesar de não ser o mais desejável, é muitas vezes o único possível quando o acesso ao objeto da pesquisa, no caso, cada ator, é impossível ou impraticável.

3 Não confundir com personagem principal ou protagonista. Consideramos aqui como “personagem central” aquele presente no resumo das tramas centrais de acordo com o site memoriaglobo.globo.com.

4 Diante do fato de que as novelas do período apresentaram um número ínfimo de personagens pertencentes a populações autóctones e, assim, classificáveis como “indígenas”, essa categoria não foi considerada no levantamento.

Sempre que houve discordância ou dúvida em relação à cor do referido ator/atriz, o mesmo conjunto de fotos foi submetido à classificação de outros dois pesquisadores. Ainda assim, se alguma dúvida persistisse, optávamos sempre por classificar o ator/atriz nas cores mais escuras que disputavam a dúvida. Esse “critério de desempate” se justifica diante da orientação normativa desta pesquisa. Tendo em vista que nossa hipótese de pesquisa era de que o “povo” retratado nas telenovelas excluía atores e atrizes pretos e pardos, é melhor que a classificação da cor dos atores seja “enviesada” no sentido oposto ao da nossa hipótese. Por isso, atores que podem ser vistos como “brancos” por uma parcela dos telespectadores – como Marcos Palmeira ou Juliana Paes, por exemplo – foram considerados “pardos”.⁵ Vale antecipar que, ainda assim, a participação de pardos e pretos foi diminuta, como veremos no decorrer deste texto.

Diante da pequena quantidade de pretos e pardos nos elencos, optamos ocasionalmente por dividir os atores em apenas dois grandes grupos, um chamado “branco”, congregando atrizes e atores classificados como “brancos” ou “amarelos”; e outro chamado “não brancos”, que congrega atrizes e atores classificados como “pretos” e “pardos”.

A COR DAS PERSONAGENS

As 156 telenovelas brasileiras que foram lançadas entre 1985 e 2014 possuem, em média, 91,2% dos seus personagens centrais representados por atores e atrizes brancos. Tendo em vista que 47,9% da população brasileira se reconheceu como tal no último censo de 2010, há uma substantiva sobre-representação desse grupo nas telenovelas. De fato, pode-se objetar que há uma diferença metodológica entre nosso levantamento, baseado na heteroclassificação das personagens, e os dados do censo, que empregam a autoclassificação. Contudo, diferentes pesquisas vêm demonstrando que há uma convergência entre as duas metodologias (SILVA, 1999; BASTOS, PERES ET AL., 2008; MUNIZ, 2012). Mesmo se tal convergência fosse colocada em dúvida, é preciso considerar que a proporção de brancos encontrada por nosso levantamento corresponde ao dobro de sua proporção na população nacional, uma diferença muito acima de qualquer erro estatístico ou imprecisão metodológica. Isso nos permite concluir não apenas que a população preta e parda brasileira se encontra sub-representada nas telenovelas, mas que ela se encontra substan-

5 Por conta desse critério mais amplo, nossos resultados diferem de outros levantamentos, como aquele realizado por Araújo (2000), Grijó e Souza (2012).

tivamente sub-representada, na medida em que corresponde a apenas 8,8% dos atores e atrizes dos elencos.⁶

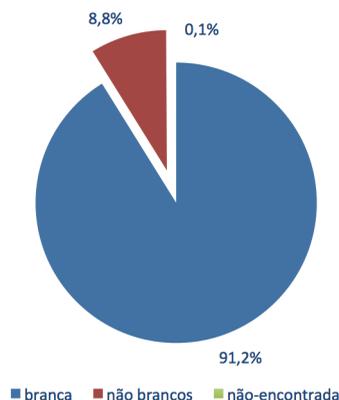


Gráfico 1. Percentual médio de atores e atrizes em cada novela de acordo com sua cor (1985-2014). Fonte: GEMAA, a partir de dados do portal “Memória Globo”.

É importante notar, contudo, que há alguma variação na distribuição dos personagens de acordo com sua cor nas novelas analisadas. Vinte e seis novelas tiveram 100% dos atores e atrizes da trama central classificados como brancos. Alguns exemplos foram *A Gata Comeu* (1985), *Bambolê* (1987), *Vale Tudo* (1988), *Top Model* (1989), *Barriga de Aluguel* (1990), *Deus nos acuda* (1992), *Mulheres de areia* (1993), *A viagem* (1994), *História de Amor* (1995), *Um Anjo Caiu do Céu* (2001), *Desejos de Mulher* (2002), *Agora É Que São Elas* (2003), *Guerra dos Sexos* (2012) e *Império* (2014). Apenas oito novelas apresentaram mais de 20% ou mais do seu elenco principal composto por atores e atrizes classificadas como pretos ou pardos. Elas são *Lado a Lado* (2012), *Felicidade* (1991), *Da Cor do Pecado* (2004), *Cama de Gato* (2009), *Araguaia* (2010), *Celebridade* (2003), *Aquele Beijo* (2011) e *Salve Jorge* (2012). E apenas em duas dessas novelas (*Felicidade* e *Lado a Lado*) a proporção de não-brancos ultrapassou a marca dos 30%. Ou seja, além de estarem sub-representados na média geral, os personagens pretos e pardos estão significativamente sub-representados em todas as novelas da Rede Globo entre 1985 e 2014.

Grande parte das novelas que apresentam uma quantidade relativa de pretos e pardos maior que a média foi, também, protagonizada por atores/atrizes não-brancos. Mais do que um caso fortuito, essas novelas quase sempre representam esforços intencionais da emissora em produzir peças televisivas mais diversas. Esse

⁶ Em 0,1% dos casos, não foi possível encontrar fotografias do ator/atriz, o que impediu a classificação.

é o caso de, por exemplo, *Da cor do pecado*, primeira novela “global” protagonizada por uma atriz negra (Taís Araújo), *Lado a Lado* (protagonizada por Camila Pitanga); *Cheias de Charme* e *Geração Brasil*, igualmente protagonizadas por Taís Araújo. Ou seja, a falta de personagens pretos e pardos só é parcialmente sanada quando há intenção clara da emissora de “mostrar” essa parte da população.

A presença de atores pretos ou pardos no rol dos protagonistas é ainda mais exígua. Segundo o levantamento, 93% das novelas tiveram protagonistas brancos contra apenas 7% com ao menos um dos protagonistas preto/a ou pardo/a. Ao todo, apenas onze novelas foram protagonizadas por atores e atrizes pretas ou pardas: *Viver a Vida*, *Cheias de Charme*, *Da Cor do Pecado* (Taís Araújo); *Cama de Gato* (Camila Pitanga e Marcos Palmeira); *Kubanacan* (Marcos Pasquim); *Porto dos Milagres* (Marcos Palmeira); *Meu Bem, Meu Mal*; *O Salvador da Pátria* (Lima Duarte); *Gabriela 2ª edição* e *Caminho das Índias* (Juliana Paes); *Lado a Lado* (Camila Pitanga). Há que se notar aqui a repetição dos atores e atrizes, o que mostra o diminuto número de atores e atrizes pretos ou pardos com destaque no mundo da telenovela. Taís Araújo foi protagonista em três telenovelas, Camila Pitanga, Juliana Paes, Marcos Palmeiras e Lima Duarte o foram em duas cada um. É preciso também lembrar a posição conservadora de nosso método de classificação, pois atores como Juliana Paes, Marcos Palmeiras, Marcos Pasquim e Lima Duarte, devido às suas características fenotípicas, podem muitas vezes ser percebidos, ou “passar”, como brancos. Se eles tivessem sido excluídos do grupo não-branco, a representatividade de pretos e partos em papéis de protagonismo ficaria restrita a duas atrizes: Camila Pitanga e Taís Araújo.

Essas desigualdades raciais na formação dos elencos permanecem constantes quando observamos a intersecção entre cor e sexo. Conforme indica o Gráfico 2, homens brancos correspondem a 46,2% em média dos elencos, enquanto mulheres brancas perfazem 45,2%. Já homens não brancos respondem em média por 4,4% dos elencos, enquanto mulheres não brancas por 3,8%.

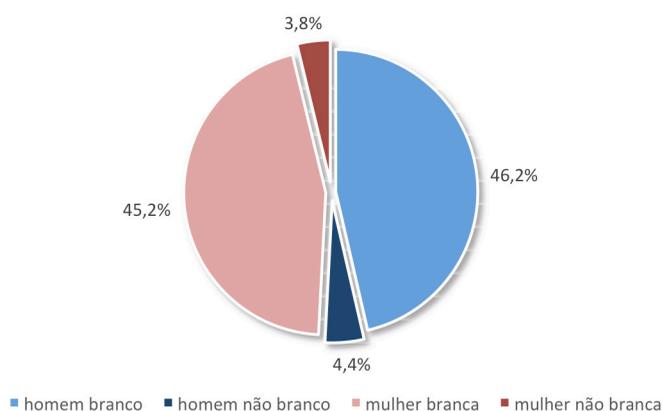


Gráfico 2. Percentual médio de atores conforme a cor e o sexo (1985-2014). Fonte: GEMAA, a partir de dados do portal “Memória Globo”.

Ainda que em todos os estratos de cor homens estejam sobrerrepresentados, tal vantagem numérica é leve. Historicamente, as novelas se constituíram como um gênero televisivo voltado para o consumo feminino e privilegiando suas relações amorosas, ainda que não tenha se restringido apenas a isso no Brasil (HAMBURGER, 2007). Por conta disso, a proporção de mulheres nos elencos costuma ser próxima à dos homens, como o gráfico acima atesta. Isso está bem longe, no entanto, de uma igualdade simbólica, haja vista que os papéis interpretados por mulheres e homens costumam obedecer a estereótipos tradicionais de gênero, algo que, infelizmente, os dados desta pesquisa não permitem captar. Apesar disso, a conclusão geral é que as desigualdades na representação dos grupos raciais costumam ser similares dentro de cada grupo sexual, ou seja, não brancos severamente sub-representados.

A ESPAÇO E O TEMPO DAS NOVELAS

No rol de novelas “menos brancas” há também aquelas ambientadas em espaços sociais marginais, seja na geografia regional do país ou no ambiente urbano, como *Salve Jorge*, cuja locação fundamental foi uma favela carioca; *Araguaia*, ambientada nas margens do rio homônimo; *Cama de Gato*, inicialmente ambientada nos Lençóis Maranhenses. De fato, a distribuição das personagens não brancas no corpus total parece obedecer uma certa divisão das regiões do país, como indica a Tabela 1. Há maior probabilidade das novelas com maior número de pretos e pardos se situarem nas regiões Norte e Nordeste do país, seguidas da região Centro-Oeste e de novelas ambientadas em outros países:

Tabela 1. Percentual médio de personagens não brancos de acordo com as regiões onde a novela se passa predominantemente (1985-2014)*

	N e % de novelas	% médio de não brancos
Região norte	5 (3,2%)	12,18
Região nordeste	15 (9,6%)	11,7
Região centro-oeste	4 (2,6%)	10,36
Outro país	36 (23,1%)	9,62
Região sudeste	117 (75%)	8,66
Não especificada ou fictícia	18 (11,5%)	8,91
Região sul	8 (5,1%)	7,04
TOTAL	156 (100%)	8,62

Fonte: GEMAA, a partir de dados do portal “Memória Globo”. *A soma dos percentuais excede 100% porque uma mesma novela pode ser ambientada em mais de uma região.

É curioso notar a posição da região Sudeste nessa “geografia televisiva”. Ainda que 75% das novelas realizadas pela Globo no período se passem na região Sudeste, ela é a segunda região brasileira com a menor proporção de não brancos, à frente apenas da região sul. Pode-se argumentar que, de fato, a população preta e parda do Brasil se distribui de modo desigual nas cinco regiões e que, por isso, a hierarquia apresentada na Tabela 1 espelha estas diferenças na composição demográfica do país. Não deixa de ser curioso, contudo, que as novelas ambientadas na região Sudeste apareçam nesse ranking como mais brancas que as novelas que se passam em outros países, por exemplo. Levando em conta essas últimas, a região Sudeste aparece com um percentual menor de não brancos do que a média do grupo de 20 novelas ambientadas na Europa, que é de 9,18%. Ou seja, as telenovelas Globais não somente representam a região Sudeste como majoritariamente branca, mas como mais branca que a própria Europa. Por fim, é importante notar que a taxa de não brancos das novelas ambientadas no Sudeste, 8,66% dos personagens, é muito inferior à porcentagem deste grupo na população da região, cuja média se aproxima da média nacional de 51% de não brancos.

Algo semelhante se passa com a distribuição de pretos e pardos pelos diferentes espaços sociais. Novelas ambientadas em favelas ou cortiços tendem a ter uma média de personagens não brancos bastante elevada (16,77%), quase o dobro da média geral. Em seguida, os pretos e pardos aparecem relativamente mais em novelas que se passam em grandes propriedades rurais (12,24%) e no campo (10,84%). As novelas que se desenrolam basicamente em espaços urbanos são, todavia, majoritariamente brancas, como indica a Tabela 2:

Tabela 2. Percentual médio de personagens não brancos de acordo com as localizações predominantes da novela (1985-2014)*

	N e % de novelas	% médio de não brancos
Favela ou cortiço	11 (6,4%)	16,77
Grande propriedade rural	17 (10,9%)	12,24
Campo	36 (23,1%)	10,84
Bairro de luxo	95 (50,6%)	8,68
Periferia ou subúrbio	47 (29,5%)	7,93
Mundo fictício	26 (16,7%)	7,84
Espaço urbano	34 (21,8%)	6,66
Praia	7 (4,5%)	6,16
Pequena propriedade rural	8 (5,1%)	6,06
TOTAL	156 (100%)	8,89

Fonte: GEMAA, a partir de dados do portal “Memória Globo”. *A soma dos percentuais excede 100% porque uma mesma novela pode ser ambientada em mais de um espaço.

No que se refere ao período histórico no qual se ambientam as novelas, nossos dados corroboram as conclusões de outros levantamentos similares (GRIJÓ; SOUSA, 2012). As personagens não brancas costumam ter uma presença relativa maior no elenco das novelas ambientadas no Brasil Colônia e no Império, cuja média de personagens pretos e pardos atinge 18,48%, mais do que o dobro da média geral. Em segundo lugar, aparecem as novelas ambientadas no Estado Novo, nas décadas de 1960 e 1970, e no presente, oscilando entre 7% e 11%. Nesses três cortes temporais, a média de não brancos na trama central das novelas se aproxima da média de não brancos nas novelas em geral. São nas novelas ambientadas nas décadas de 1980 e 1990 que há a menor participação de não brancos, conforme indica a Tabela 3.

Tabela 3. Percentual médio de personagens não brancos de acordo com os períodos históricos em que a novela foi ambientada (1985-2014)*

	N e % de novelas	% médio de não brancos
Império e Colônia	6 (3,8%)	18,48
Presente	59 (37,6%)	10,74
República Velha	8 (5,1%)	10,42
Década de 60-70	9 (5,8%)	9,29
Estado Novo e II República	14 (9%)	7,67
Década de 90	49 (31,4%)	6,4
Década de 80	28 (17,9%)	6,4
Outro	4 (2,6%)	10,71
Total	156 (100%)	8,79

Fonte: GEMAA, a partir de dados do portal “Memória Globo”. *A soma dos percentuais excede 100% porque uma mesma novela pode ser ambientada em mais de um período.

Esses dados sugerem que as novelas que se passam no período em que ainda havia escravidão no país (Brasil Colônia e Império) tendem a apresentar relativamente mais personagens pretos e pardos. Essa “visibilidade”, contudo, decresce na medida em que o tempo narrativo avança, e só volta a crescer de forma significativa na transição para o século XXI. Tal distribuição temporal parece refletir uma concepção de nação muito próxima à ideologia da democracia racial, que se tornou dominante em nosso país entre os anos 1930 e 1980. Nesse imaginário, o negro teve presença marcante durante todo o período de “formação” do povo brasileiro, isto é, na Colônia e no Império. Depois disso, o imaginário de um povo híbrido invisibiliza a negritude em nome de um país que se diz mestiço, mas que, na verdade, se pensa em acelerado processo de embranquecimento. Ao termo, a mestiçagem funciona como um imaginário de escamoteamento da negritude, a qual só é representada em referências a um passado que se crê superado.

Em conjunto, esses dados refletem uma certa narrativa nacional, que considera a negritude um fato do passado e próprio das esferas “atrasadas” do espaço social, como o campo e as favelas. Contra esses espaços está a cidade moderna e sudestina das décadas de 1990, na qual se ambientam as novelas que não se preocupam em tematizar a questão racial e, como resultado, se tornam majoritariamente brancas.

É preciso reconhecer, contudo, que a Rede Globo de Televisão vem envidando esforços para aumentar a diversidade em sua programação. Novelas como *Viver a Vida*, *Da Cor do Pecado* e *Lado a Lado* foram patrocinadas pela emissora, ao menos nominalmente, com esse intuito. Só em 2015, ano que ainda não foi incluído na nossa base de dados, uma novela com uma protagonista negra e boa parte do elenco composto por atores e atrizes pretas e pardas (*Babilônia*) e dois seriados com a mesma característica (*O Sexo e as Nêga* e *Mister Brau*) foram lançados. Mas embora nossos dados sejam sensíveis a essa reorientação da emissora, eles também revelam a timidez de seus esforços. Dividindo o período analisado em seis partes, percebemos que o percentual de personagens não brancos de fato aumentou, mas como o patamar inicial na década de 1980 era muito baixo (6%, em média), o patamar do último quinquênio, 12%, é ainda bastante tímido se levarmos em consideração a proporção de não brancos na sociedade brasileira ou na Região Sudeste. Se o crescimento da proporção de pretos e pardos nas novelas continuar à mesma taxa média observada no período analisado, demoraríamos mais 120 anos para atingir a proporção populacional de 51%.

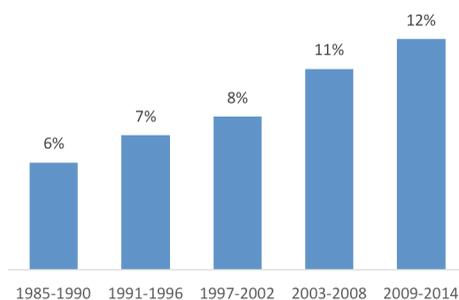


Gráfico 3. Percentual médio de atores e atrizes não-brancos em cada período entre 1984 e 2014. Fonte: GEMAA, a partir de dados do portal “Memória Globo”.

AUTORES E DIRETORES

Nenhum dos escritores ou diretores principais das novelas computadas foi considerado pardo ou preto. Isso indica que, apesar de alguns tímidos esforços da emissora em pluralizar o elenco de suas novelas, o mesmo não vale para a produção delas. Como se sabe, os escritores e diretores das novelas da Rede Globo têm um papel que vai muito além da formulação e condução das narrativas dramatúrgicas. Eles também

participam da escolha dos protagonistas e de boa parte do elenco, além de opinarem sobre detalhes que vão da locação ao figurino das novelas. Portanto, do ponto de vista da distribuição de prestígio e poder, a hegemonia de produtores (escritores e diretores) brancos é ainda mais aguda do que a de atores brancos em relação a pretos e pardos.

Essa avaliação não pressupõe que produtores pretos e pardos tenderiam a dar mais espaço para personagens e/ou temáticas relacionadas a essas populações. É plenamente possível conjecturar uma produção dramaturgica com maioria não branca, escrita e/ou dirigida por brancos. Ainda assim, é razoável supor que a experiência vivida por não brancos, em uma sociedade que opera discriminações e preconceitos baseados em percepções raciais, tenderia a levar ao ar representações mais diversas e complexas (YOUNG, 1990).

Para além dessas questões, há que se notar, também, que a participação de pretos e pardos nas novelas varia consideravelmente de acordo com o nome de quem a assina. No Gráfico 4, temos a lista dos autores principais que escreveram oito ou mais novelas para a Rede Globo, entre 1985 e 2014, e a proporção média de não brancos em suas novelas. Nesse quesito, as novelas de Benedito Ruy Barbosa se destacam das demais, tendo em média 13,62% de não brancos. Isso se explica, em grande medida, pela preferência do autor em escrever narrativas sobre a vida rural, que envolvem a vida de migrantes⁷. Há que se notar, também, o papel do escritor na adaptação à televisão de obras icônicas formadoras da concepção da brasilidade em formação, rural e mestiça.

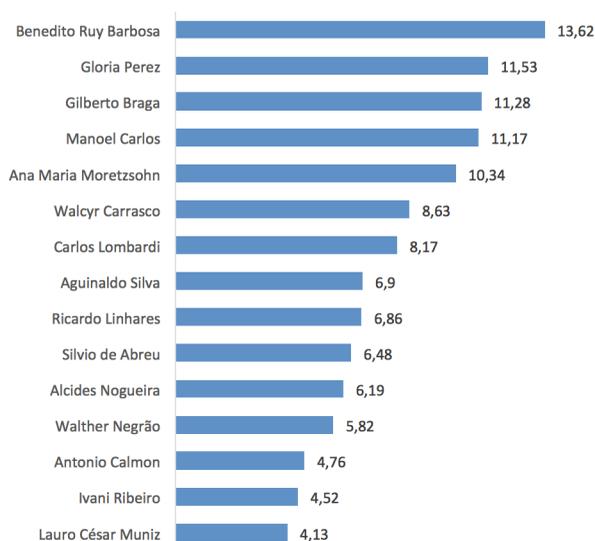


Gráfico 4. Percentual médio de atores e atrizes pretos ou pardos de acordo com o escritor principal da novela (1985-2014)*. Fonte: GEMAA, a partir de dados do portal “Memória Globo”. *Apenas os escritores com 6 ou mais novelas produzidas.

7 Ver: <http://www.terra.com.br/exclusivo/noticias/2002/06/14/023.htm>

Em segundo lugar, aparecem com percentuais bem próximos escritores como Glória Perez, Gilberto Braga e Manoel Carlos, com uma média de 11% de atores e atrizes pretos ou pardos. É curioso notar que as novelas de Manoel Carlos em específico, frequentemente focadas nos dilemas amorosos e cotidianos das elites cariocas, foram mais de uma vez criticadas pela ausência de personagens negros⁸. Mas no mínimo desde de *Por Amor* (1997), novela que abordou a temática racial em um de seus núcleos⁹, é possível perceber que o escritor opta por representar ao menos alguns núcleos com personagens não brancos. Essa preocupação atinge seu momento mais evidente em *Viver a Vida* (2009), primeira novela de Carlos protagonizada por uma atriz negra, Taís Araújo. Curiosamente, porém, *Viver a Vida* se tornou alvo de crítica justamente por não tematizar a questão racial, a despeito da cor de sua protagonista.¹⁰ Em relação à escritora Gloria Perez, a média de não brancos em suas novelas sofre o impacto das telenovelas ambientadas fora do país como *O Clone* e *Caminho das Índias*, e telenovelas que se passam em favelas ou na periferia (*Partido Alto* e *Salve Jorge*). Dentre os autores e autoras que deram menos espaço para personagens não brancos, estão Lauro César Muniz, Ivani Ribeiro e Antonio Calmon, todos com produções concentradas nas décadas de 1980.

De modo análogo ao Gráfico 4, o Gráfico 5 apresenta o percentual médio de atores e atrizes não brancas de acordo com o diretor ou diretora da novela. Como é possível perceber, dois nomes se destacam nesse quesito: Marcos Schechtman e Denise Saraceni. O primeiro foi diretor principalmente de novelas ambientadas em outros países (*O Clone* e *Caminho das Índias*), no interior do Brasil ou em periferias (*Araguaia* e *Salve Jorge*). Já Saraceni foi a responsável pela direção da maior parte das novelas que tematizaram a questão racial e/ou optaram por conceder a posição de protagonista a atrizes ou atores não brancos. Alguns exemplos são *Da Cor do Pecado*, *Geração Brasil* e *Cheias de Charme* (as três com Taís Araújo dentre as protagonistas) e *O Salvador da Pátria* (protagonizada por Lima Duarte). Já dentre os diretores que menos deram espaço para atrizes e atores pretos ou pardos,

8 Ver: <http://gente.ig.com.br/materias/2009/11/10/aguinaldo+silva+critica+helena+negra+de+manoel+carlos+ falta+a+ela+o+componente+racial+9055969.html>

9 Nessa novela, o personagem branco interpretado pelo ator Paulo César Grande recusa-se a casar com a personagem negra interpretada pela atriz Maria Ceíça.

10 Esse fato foi notado e atacado até mesmo por um dos colegas de profissão de Manoel Carlos: Aguiinaldo Silva. Em uma entrevista, Silva criticou o fato de que sua protagonista ignorava tematizar a questão racial: “O que falta à personagem é o componente racial. Você não pode ter uma atriz negra na novela como se fosse uma branca” (cf.: <http://gente.ig.com.br/materias/2009/11/10/aguinaldo+silva+critica+helena+negra+de+manoel+carlos+falta +a+ela+o+componente+racial+9055969.html> <Consultado em 22 de Outubro de 2015>).

destacam-se Gonzaga Blota, Herval Rossano, Roberto Talma e Jorge Fernando, os três primeiros nomes vinculados, novamente, a produções da década de 1980.

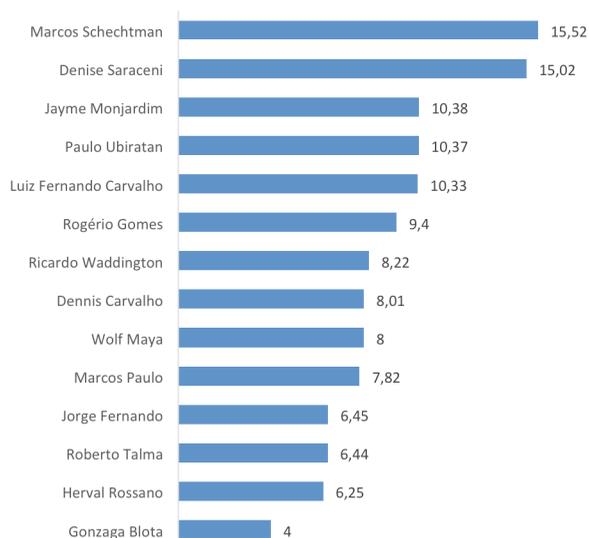


Gráfico 5. Percentual médio de atores e atrizes pretos ou pardos de acordo com o diretor principal da novela (1985-2014)*. Fonte: GEMAA, a partir de dados do portal “Memória Globo”. *Apenas os diretores com 4 ou mais novelas produzidas.

CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo foi mensurar a histórica sub-representação dos pretos e pardos nas novelas da Rede Globo de Televisão e indicar alguns limites nos processos de mudança desse cenário. Embora pareça haver um esforço da emissora em diversificar o elenco desses programas, a média de personagens não brancos deles ainda é bem distante da participação desse contingente na população nacional. Os brancos representam cerca de 91,2% dos atores e atrizes das novelas levadas ao ar nos últimos trinta anos, percentual ainda bem próximo daquilo que Joel Zito Araújo chamou de “estética sueca da TV brasileira” (ARAÚJO, 2000). Ademais, mesmo nos casos em que pretos e pardos se fazem minimamente presentes, eles são escalados para novelas sobre temas que costumam reproduzir imagens clichês e estereotipadas deles, como aquelas centradas na escravidão, nas favelas, na periferia, no campo etc.

Nenhum dos escritores ou diretores principais das novelas computadas foi considerado pardo ou preto. Isso indica que, apesar de alguns tímidos esforços da emissora em pluralizar o elenco de suas novelas, o mesmo não vale para sua produção. Como se sabe, os escritores e diretores das novelas da Rede Globo têm um papel que vai muito além da formulação e condução das narrativas drama-

túrgicas. Mais do que isso, eles participam da escolha dos protagonistas e de boa parte do elenco, além de opinarem sobre detalhes que vão da locação ao figurino das novelas. Portanto, a hegemonia de produtores (escritores e diretores) brancos é, talvez, mais grave do que a sub-representação de atores pretos e pardos.

Como nosso levantamento indica, as novelas da Globo constituem espaços de branquidade, nos vários sentidos do conceito (HILL, 1997). De fato, os brancos estão no poder, real, na figura de escritores e diretores, e simbólico, na sua forte dominância em papéis de protagonismo. De maneira complementar, aos não brancos são relegadas posições subalternas, marginais e estereotipadas. Cabe notar que mesmo quando são colocados em papéis de protagonistas, os atores selecionados são majoritariamente mais claros, ou seja, quase brancos. Por fim, a sobrerrepresentação de brancos em novelas que pretendem representar o “povo brasileiro” ou a população do sudeste, mesmo se comparadas a novelas que representam a Europa, da mesma emissora, demonstram como o padrão branco é imposto de maneira sub-reptícia por meio desses bens culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Joel Zito De. *A negação do Brasil: identidade racial e estereótipos sobre o negro na história da telenovela brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- BASTOS, João Luiz, PERES, Marco Aurélio, et al. “Diferenças socioeconômicas entre autoclassificação e heteroclassificação de cor/raça.” *Revista de Saúde Pública*, vol. 42, pp. 324-334, 2008.
- GRIJÓ, Wesley e SOUSA, Adam Henrique. “O negro na telenovela brasileira: a atualidade das representações.” *Estudos em Comunicação*, n. 11, pp. 185-204, 2012.
- HAMBURGER, Esther. “A expansão do “feminino” no espaço público brasileiro: novelas de televisão nas décadas de 1970 e 80.” *Revista Estudos Feministas*, vol. 15, n. 1, pp. 153-175, 2007.
- HAMBURGER, Esther. “Telenovelas e interpretações do Brasil.” *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 82, pp. 61-86, 2011.
- HILL, Mike. *Whiteness : a critical reader*. New York: New York University Press, 1997.
- KEHL, Maria Rita. *Anos 70: televisão*. Rio de Janeiro: Edições Europa, 1979.
- MUNIZ, Jerônimo O. “Preto no branco?: mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial.” *Dados*, vol. 55, n. 1, pp. 251-282, 2012.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SALVATORE, Ricardo Donato. *Imágenes de un imperio : Estados Unidos y las formas de representación de América Latina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2006.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. “Espetáculo da miscigenação.” *Estudos Avançados*, vol. 8, n. 20, pp. 137-152, 1994.
- SILVA, Nelson Do Valle. Morenidade: modos de usar. *Cor e Estratificação Social*. C. Hasenbalg, N. d. V. SilvaeM. Lima. Rio de Janeiro: Contra Capa: 86-106, 1999.
- SKIDMORE, Thomas. *Black Into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. Durham: Duke University Press, 1993.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1990.

Dinâmicas raciais no Brasil contemporâneo: uma revisão empírica

Stanley Bailey^a

Tradução de Eduardo Gutierrez^b

Resumo As dinâmicas raciais no Brasil estão mudando. Antes considerado um país em que o danoso legado do comércio de escravos não era admitido, hoje esse gigante da América Latina começou a reconhecer oficialmente a discriminação étnico-racial, tanto como fenômeno histórico, quanto como questão contemporânea. Parte desse processo envolve um afastamento da celebração da ambiguidade racial e a adoção de status raciais bem delimitados: o termo relativo à miscigenação “moreno” cede lugar, em muitas esferas, ao termo afirmativo “negro”, que passa a ocupar lugar central. Mais significativo ainda é o fato de atores estatais terem implementado cotas raciais no país inteiro, cuja importância maior se dê, talvez, na educação superior. O motor por trás dessas dinâmicas em transformação parece ser a conjunção de atores estatais e dos movimentos negros para estabelecer uma estratégia de mudança legal. É importante observar que pesquisas de opinião pública sugerem que a maioria dos brasileiros apoiam os elementos centrais das novas políticas raciais do Estado. Na segunda metade do século XX, os trabalhos acadêmicos associavam o Brasil a uma falta de consciência racial; já nas primeiras décadas do século XXI essa associação é indefensável.

Palavras-chave classificação racial; atitudes raciais; desigualdade racial; cotas raciais.

Abstract *Racial dynamics in Brazil are shifting. Once considered a context in which the pernicious legacy of the African slave trade had no comfortable home, today this giant of Latin America has begun to officially recognize both historical and contemporary ethn racial discrimination. Part of this process involves a move away from celebrating racial ambiguity to embracing discrete racial statuses: the mixed-race term moreno has fallen out of favor in many spheres, and the racially affirmative term negro occupies center stage. Most significantly, state actors have implemented racial quotas across the country, perhaps most importantly in higher education. The motor behind these shifting dynamics appears to be the coming together of state and*

a Professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, Irvine.

b Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

negro movement actors for strategizing a de jure turn. Importantly, public opinion research suggests that the majority of Brazilians support key elements of the State's new racial politics. In the later part of the 20th-century, scholarship associated Brazil with a lack of racial consciousness; in the first decades of the 21st century, that association is untenable.

Keywords *racial classification; racial attitudes; racial inequality; racial quotas.*

INTRODUÇÃO

Fernando Henrique Cardoso afirmou em um discurso proferido em 1996: “Nós gostaríamos de valorizar ... a existência de distintas raças no Brasil.” A intenção de Cardoso era certamente chamar atenção para a diversidade da população no país e destacar seu valor, mas também afirmar a “raça” como um eixo central da interação e da desigualdade social¹. Ele não nomeou as diferentes populações raciais, talvez considerando elas tão óbvias que uma especificação seria desnecessária. Contudo, a declaração por si só demonstra que algum reconhecimento da diversidade racial era, de fato, necessário, talvez para estabelecer um novo rumo para o Estado brasileiro e para o discurso oficial.

Esse reconhecimento pode ter parecido necessário em parte porque grupos raciais, enquanto coletividades unificadas ou bem delimitadas², não foram centrais para a administração estatal ou para o discurso público mais amplo desde a fundação da República brasileira no final de 1800 (MARX, 1998; BAILEY, 2009)³. Além disso, parte do discurso da elite e do Estado sobre as dinâmicas raciais brasileiras da metade ao final do século XX encarava o contexto da época como uma democracia étnica ou racial. Embora esse seja um conceito impreciso, significava (para alguns) a relativa ausência dos efeitos perniciosos do racismo (CARDOSO, 1997; SANT'ANNA; SOUZA, 1997). Enquanto outros lugares, especialmente os Estados Unidos da maior parte do século XX, tinham problemas raciais materializados em discriminação e segregação estabelecidas na lei, bem como em violência entre grupos (repressão estatal e linchamentos extrajudiciais), o Brasil, em comparação, claramente pertencia a uma categoria distinta (DAVIS, 1991). Ainda, observa-se que grande parte da elite internacional partilhava dessa perspectiva (MAIO, 2001).

1 A partir daqui o termo “raça” será usado sem aspas.

2 Conferir Bailey (2009, capítulo 3) sobre as teorias de delimitações sociais e níveis de “agrupamento” racial no Brasil.

3 Ver FitzGerald e Cook-Martín (2014, p. 261) sobre a política de imigração brasileira voltada para questões étnico-raciais.

A relativa ausência de foco legal à questão racial por parte dos atores estatais brasileiros, bem como a adoção da ideia de que o Brasil era uma democracia racial, não significa, porém, que as dinâmicas raciais e que a estratificação baseada na cor da pele não estivessem presentes. Na verdade, muitas dimensões da sociedade brasileira são racializadas, ainda que umas mais que outras; algumas são caracterizadas por uma adoção positiva dos enquadramentos raciais, como a valorização das contribuições afrodescendentes e indígenas à nação, enquanto outras são caracterizadas pela regulação hierárquica do sucesso socioeconômico pela cor da pele (SANSONE 2003; TELLES, 2004).

Quer o discurso e as ações de Cardoso tenham sido determinantes quer não, o fato é que o Estado brasileiro, tanto em nível local quanto federal, começou a se mover em direção a uma abordagem diferente durante seus anos como presidente. Pela primeira vez, o amplo aparato estatal se uniu a atores dos movimentos negros para focalizar explicitamente a “existência de raças”, para denunciar a hierarquia racial e o mito da democracia racial e para clamar por novas abordagens afirmativas. Como resultado, o Estado brasileiro passou por uma mudança de paradigma: em seu discurso e em sua administração, raça tornou-se uma identificação social central e passou a ser adotada como uma unidade básica para a construção de uma sociedade mais igualitária.

A intenção deste artigo é fornecer uma visão geral sobre as dinâmicas raciais no Brasil contemporâneo por meio de uma análise empírica de alguns de seus elementos centrais. A discussão inicia com o exame da origem e do significado do mito da democracia racial, passando a analisar a demografia e a desigualdade racial e, em seguida, as atitudes raciais contemporâneas, encerrando com uma análise da adoção estatal de ações afirmativas. Como meu objetivo é apresentar uma visão geral, acabo por sacrificar alguns detalhes. Não obstante, apresento cuidadosamente referências de pesquisas adicionais que contêm tais detalhes – algumas delas de minha autoria.

A IDEOLOGIA BRASILEIRA DA MISCIGENAÇÃO RACIAL

Os estudiosos das dinâmicas raciais no Brasil têm, de modo geral, visto o mito da democracia racial como algo que abrange, em grande parte, o senso comum nacional sobre cor e ancestralidade no país, mesmo no período contemporâneo (REIS, 1997; BAILEY, 2009; JOSEPH, 2015). Esse mito explica ou mapeia o terreno racial; ou seja, trata-se de uma “ideologia racial” (FIELDS, 1990). Gilberto Freyre (e.g., 1959; 1974) é frequentemente nomeado principal fonte acadêmica

referente à democracia racial desde o começo dos anos de 1930, embora o termo “racial” date de época posterior. Confrontado com o racismo científico do período, que sustentava 1) a existência e a natureza intransponível das diferentes raças humanas; 2) a superioridade da raça branca; 3) a inferioridade da raça negra; 4) e que “sangue miscigenado” ou miscigenação racial causava degeneração, Freyre propôs algo completamente diferente. Ele virou o racismo científico de ponta cabeça, sustentando, ao revés, que o “cruzamento” entre as raças produzia vigor nos seres humanos. Essa virada sinalizou um futuro positivo para a até então condenada nação brasileira, escura e racialmente impura.

As declarações de Freyre podem ser consideradas ousadas tendo em vista o contexto da época de ênfase na pureza racial (expressa na “regra da uma gota de sangue⁴” [FIELDS, 1990; DAVIS, 1991]) nos Estados Unidos do Jim Crow e na Alemanha Nazista. Em parte por meio do foco na ampla miscigenação no Brasil, Freyre argumentou que brasileiros das três linhagens raciais – africanos, europeus e indígenas – estavam criando uma nova raça, uma “meta-raça” brasileira (FREYRE, 1974). Assim, ele previu uma crescente diminuição das diferenças entre um grande número de brasileiros, ou o amorenamento da população e a dominação de um tipo moreno (SILVA, 1996). Suas ideias também colocaram de ponta cabeça os ideais eugênicos brasileiros, que defendiam o embranquecimento da população por meio da miscigenação racial (AZEVEDO, 1950). Todavia, a mistura brasileira não era unicamente – ou talvez nem principalmente – uma questão de nivelamento da diferença de cor de pele. Ser brasileiro estava associado a um sentimento nacional de ser miscigenado, independentemente das diferenças de cor de pele (CARDOSO, 1997). Portanto, em contraste com a ideologia estadunidense de pureza racial, os brasileiros abraçaram mais amplamente uma ideologia de miscigenação racial (NOBLES, 2000, p. 87; TELLES; BAILEY, 2013).

O novo tipo mestiço brasileiro afloraria na “democracia étnica” daquele contexto, em que “homens reconhecem uns aos outros como cidadãos e cristãos independentemente de diferenças de cor ou de etnia” (FREYRE, 1959, p. 7–8). Freyre defendia “a ampla, embora imperfeita, oportunidade dada a todos os homens do Brasil, independentemente de raça ou cor, de se afirmar como brasileiros plenos” (1959, p. 4). Essa perspectiva sobre direitos universais existia, porém, em uma sociedade incontestavelmente hierárquica, na qual desigualdades sociais extremas eram raramente questionadas (FIELDS, 2001). Não obstante, nessa leitura de Freyre,

4 (NT) No original, “one drop rule”. Princípio legal e social de classificação historicamente empregado nos Estados Unidos, a partir do qual qualquer pessoa que tenha um ancestral de origem africana (especificamente, da África Subsaariana) é considerada negra.

a miscigenação tornou-se o motor por trás das dinâmicas raciais no Brasil, bem como o fundamento sobre o qual se construiu a ideia de uma democracia étnica ou racial.

Um olhar a partir da perspectiva da democracia racial sobre a dinâmica da população no Brasil poderia sugerir que a cor da pele tem relativamente pouca importância na vida dos brasileiros, que eles superaram os problemas causados pelo preconceito e pela discriminação baseados nas diferenças étnico-raciais. Todavia, essa perspectiva é claramente inadequada para descrever a realidade brasileira contemporânea⁵. De modo a distinguir “mito de realidade”, esse artigo prossegue com uma caracterização da demografia racial ou de cor da população brasileira, seguida por uma análise da desigualdade racial no país.

A DEMOGRAFIA RACIAL BRASILEIRA

Os dados do recenseamento nacional brasileiro oferecem uma primeira lente oficial para analisar a diversidade de cor ou raça. O censo nacional vem sendo realizado desde 1872 e a maioria dos levantamentos contiveram uma questão sobre a composição racial (NOBLES, 2000). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é responsável pelo censo, realizado a cada dez anos. Desde 1940 – à exceção do censo de 1970 no qual não foi incluída uma questão sobre cor – o IBGE utiliza as categorias *branco*, *pardo*, *preto* e *amarelo*. Em 1991 foi adicionada a categoria *indígena*.

Essas categorias aparecem como opções de resposta à pergunta em formato fechado: “Considerando as seguintes categorias, qual a sua raça ou cor?”. O termo *raça* foi adicionado em 1991 após mais de 100 anos de perguntas apenas sobre a cor. De acordo com Nobles, o termo *raça* foi instituído para abarcar apenas a inclusão da categoria *indígena*, talvez a pedido do Fundo Monetário Internacional (conferir também LOVEMAN, 2014, capítulo 7). Antes disso, pessoas de origem indígena eram frequentemente categorizadas como *pardo* ou entravam nas categorias mais antigas *caboclo* ou *índio* (NOBLES, 2000).

De acordo com o censo de 2010, e conforme apresentado na segunda coluna da Tabela 1, a composição racial ou de cor do Brasil é aproximadamente 48% branca, 43% parda, 8% preta e entre 1% e 2% amarela e indígena combinadas. Esses números diferem em importantes aspectos dos resultados do censo de

5 Conferir Reis (1997), Sheriff (2001) e Bailey (2009) acerca do debate sobre se o mito da democracia racial pode ser visto como uma afirmação de um presente paradisíaco ou como um sonho utópico que critica a ausência desse mesmo sonho.

2000, que registraram brancos como 54%, pardos como 38% e pretos como 6%. Em outras palavras: brancos não constituem mais a maioria da população brasileira. As tendências de identificação racial, da forma como foram medidas pela autoclassificação racial ou de cor no censo nacional, parecem estar se movendo em direção a um “escurecimento” da população.

Tabela 1. Distribuição da população por cor ou raça no censo e em levantamentos do Datafolha.

	Censo		Datafolha		Datafolha	
	2000	2010	1995		2008	
	Fechada	Fechada	Fechada	Aberta	Fechada	Aberta
Branco	54%	48%	50%	42%	37%	32%
Moreno	–	–	–	31	–	27
Pardo	39	43	29	6	36	17
Negro	–	–	–	3	–	7
Preto	6	8	12	5	14	4
Moreno claro	–	–	–	7	–	5
Outros	1	1	10	6	12	8
Total	100	100	101	100	99	100

A autoclassificação como amarelo, embora percentualmente baixa, cresceu de modo substancial entre 2000 e 2010. Em contraste, o percentual de auto-classificados como indígenas permaneceu bastante estável. Considerando que as populações indígenas e amarelas abrangem percentuais muito pequenos da população brasileira, elas não são centrais para o resto deste artigo. Em minha análise, apoio-me fortemente em dados de pesquisas sociais realizadas a partir de amostras probabilísticas que não são ideais para o exame rigoroso de subpopulações pequenas.

Apesar de uma longa história de classificação oficial do censo por cor em branco, pardo e preto, houve, e continua havendo, uma divergência significativa quanto ao valor dessas categorias e até mesmo quanto ao que elas representam. Nas subseções que seguem, discuto três elementos centrais desse debate, ou três abordagens à questão da diversidade racial ou de cor brasileira.

CATEGORIAS DO CENSO COMO TERMOS REFERENTES A COR

Talvez a perspectiva mais comum do Brasil do século XX é a de que essas categorias do censo representam três agrupamentos de cor de pele mais amplos, não constituindo grupos raciais (SILVA, 1996, p. 93; PIZA; ROSEMBERG, 1999, p. 47). A visão das categorias do censo como descrição de cores em vez de designações de

grupos raciais deve-se, em grande medida, aos dirigentes do IBGE. A instituição historicamente interpretou a população como sendo tão miscigenada em termos de “raça” que seria impossível classificar a população em raças bem delimitadas (NOBLES, 2000). Desse modo, os dirigentes do IBGE optaram por categorias de cor, em vez de categorias de raça, focalizando o fenótipo e excluindo o foco na ancestralidade entendida de acordo com a regra de que esta é definida a partir da regra de hipodescendência⁶ (OLIVEIRA et al., 1985, p. 12; NOBLES, 2000).

Em relação às cores especificadas pelas categorias do censo, a categoria *branco* é comumente entendida como formada por pessoas no extremo mais claro de um contínuo de cor, possivelmente percebidas como tendo maior ascendência europeia. É menos claro, porém, qual cor de pele corresponde à categoria *pardo*. Seu uso contemporâneo abrange a cor marrom e inclui diversos tons de pele intermediários, cada um com seu nome próprio. Em contraste, *preto* se refere estritamente ao extremo mais escuro do contínuo de cor. Portanto, *preto* não é equiparável diretamente ao status que agrupa a raça negra, como este é entendido nos Estados Unidos.

Mais recentemente, o registro de distinções de cores teve sua importância e legitimidade renovadas no estudo da diversidade étnico-racial pelas ciências sociais. Os levantamentos do *AmericasBarometer* na América Latina – incluindo o Brasil – incorporaram uma medida de escala de cor além das medidas de categoria racial. Pesquisas baseadas nesses levantamentos documentam de maneira única a diversidade de tons de pele no Brasil (BAILEY et al., 2014). Além disso, esses dados sobre a escala de cores revelam como as categorias do censo praticamente correspondem a três posições em um contínuo de cor (SILVA; PAIXÃO 2014; TELLES; FLORES 2014), sugerindo, assim, apoio à leitura da centralidade das três diferentes cores de pele nos termos do censo.

NEGRO E BRANCO: RELAÇÕES RACIAIS

Um número importante de acadêmicos, bem como setores do governo e atores dos movimentos negros, discorda fortemente de que categorizar a população em branco, pardo e preto seja a melhor forma de apreender e discutir as dinâmicas

6 (NT) No original, “hypodescent rule”. Segundo Neil Gotanda em *Critical Race Theory: The key writings that formed the movement*, a regra da hipodescendência estabelece que qualquer pessoa que tenha um ancestral africano é negra, independentemente de sua aparência física. Dito de outro modo, ela estabelece que o filho de uma pessoa branca e de uma pessoa negra é considerado negro.

raciais e a diversidade no Brasil. Como alternativa, eles reúnem os termos pardo e preto em uma categoria unificada: *negro* (BAILEY; TELLES, 2006). Nesse sentido, é interessante observar os estudos etnográficos de Sansone (2003) que abordam o entendimento popular da categoria *negro* no Brasil. O autor oferece a seguinte definição aproximada de *negro* em contraste com a categoria *preto* adotada pelo censo. Segundo ele, *preto* é um termo tradicional que se refere principalmente à cor, ao passo que *negro* é originalmente uma palavra extremamente ofensiva que nas duas últimas décadas passou a ser adotada como termo de afirmação étnica ou racial. Observa-se que essas duas definições deixam implícito que preto se refere ao extremo mais escuro do tradicional contínuo de cor brasileiro e que a afirmação étnica se refere à classificação baseada na ancestralidade africana. Embora essa divisão entre preto como cor e negro como etnia ou raça possa acabar simplificando dinâmicas que são complexas, ela não deixa de ser útil.

A categoria coletiva “negro” representa uma estratégia politizada para corrigir o que atores dos movimentos negros e outros veem como o mascaramento intencional e danoso de relações raciais binárias no Brasil, isto é, entre os grupos raciais negro e branco (NOBLES, 2000; BAILEY; TELLES, 2006). Dentro desse discurso, negros constituem o grupo racial majoritário, cujo pertencimento é definido por qualquer característica fenotípica de origem africana (imitando, dessa forma, a “regra da uma gota” que define a classificação da raça negra nos Estados Unidos [FIELDS, 1990, 2003; DAVIS, 1991]). O uso estatal da “regra da uma gota” para o seu programa racial ainda está no começo e se mostrou um pouco confuso, conforme evidenciam alguns exemplos, como a criação de comissões para definição de status raciais e o uso de formulários oficiais para documentar marcadores raciais de negros, de modo a auxiliar o estabelecimento jurídico do status racial (MAIO; SANTOS, 2005; BAILEY, 2009). Embora seja muito cedo para avaliar a capacidade do Estado brasileiro em ajudar a esclarecer as ambiguidades raciais e em difundir essa visão da população baseada na raça, teorias sociais de “construção racial” demonstram seus efeitos simbólicos e reais (BAILEY, 2009).

Apesar de já oficializada em parte das políticas e da estrutura estatal, a categoria negro não é um termo oficial do censo. Além disso, ela permanece relativamente impopular entre os brasileiros como um termo escolhido na auto-classificação, embora essa impopularidade esteja diminuindo. A Tabela 1 (acima) apresenta dados de dois levantamentos do Datafolha, instituto de pesquisa ligado ao jornal Folha de São Paulo. O primeiro levantamento corresponde ao ano de 1995 e o segundo ao de 2008. Em ambos, o questionário utilizado apresentava perguntas em formato aberto sobre a cor e a raça dos respondentes. A quarta coluna

da Tabela 1 revela que somente 3% da população em 1995 preferia a classificação negro. A sexta coluna revela que 13 anos mais tarde a preferência pela autoclassificação como negro subiu para 7% no ano de 2008. Entretanto, em relação a outras categorias, esse percentual permanece baixo, especialmente considerando que na visão dicotômica da dinâmica racial brasileira (isto é, a que une pretos e pardos na categoria negro), os negros constituem mais da metade da população do país. Assim, negro ainda parece ser mais uma classificação imposta do que um termo escolhido para autoidentificação, embora haja tendência de afirmação do termo no discurso e na política estatais, bem como em outras esferas. Espera-se que sua popularidade cresça como classificação escolhida em um futuro próximo (BAILEY, 2009).

MISCIGENAÇÃO RACIAL: A FIGURA DO MORENO

Uma última cor ou visão racial sobre a diversidade da população no Brasil é representada pelo termo *moreno*. Esse termo é emblemático da fluidez do sistema brasileiro e é bastante utilizado, tanto para autoidentificação quanto para a identificação de terceiros em interações sociais, embora não seja um termo oficialmente adotado pelo censo. Pesquisadores de campo concluíram que o termo é suficientemente ambíguo para substituir qualquer categoria de cor. Seu significado inclui: pessoas de pele clara com cabelo escuro; pessoas miscigenadas que geralmente têm cabelo escuro; e pessoas de cor de pele escura. Pesquisadores demonstram, também, que parte da popularidade desse termo advém do fato de que permite aos brasileiros minimizar diferenças raciais. “Todos aqui são *morenos*” e expressões semelhantes são comumente utilizadas por grande parte da sociedade brasileira, parecendo referir-se a uma identidade inclusiva e não delimitada por especificidades raciais rígidas.

Comprovando a importância dessa categoria, um levantamento nacional realizado em 1976 revelou que 34% dos brasileiros, em resposta a uma pergunta aberta, escolheram o termo *moreno* para classificar sua própria cor. Devido a sua popularidade, alguns pesquisadores chegaram a defender a inclusão de “*moreno*” como categoria oficial do censo. Esses pesquisadores ressaltaram não só sua popularidade, mas também o fato de que essa ambiguidade representa algo essencial sobre o que significa ser brasileiro. Posteriormente, sustentaram também que a possibilidade de as pessoas se autoidentificarem no censo de acordo com seu termo de preferência constitui um direito importante (HARRIS et al., 1993; BYRNE et al., 1995). De fato, o levantamento nacional do Datafolha apresentado na Tabela 1

mostra que o termo *moreno* continuou popular nos 1990 e 2000. Em 1995, quase um terço dos brasileiros elegeu o termo para designar sua cor ou raça (31%), representando o único termo diferente de “branco” (o mais escolhido) a ser adotado em percentuais significativos. Após, em 2008, 27% dos brasileiros escolheram *moreno* como a categoria que os designa. Esse percentual é quase quatro vezes maior do que o daqueles que escolheram o termo negro no mesmo ano.

No entanto, o termo *moreno* caiu em desuso nos discursos estatais, acadêmicos e dos movimentos sociais nas duas últimas décadas. Com sua ambiguidade e capacidade de minimizar distinções raciais (como alguns argumentaram), “*moreno*” é, de certa forma, considerado a antítese do termo “negro”. Enquanto “negro” afirma a raça, como na oposição negro e branco, “*moreno*” parece promover a dissolução das fronteiras raciais (NOBLES, 2000; BAILEY, 2009). Como muitos pesquisadores e atores de movimentos sociais veem a afirmação do termo negro e a definição clara de fronteiras raciais como necessárias para a mobilização social contra a exclusão racial, bem como para a documentação e o monitoramento da discriminação e da desigualdade (e.g., TELLES, 1995), o termo “*moreno*” é geralmente rejeitado no âmbito estatal, acadêmico e dos movimentos negros, embora sua popularidade entre grande parte dos brasileiros permaneça.

DESIGUALDADE RACIAL

Mapear a demografia racial brasileira não consiste apenas em legitimar uma visão sobre a diversidade humana (ou afirmar a existência de distintas raças, para utilizar a terminologia de Cardoso), mas, talvez, fundamentalmente, trata-se de documentar, de analisar e de enfrentar a desigualdade social estruturada em marcadores étnico-raciais. Na verdade, a desigualdade racial é bastante significativa no Brasil (PAIXÃO et al., 2011), e cada vez mais pesquisadores analisam suas proporções e mecanismos. A pesquisa de Carlos Hasenbalg (cf. LIMA, 2014) e Nelson do Valle Silva (1985) foi extremamente influente em determinar o rumo das atuais abordagens acadêmicas e do discurso sobre desigualdade racial no Brasil. Os autores começaram a publicar, no final dos anos 1970 e nos anos 1980, detalhadas análises de correlações entre status socioeconômico (SSE) e cor da pele no Brasil. Eles encontraram diferenças substanciais entre as populações formadas por brancos, pardos e pretos em uma ampla gama de resultados de SSE, incluindo renda e educação. Além disso, suas análises corroboraram a hipótese de que pardos e pretos apresentavam status socioeconômicos muito semelhantes em contraste com o dos brancos. Desse modo, os pesquisadores defenderam que

a desigualdade social deve ser analisada a partir de uma abordagem dicotômica, dividindo a população entre brancos e não brancos (i.e., pretos e pardos). Atualmente, tal abordagem é predominante, e quase todos os atores dos movimentos negros referem-se a essa separação dicotômica como sendo entre negros e brancos, isto é, entre raças e não entre cores (e.g., OLIVEIRA et al., 1985).

Em relação às dimensões contemporâneas da desigualdade racial e de cor no Brasil, dados de um recente levantamento nacional mostram que os não brancos ganham em média cerca de 60% do que ganham os brancos (LOVEMAN; MUNIZ; BAILEY, 2012). Essa análise bivariada demonstra, porém, que pardos e pretos, de fato, diferem substancialmente, sendo que aqueles recebem cerca de 65% do que ganham os brancos, ao passo que estes recebem apenas 40%.

Contudo, ao se ir além das estatísticas descritivas e empregar uma análise de regressão para controlar variáveis básicas – como, por exemplo, educação região, sexo, idade – ângulos interessantes são revelados:

- Estimativas de diferenças de renda diminuem consideravelmente utilizando-se modelos de regressão com variáveis de controle. Em média, brasileiros não brancos ganham cerca de 80% da renda média de brasileiros brancos (BAILEY et al., 2013).
- É mais difícil perceber as diferenças entre as rendas de pardos e pretos em comparação à de brancos utilizando modelos de regressão com um conjunto básico de variáveis de controle do que a partir de uma lente bivariada (BAILEY et al., 2013).

Alguns pesquisadores empregam uma técnica de regressão mais específica que permite uma visão além do modelo MQO: a regressão quantílica.

- Com a utilização da regressão quantílica, os resultados revelam que a desvantagem racial sofrida por não brancos em comparação aos brancos é maior nos níveis mais altos de renda (entre os 10% e os 20% com maior renda). Dito de outro modo, a cor parece importar mais quando os indivíduos alcançam posições de classe mais altas (BAILEY et al., 2013; e conferir também ARIAS et al., 2004).

Em parte, o tamanho das diferenças étnico-raciais mostradas pelas pesquisas supramencionadas é reflexo do alto nível de desigualdade social no Brasil. Em realidade, a análise de decomposição da renda revela que, ainda que desigualdades

étnico-raciais sejam grandes, elas contribuem modestamente para a desigualdade geral no Brasil (LOVEMAN et al., 2012). Assim, esses resultados apontam para uma estrutura mais profunda da desigualdade social brasileira que agrava as diferenças de status socioeconômico entre os grupos raciais. Nesse sentido, Telles aborda o efeito dessa estrutura mais profunda, comparando a desigualdade racial do Brasil com a dos Estados Unidos:

O fato de que homens pretos e pardos ganhem 40% e 50% do que recebem homens brancos no Brasil, enquanto que homens negros ganhem 75% do que recebem homens brancos nos Estados Unidos, poderia simplesmente ser um reflexo da maior desigualdade de renda no Brasil (TELLES, 2004, p. 107-109).

Um terceiro complemento para a nossa “caixa de ferramentas” para entender a estratificação étnico-racial no Brasil contemporâneo é uma abordagem multidimensional. Ela aproveita a comparação de múltiplas medidas de distinção étnico-racial em relação à medida de status socioeconômico para obter ganhos teóricos e empíricos. Por exemplo:

- Comparar a autoclassificação com a classificação atribuída pelo entrevistador em análises de desigualdade de renda revela, em oposição ao que sustenta Silva (1985), que existem diferenças significativas entre as rendas de pretos e de pardos (TELLES; LIM, 1998; BAILEY et al., 2013; SILVA; PAIXÃO, 2014).

A Figura 1 demonstra o poder dessa abordagem multidimensional. Ela se baseia em dados disponibilizados recentemente sobre os Estados Unidos e sobre 18 países da América Latina em uma análise de desigualdade de renda familiar nas Américas, utilizando duas medidas: cor da pele percebida e autoclassificação racial (cf. BAILEY et al., 2014). Os resultados mostram hierarquias de cor e de raça nos países analisados. A vantagem de brancos e a desvantagem de indígenas manifestam-se de modo semelhante entre os países, ao passo que negros em alguns países possuem maior média de renda que outros grupos raciais. A desigualdade racial de renda pode ser mais bem compreendida em alguns países a partir de categorias raciais, como no caso da Costa Rica e talvez até mesmo do Brasil e dos Estados Unidos. Em um número maior de países, porém, a cor da pele parece fornecer uma lente melhor sobre a desigualdade. Entre esses últimos, estão incluídos Venezuela, Uruguai e Paraguai.

O caso específico do Brasil é bastante difícil e deve ser tratado com certa cautela devido ao fato de os intervalos de renda apresentados como opção de resposta serem falhos. É provável que esse erro produza menores diferenças de renda entre os que ganham mais, principalmente entre os que têm tom de pele mais claro, devido ao truncamento⁷. Apesar disso, o cenário que o caso brasileiro apresenta utilizando a lente multidimensional revela uma complexidade que abordagens que se valem de medidas únicas usando categorias raciais amplas não conseguem capturar⁸.

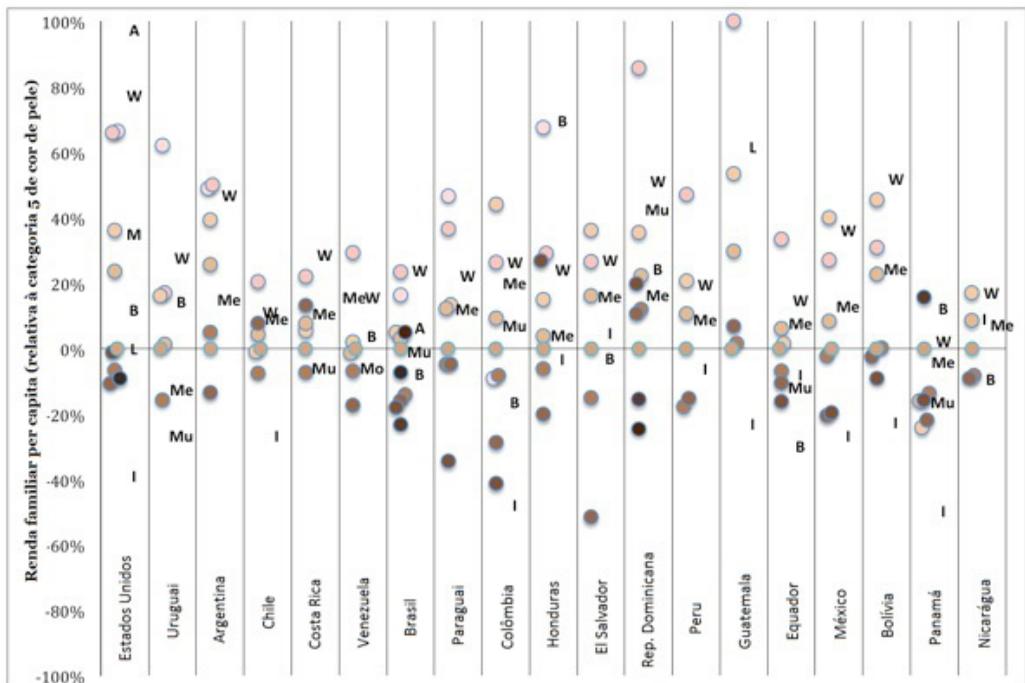


Figura 1. Cor da pele e desigualdade racial de renda nas Américas⁹

7 Para mais detalhes sobre essa falha no questionário, ver (BAILEY et al., 2014).

8 Ver também Monk (2013), Silva e Paixão (2014) e Bailey et.al. (2015), os quais utilizam medidas de cor de pele em comparação com categorias raciais para melhorar a compreensão sobre a desigualdade racial no Brasil.

9 Fonte: Estados Unidos: 2012 General Social Survey; Demais países: 2012 *AmericasBarometer*. Notas: A média de renda familiar per capita da categoria 5 de cor da pele serve como referência (0%) para cada país. Os círculos estão preenchidos de modo a corresponder aos números das categorias na escala de cores. As categorias raciais estão representadas por letras: W = branca, B = preta/negra, A = amarela/asiática, M = multirracial (apenas para os Estados Unidos), L = latino (apenas para os Estados Unidos) ou Ladino (apenas para a Guatemala), Me = mestiça, Mo = morena, Mu = mulata, I = indígena/indígena americano. Os países estão distribuídos de acordo com o percentual da amostra que corresponde às três categorias de cor mais claras (do maior para o menor). Nos Estados Unidos, 80% dos entrevistados estão nas três categorias mais claras, seguido por Uruguai (59%) e Argentina (48%). No extremo oposto do espectro de cores estão Panamá (14%) e Nicarágua (6%). Apenas raças e categorias de cores com mais de 30 entrevistados foram consideradas. Fonte: Bailey, Saperstein, Penner (2014).

ATITUDES RACIAIS NO BRASIL

A mudança no discurso e na política estatal sobre raça coloca um destaque necessário no papel que marcadores étnico-raciais exercem na estruturação de uma sociedade desigual. Será que a população brasileira, em geral, reconhece a existência de uma discriminação racial estrutural? Se sim, essa população é a favor de políticas públicas direcionadas à questão étnico-racial para combater a desigualdade racial? Para responder a tais questões, este trabalho aborda dados de opinião pública obtidos a partir de grandes amostras sobre explicações para a desigualdade racial e sobre o apoio de políticas direcionadas à questão étnico-racial. Explicações para a desigualdade ou crenças sobre estratificação são dimensões importantes para entender o senso comum brasileiro sobre cor/raça, bem como para avaliar a possibilidade de um movimento em direção a um contexto mais igualitário. Ou seja, ambas estão profundamente conectadas: pesquisas das ciências sociais revelam que os indivíduos que reconhecem a existência de discriminação racial e de desvantagens estruturais são mais propensos a apoiar políticas de enfrentamento à desigualdade, como as ações afirmativas (KLUEGEL; SMITH, 1986).

Em relação às explicações para a desigualdade racial, acredita-se que no centro do mito da democracia racial esteja uma crença na ausência de discriminação racial no Brasil. Ou seja, pesquisadores têm afirmado há muito tempo que o aspecto mais danoso de um senso comum marcado pelo mito da democracia racial é a negação do racismo que ele provoca naqueles que aderem a ele (TWINE, 1997). Além disso, pesquisadores e atores dos movimentos negros apontam a negação da discriminação racial pela população como causa para a ausência de mobilização antirracista e para a baixa participação nos movimentos negros, bem como para a inexistência de uma forte subjetividade racial por parte de pretos e pardos como negros (HANCHARD, 1994; WINANT, 1999; GUIMARÃES, 2001).

Inúmeras pesquisas de opinião pública, porém, revelam que faltam bases empíricas quantitativas robustas para caracterizar as atitudes cotidianas de brasileiros como marcadas pela negação da discriminação racial (BAILEY, 2009; TELLES; BAILEY, 2013). Tomemos, por exemplo, a pesquisa de 1995 do Datafolha baseada em uma amostra probabilística. Os respondentes foram perguntados: “Os negros deixaram de ser escravos no Brasil há pouco mais de cem anos. Na sua opinião quem é mais responsável pelo fato de que em geral a população negra ainda viva em piores condições que a população branca? O preconceito e a discriminação que existe dos brancos contra os negros? Ou os negros que não

aproveitam as oportunidades que têm para melhorar de vida?”. Essa pesquisa de 1995 pode ser vista como uma fotografia do senso comum brasileiro sobre raça antes da mudança no discurso, na estrutura e nas políticas estatais, ou seja, ainda supostamente mergulhado no tradicional mito da democracia racial. Contraintuitivamente, a grande maioria dos brancos e dos não brancos (72%) culpavam a discriminação por parte dos brancos pelas desvantagens sofridas pelos negros.

Todavia, esses resultados de 1995 não foram apenas casuais. Questões semelhantes em duas pesquisas específicas (em São Paulo em 1986 e no Estado do Rio de Janeiro em 2000) revelam resultados muito parecidos (HASENBALG; SILVA, 1993; TURRA; VENTURI, 1995; BAILEY, 2009). Ao comentar essa pesquisa eleitoral de São Paulo de 1986, Hasenbalg asseverou que: “Estes resultados levam a relativizar a noção de democracia racial na medida em que há uma clara percepção de que as pessoas recebem um tratamento diferenciado segundo a sua cor” (1998, p. 245).

Além disso, quase duas décadas após o começo da mudança de paradigma estatal no Brasil, os percentuais daqueles que reconhecem a discriminação em pesquisas de amostras grandes permanece mais ou menos constante. Por exemplo, a pesquisa de 2010 do *AmericasBarometer* no Brasil, utilizando uma amostra nacional, incluía a seguinte questão: “O(A) sr./sra. acredita que as pessoas negras são tratadas (1) muito melhor, (2) melhor, (3) igual, (4) pior ou (5) muito pior que as pessoas brancas? Um total de 72% dos respondentes escolheram as opções 4 ou 5, isto é, que negros são tratados de modo pior ou muito pior do que brancos no Brasil (TELLES; BAILEY, 2013). Questão e resultados semelhantes podem também ser encontrados na pesquisa de 2012 do *AmericasBarometer* sobre o Brasil (BAILEY et al., 2015). Portanto, como resumido na Tabela 2, abaixo, a suposição sustentada pela academia de que brasileiros negam a existência de discriminação racial não é correta, conforme mostrado por meio de pesquisas baseadas em grandes amostras, as quais são especialmente qualificadas para capturar posturas generalizadas (BAILEY, 2009). Além disso, a Tabela 2 demonstra que tampouco há fundamentos para apoiar a perspectiva de que o reconhecimento da discriminação observado nas pesquisas dos últimos 5 a 10 anos reflete uma mudança na opinião pública¹⁰.

10 Para uma discussão sobre teorias acerca de mecanismos por trás de mudanças na opinião pública, conferir Bailey (p. 108-116, 2009).

Tabela 2. Percentual de reconhecimento da existência de discriminação racial por pesquisa e por categoria de cor.

	Branco	Não branco
1986, Pesquisa eleitoral, São Paulo	67	67
1995, Datafolha	72	72
2000, CEAP	77	86
2010, <i>AmericasBarometer</i>	68	74
2012, <i>AmericasBarometer</i>	74	82

POLÍTICAS DIRECIONADAS À QUESTÃO RACIAL

Embora pesquisas de opinião pública revelem que brasileiros são bastante conscientes da discriminação racial, a mudança na orientação estatal sobre raça não parece ser o produto de uma pressão social generalizada. Ao contrário, a literatura atribui essa mudança à união inédita entre o Estado e atores dos movimentos negros no Brasil, acompanhada de organizações e de atores internacionais e não governamentais (SOUZA, 1997; CARDOSO, 1997; TELLES, 2004; BAILEY, 2009; LOVEMAN, 2014). É possível que o acontecimento que afetou mais claramente a mudança da postura estatal quanto à questão racial tenha sido a participação do Estado junto com atores dos movimentos negros na Conferência Mundial contra o Racismo da Organização das Nações Unidas sediada por Durban, na África do Sul, em agosto e setembro de 2001. A conferência e seus encontros preparatórios serviram como uma estrutura de acesso político específica, unindo o Estado e os atores dos movimentos negros de forma inédita e legitimando as reivindicações destes em relação à centralidade da raça na sociedade brasileira.

Telles (p. 72, 2004), entre outros, aponta esse evento como central para o início de uma “transformação pós-Durban” da política pública no Brasil. Assim, atores estatais brasileiros que historicamente deixaram a questão racial de fora da esfera pública passaram a promover e a instaurar políticas públicas afirmativas. Os primeiros casos incluíram o Ministério do Desenvolvimento Agrário (setembro de 2001), seguido pelo Ministério da Justiça (dezembro de 2001) e pelo Ministério da Cultura (agosto de 2002). A primeira legislação voltada à questão racial na educação superior foi adotada em outubro de 2001 em duas universidades estaduais no Rio de Janeiro. No ano seguinte a Universidade do Estado da Bahia também estabeleceu cotas raciais.

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência (2003-2010) e seu mandato assegurou a continuação da abertura política e a posterior solidificação de estruturas de acesso que unem Estado e atores dos movimentos negros. Dessa forma, a histórica distância entre o Estado e os movimentos negros começou a diminuir no governo Cardoso, encolhendo ainda mais no governo Lula. Entre as

muitas iniciativas voltadas à questão racial propostas ou adotadas em diferentes âmbitos, talvez a que representa o ganho político mais importante até o momento seja a adoção de cotas raciais em universidades públicas federais e estaduais. Como exemplo, pode-se citar a lei pioneira na educação superior no estado do Rio de Janeiro, que estabeleceu:

Fica estabelecida a cota mínima de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda¹¹ no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). (RIO DE JANEIRO, 2001).

A política de cotas da Universidade de Brasília oferece mais um exemplo: “Para concorrer às vagas reservadas por meio do sistema de cotas para negros, o candidato deverá: ser de cor preta ou parda; declarar-se negro(a) e optar pelo sistema de cotas para negros”.

Em 2005, 24 das 95 universidades públicas brasileiras haviam adotado uma variedade de políticas afirmativas em seus processos seletivos, algumas por critério de classe, outros de cor ou raça e algumas por ambos. Em 2007, esse número cresceu para 37 e, em 2011, 73 universidades já possuíam algum tipo de ação afirmativa em seus processos seletivos. Em 2012, o Estado brasileiro estabeleceu cotas raciais para todas as universidades federais. Além disso, em uma decisão paradigmática, o Supremo Tribunal Federal, a corte mais alta do país, declarou a constitucionalidade das cotas raciais nos processos de seleção das universidades em um caso envolvendo a Universidade de Brasília. Desse modo, percebe-se que a guinada brasileira em direção a uma abordagem orientada a partir da questão racial vem se dando de maneira acelerada (PERIA; BAILEY, 2015).

Embora pesquisas demonstrem que a população brasileira reconhece a existência de discriminação, como discutido acima, sua percepção sobre políticas públicas afirmativas é importante e pode condicionar o sucesso dessa nova abordagem. A população brasileira apoia ações afirmativas? De modo a ilustrar essa questão, o questionário aplicado pelo *AmericasBarometer* de 2010 trazia a pergunta: “Diga até que ponto o(a) sr./sra. concorda ou discorda da seguinte frase: É justo que as universidades públicas reservem vagas para pessoas afro-descendentes (pessoas negras ou mulatas)”. Um total de 55% de brasileiros concordou com a

11 O texto da lei foi alterado posteriormente, substituindo-se os termos “parda e negra” de 2001 para apenas “negra” em 2003.

assertiva (BAILEY; FIALHO; PERIA, 2015). Em uma pesquisa conduzida pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) em janeiro de 2013, 64% dos respondentes se disseram a favor de cotas raciais para negros em universidades públicas. Portanto, em comparação com outros contextos, como o dos Estados Unidos – onde a tendência é claramente contrária às políticas de ações afirmativas e onde cotas raciais vêm sendo consideradas inconstitucionais há muito tempo –, sua ampla adoção e apoio público no Brasil podem ser considerados incrivelmente excepcionais (BAILEY et al., 2015)¹².

CONCLUSÃO

Em suma, parece que na terra da democracia racial, o Estado vem modificando sua abordagem em relação à diversidade étnico-racial. Ele celebra a “existência de distintas raças”, a branca e a negra, e rejeita a ambiguidade racial; reconhece oficialmente a discriminação e a desigualdade raciais generalizadas, evidenciada por uma ciência social rigorosa; e delinea o status racial negro de modo semelhante à “regra da uma gota” adotada nos Estados Unidos, apesar de o termo negro não ser o preferido entre a vasta maioria dos brasileiros à qual ele é imputado. Mais importante, porém, é o fato de que atores estatais conduzem uma variedade de abordagens potentes direcionadas à luta contra a desigualdade étnico-racial, utilizando tanto categorias raciais quanto de cor, e de que a maioria da população parece apoiar a orientação dessas políticas. Essa guinada arrojada das políticas públicas pode fazer com que o campo acadêmico deixe de associar o Brasil a uma falta de consciência racial, para considerá-lo um modelo de políticas públicas contra a desigualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS, Omar; YAMADA, Gustavo; TEJERINA, Luis. Education, family background and racial earnings inequality in Brazil. *International Journal of Manpower*, v. 25, n. 3/4, p. 355–374, 2004.

12 Em relação a essa política de cotas, um fator que poder ter ajudado a diminuir uma possível resistência a sua implementação (como ocorreu nos Estados Unidos) e a aumentar sua popularidade é o fato de que as cotas raciais no Brasil consistem, em geral, em subcotas baseadas no critério de classe, sobretudo no âmbito da educação superior, o qual é mais visível à população. Assim, a política brasileira pode ser considerada especial e possivelmente constitui um modelo exemplar de “melhores práticas” na criação de estratégias para enfrentar a desigualdade social causada em diferentes graus por marcadores étnico-raciais e de classe.

- AZEVEDO, Fernando de. *Brazilian Culture: An Introduction to the Study of Culture in Brazil*. Nova Iorque: Macmillan, 1950.
- BAILEY, Stanley. *Legacies of Race: Identities, Attitudes, and Politics in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- BAILEY, Stanley; TELLES, Edward. Multiracialism vs. a Collective Black: Census Debates in Brazil. *Ethnicities*, v. 6, n. 1, 2006, p.74–101.
- BAILEY, Stanley; LOVEMAN, Mara; MUNIZ, Jeronimo. Measures of ‘Race’ and the Analysis of Racial Inequality in Brazil. *Social Science Research* v. 42, p. 106–119, 2006.
- BAILEY, Stanley; SAPERSTEIN, Aliya; PENNER, Andrew. Race, color, and income inequality across the Americas. *Demographic Research*, v. 31, p. 735-756, 2006.
- BAILEY, Stanley; FIALHO, Fabrício; PERIA, Michelle. Support for race-targeted affirmative action in Brazil. *Ethnicities*, v. 0, n. 0, p. 1-34, jan., 2015.
- BAILEY, Stanley; FIALHO, Fabrício; PENNER, Andrew. Interrogating Race: Color, Racial Categories, and Class Across the Americas. *American Behavioral Scientist*, v. 60, n. 4, p. 538-555, abr., 2015.
- BYRNE, Bryan, HARRIS; Marvin; CONSORTE, Josildeth Gomes; LANG, Joseph. What’s in a Name? The Consequences of Violating Brazilian Emic Color-Race Categories in Estimates of Social Well-Being. *Journal of Anthropological Research*, v. 51, n.4, p. 389–97, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Abertura do Seminário Multiculturalismo e Racismo” In: SOUZA, Jessé (org.). *Multiculturalismo e Racismo: uma Comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p.13-17.
- DAVIS, Floyd. *Who is Black? One nation’s definition*. University Park: Penn State University Press, 1991.
- FIELDS, Barbara. Slavery, Race and Ideology in the United States of America. *New Left Review*, v.181, p. 95–118, 1990.
- . “Presentation given by historian Barbara J. Fields at a “School” for the Producers of RACE”, 2001. Disponível em: http://www.pbs.org/race/000_About/002_04-background-02-02.htm
- FITZGERALD, David; COOK-MARTÍN, David. *Culling the Masses: The Democratic Origins of Racist Immigration Policy in the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- FREYRE, Gilberto. *New World in the Tropics: The Culture of Modern Brazil*. Nova Iorque: Knopf, 1959.
- . *The Gilberto Freyre Reader*. Nova Iorque: Knopf, 1974.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. “The Misadventures of Nonracialism in Brazil.” In: HAMILTON, Charles et al. (org). *Beyond Racism: Race and Inequality in Brazil*,

- South Africa, and the United States*, Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001, p. 157-185.
- . Democracia racial: el ideal, el pacto y el mito. *Estudios Sociológicos*, v. 20, n. 59, p. 305–33, 2002.
- HANCHARD, Michael. *Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945–1988*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- HARRIS, Marvin; CONSORTE, Josildeth Gomes; LANG, Joseph; BYRNE, Bryan. Who Are The Whites? Imposed Census Categories and the Racial Demography of Brazil. *Social Forces*, v. 72, p. 451-462, 1993.
- HASENBALG, Carlos. “Race and socioeconomic inequalities in Brazil”. In: FONTAINE, Pierre-Michel (org.). *Race, Class and Power in Brazil*. Los Angeles: Center for Afro-American Studies 1985, p. 25–41.
- . “Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil.” In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, Ciência e Sociedade*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Notas sobre desigualdade racial e política no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 25, p.141-160, 1993.
- JOSEPH, Tiffany. *Race on the move: Brazilian migrants and the global reconstruction of race*. Stanford: Stanford University Press, 2015.
- LIMA, Márcia. The Work of Carlos Hasenbalg and his Legacy for the Study of Racial Inequalities in Brazil. *Dados*, vol.57, n.4, p. 919-933, 2014.
- LOVEMAN, Mara; MUNIZ, Jeronimo; BAILEY, Stanley. Brazil in Black and White? Race Categories, the Census, and the Study of Inequality. *Ethnic and Racial Studies*, v. 35, n.8, p. 1466–1483, 2012.
- LOVEMAN, Mara. *National Colors: Racial Classification and the State in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- MAIO, Marcos Chor. UNESCO and the Study of Race Relations in Brazil: Regional or National Issue? *Latin American Research Review*, v. 36, p. 118–36, 2001.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os ‘olhos da sociedade’ e os usos da antropologia: O caso de vestibular da Universidade de Brasília (UNB). *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, p. 181–214, 2005.
- MARX, Anthony. *Making Race and Nation: A Comparison of the United States, South Africa, and Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- NOBLES, Melissa. *Shades of Citizenship: Race and the Census in Modern Politics*. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- OLIVEIRA, Lucia Elena; PORCARO, Rosa Maria; COSTA, Tereza Cristina Araújo. *O Lugar do Negro na Força de Trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

- PAIXÃO, Marcelo; ROSSETTO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana e CARVANO, Luiz (org.). *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- PERIA, Michelle; BAILEY Stanley. Remaking racial inclusion: Combining race and class in Brazil's new affirmative action. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, p.1-21, 2014.
- PIZA, Edith,; FULVIA, Rosemberg. "Color in the Brazilian Census." In: REICHMANN, Rebecca (org.) *From Indifference to Inequality: Race in Contemporary Brazil*. University Park: Pennsylvania State University Press, p. 37-52, 1999.
- REIS, Fabio Wanderley. 1997. "Mito e Valor da Democracia Racial". In: SOUZA, Jessé (org.). *Multiculturalismo e Racismo: uma Comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 221-232.
- RIO DE JANEIRO, Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2001.
- SANSONE, Livio. *Blackness without Ethnicity: Constructing Race in Brazil*. Nova Iorque: PALGRAVE MACMILLAN, 2003.
- SANTA'ANNA, Alayde; SOUZA Jessé. "Prefácio." In: SOUZA, Jessé (org.) *Multiculturalismo e Racismo: uma Comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- SHERIFF, Robin. *Dreaming Equality: Color, Race, and Racism in Urban Brazil*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2001.
- SILVA, Graziella Moraes; PAIXÃO, Marcelo. "Mixed and Unequal: New Perspectives on BRAZILIAN ETHNORACIAL RELATIONS". IN: TELLES, Edward. *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and COLOR IN LATIN AMERICA*. CHAPEL HILL: THE UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA PRESS, 2014, p. 172-217.
- SILVA, Nelson do Valle. "Updating the cost of not being white in Brazil". In: FONTAINE, Pierre-Michel (org.). *Race, Class and Power in Brazil*. Los Angeles: Center for Afro-American Studies 1985, p. 42-55.
- _____. "Morenidade: Modo de Usar." *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 30, p. 79-98, 1996.
- TELLES, Edward. Who are the Morenos? *Social Forces* v. 23, p. 1609-1611, 1995.
- _____. *Race in another America*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- TELLES, Edward; BAILEY, Stanley. Understanding Latin American beliefs about racial inequality. *American Journal of Sociology* v. 118, n. 6, p. 1559-1595, 2013.
- TELLES, Edward; FLORES, René. "A Comparative Analysis of Ethnicity, Race, and Color in LATIN AMERICA BASED ON PERLA FINDINGS". IN: TELLES, Edward. *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014, p. 218-236.
- TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. *Racismo Cordial*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

TWINE, France Winddance. *Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White SUPREMACY*. NEW BRUNSWICK: RUTGERS UNIVERSITY PRESS, 1997.

WINANT, Howard. "Racial democracy and racial identity: Comparing the United States and Brazil". In: HANCHARD, Michael (org.) *Racial Politics in Contemporary Brazil*. Durham: Duke University Press, 1999, p. 98–115.

Classe, cor, raça e racialização na agenda das ciências sociais

Entrevista com Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Realizada por Flavia Rios^a, Matheus Gato^b e Edilza Sotero^c

Antonio Sérgio Guimarães é uma das principais referências nos estudos das relações raciais no Brasil. Muitos dos que o conhecem desse campo ignoram que sua carreira acadêmica iniciou-se na Sociologia do Trabalho, com ênfase no estudo da formação das classes no estado da Bahia. Há mais de duas décadas, Guimarães “migrou” para o campo da Sociologia das Relações Raciais, mas não abandonou suas reflexões sobre a análise de classes. Na verdade, classes e raças parecem ser os dois conceitos que marcam a produção intelectual do autor – sendo cada vez mais a intersecção entre ambos o foco de sua atenção. Nesta entrevista, ele discute as razões que o levaram aos estudos sobre raça no Brasil, bem como as demandas e os desenvolvimentos conceituais que aconteceram nesse campo.

Embora a entrevista se concentre em certos aspectos de sua trajetória intelectual e nas questões teóricas sobre as quais tem se dedicado na atualidade, destaca-se dessa interlocução as redes de relações nacionais e internacionais que marcam a carreira acadêmica de Antonio Sérgio. Aqui e acolá, nota-se não apenas relações de solidariedade acadêmica, mas também forte concorrência de ideias, envolvendo disputas dos centros de pesquisa, por recursos e prestígio. Ainda é cedo para traçar um perfil intelectual de Antonio Sérgio Guimarães; todavia, um estudo mais acurado sobre a questão racial no Brasil não deixará de notar seus esforços para reabilitar a categoria raça enquanto conceito sociológico – empreitada complicada fosse porque a categoria não era (e ainda não é) consensual entre os cientistas sociais, fosse porque a ideia de democracia racial se constituiu como valor cultural entre os brasileiros. Tal posição lhe rendeu críticas e polêmicas acadêmicas dignas de uma análise sociológica que leve em consideração – não apenas a história social das ideias ou a análise das trajetórias intelectuais –, mas, sobretudo, os processos políticos de forte intensidade que alteraram a representação do Brasil no limiar do século XXI.

A maior parte das reflexões aqui presentes refletem as preocupações atuais de Guimarães, quais sejam: teorizar sobre um conjunto de conceitos relativos

a Professora de Sociologia da Universidade Federal de Goiás.

b Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

c Visiting Scholar of Africana Studies na Brown University e Bolsista de pós-doutorado do CNPq.

ao campo das relações raciais, a exemplo do conceito de raça, cor, racialização e formação racial. Também é bom que se registre que a entrevista resultou de dois depoimentos presenciais realizados por Antonio Sérgio Guimarães nos dias 31 de julho e 7 de agosto de 2015, na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. No primeiro encontro, estiveram presentes Edilza Sotero, Flavia Rios, Flavio Francisco, Matheus Gato e Marcio Macedo. No segundo, além dos quatro primeiros pesquisadores citados, também Benno Alves. O diálogo publicado logo abaixo é uma edição revista dos referidos depoimentos, com acréscimos de questões e esclarecimentos encaminhados por e-mail a Antonio Sérgio, em fevereiro de 2016.

Vale dizer, ainda, que, com uma carreira sólida, Antonio Sérgio Guimarães tornou-se nome obrigatório nas bibliografias das disciplinas de relações raciais Brasil afora, além de referência básica para pesquisadores de diversos campos disciplinares que lidam com a questão racial. Professor Titular da Universidade de São Paulo, Guimarães lecionou em renomadas universidades e centros de pesquisa no exterior, entre as quais destacamos: SciencesPo Bordeaux, University of Illinois, Urbana-Champaign, Freie Universität Berlin, Princeton University, University of Oxford, University of California (Los Angeles), École des Hautes Études en Sciences Sociales, Institut de Recherche pour le Développement. Atualmente, é o professor nomeado para a Cátedra Simón Bolívar de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge, Inglaterra, no biênio 2016/2017. Dos seus livros publicados, destacamos o seminal *Racismo e antirracismo* (1999), que deu baliza teórica para a Sociologia das Relações Raciais, além de perfazer a tradição desse campo de estudos no Brasil, mostrando suas aquisições e equívocos e revelando as nuances expressivas regionais que marcam as escolas interpretativas, como a de São Paulo e da Bahia. *Classes, Raças e Democracia* (2002) e *Preconceito e Discriminação* (1998), dentre outras obras, marcam a preocupação do autor em traçar a trajetória social dos conceitos, as diferentes abordagens metodológicas e os avanços do campo acadêmico, apontando também para a necessidade de pesquisas históricas e sociológicas, que a um só tempo entendam as estruturas e os mecanismos geradores das discriminações e desigualdades raciais, como também mostrem a agência dos grupos e indivíduos na história social da nação.

Revista Plural *Quando e como você passou a pesquisar relações raciais?*

Antonio Sérgio Guimarães Comecei com um projeto financiado pela Ford. Rebeca Reichmann era a *officer* da Ford para direitos humanos e foi negociar com a gente uma doação para o Centro de Estudos e Pesquisas e Humanidades da Uni-

versidade Federal da Bahia (CRH-UFBA). A Ford estava, então, interessada em que se implantasse na Bahia uma linha de estudos sociológicos sobre o negro brasileiro. Os estudos na Bahia, depois do projeto UNESCO, tinham se concentrado na cultura e na religiosidade afro-brasileira. A Ford queria investir numa retomada dos estudos sociológicos: mercado de trabalho, mobilidade social, desigualdades, etc. A minha posição nessa negociação foi forçar um estudo sobre as classes sociais na Bahia, que era uma lacuna. Não seria somente um estudo sobre estrutura de classe e mudanças, eu queria algo na linha do que o Michel Agier já estava fazendo na Liberdade, algo mais bourdieusiano. Mas Rebeca foi irreduzível: a doação seria para estudos raciais. Morreu aí, certo? Eu disse: “é, Michel, não tem jeito”. Foi aí que me surgiu a ideia de um estudo comparativo em duas empresas petroquímicas sobre mobilidade interna, procurando detectar e explicar discriminações de gênero e raça, controlando por forma de gestão do trabalho. Montei um desenho metodológico assim: comparar a mobilidade nas carreiras semi-profissionais de uma empresa pública petroquímica à uma empresa particular petroquímica, para as quais tinha acesso aos dados administrativos de recursos humanos, inclusive toda a progressão funcional (quando a pessoa entrou, em que carreira, que ocupação, quando mudou de nível, quando foi promovido...), só que não havia no banco de dados a informação sobre a cor. Isso não tinha. Sentamos, pensamos, aí eu decidi fazer o seguinte: pedir acesso às fichas cadastrais, não apenas à planilha de dados, e classificar as pessoas pelas fotos. “Como é que eu vou classificar pelas fotos?” Eu disse: “Bom, eu vou usar as categorias nativas, as categorias da gente daqui da Bahia”; a gente sabe quem é branco aqui, a gente sabe quem é negro aqui e a gente sabe quem é moreno e quem é mulato. Então são essas quatro categorias aquelas do senso comum e do jogo diário das classificações. Era preciso apenas sistematizar o modo de classificar entre nós que iríamos fazê-lo – eu e Genice, uma estudante de Ciências Sociais, com bolsa de Iniciação Científica.

Revista Plural *Quais foram os impasses teóricos e institucionais para entrar no campo das relações raciais, já que você vinha de uma tradição marxista?*

Antonio Sérgio Guimarães Veja só, desigualdade racial era uma coisa já estabelecida no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do Rio de Janeiro, com Carlos Hasenbalg e Nelson Valle e Silva. Era justamente o modelo que a Ford queria replicar. Só que a nossa tradição no CRH não era essa. Primeiro, quem trabalhava com raça, o Michel Agier, trabalhava em termos etnográficos. A professora Nadya Araújo Guimarães, entretanto, já trabalhava com mercado de trabalho e para

ela foi fácil lidar com a categoria “desigualdades raciais”. Para mim, na minha formação, não existia raça, existia cor. Isso foi para mim um desafio. Isso foi para mim um desafio. Minha formação tinha sido dada por Vivaldo da Costa Lima, por Thales de Azevedo. Depois eu fui entender que era uma formação tributária dos estudos dos anos 50 e 60 na Bahia. Aliás, começou antes, com o Donald Pierson. Mas eu comecei a me sentir muito desconfortável, muito pouco à vontade. O Michel Agier dominava uma literatura etnográfica, ele tinha formação antropológica e ele dominava totalmente a tradição de estudos africanos. Mas tudo que eu conhecia era a bibliografia que eu tinha estudado não sei quanto tempo atrás na graduação. Se vocês lerem o meu primeiro texto, de 1993, eu acho que vocês vão achar muita coisa do Oracy Nogueira, de Thales de Azevedo, alguma coisa de Marvin Harris; é o que estava na minha cabeça da formação da graduação. Se lembrem que eu já tinha voltado do doutorado nos Estados Unidos, onde eu trabalhei basicamente com formação de classe. Era análise de classe, mas o conceito realmente que me mobilizou era formação de classe, era um conceito que vinha de Przeworski. E a ideia de formação de classe era muito importante porque era classe enquanto processo e não como categoria, era processo histórico. Mas, era análise de classe porque eu pensava como um marxista. Quando eu cheguei em Wisconsin e durante minha pós-graduação os dois conceitos que realmente me fizeram a cabeça foram formação de classe, que, de certo modo, desfazia a tradição ortodoxa da teoria das classes e colocava classes como uma construção histórica. Quer dizer, classe não seria realmente só um conceito analítico dentro de uma teoria forte sobre uma realidade não transparente à observação, mas seria, digamos, uma categoria construída pelos atores. Era muito Thompson, Gramsci, Hobsbawm: a escola inglesa. E o outro conceito veio de Burawoy, que era a ideia de um regime fabril, ou seja, de um consenso construído no chão de fábrica e não apenas no nível da política. A ideia era: o operário é feito para pensar consensualmente já no próprio trabalho, a prática operária já leva, de certo modo, à construção de um consenso. Não se trata de cooptação no mundo da política. Então, eram esses os dois conceitos que me mobilizavam.

Revista Plural *Mas nesse processo de transição de linha de pesquisa você fez um pós-doutorado no tema das relações raciais...*

Antonio Sérgio Guimarães Foi aí que eu tomei a decisão de ir fazer um pós-doutorado no *Africana Studies*, na Brown. Anani Dzidzienyo me surgiu, se eu não me engano, através de Maria Célia Paoli, que era muito amiga dele e que era muito próxima do nosso grupo lá no CRH, que fazia sociologia do trabalho. Eu comecei

a estudar muito lá na Brown, eu só lia sobre relações raciais. Não só artigos, mas usei muito a biblioteca, quer dizer, aprofundei os estudos que foram feitos na Bahia nos 50, 60, no projeto UNESCO, mas também conheci coisas novas, como, por exemplo, Omi e Winant. A ideia deles era quase uma continuação das ideias de Przeworski. Como se fosse um pensamento por analogia, porque Omi e Winant aplicam tudo o que foi desenvolvido pela historiografia inglesa, depois apropriada pela sociologia junto com uma leitura paralela de Gramsci, uma valorização muito grande do processo histórico... Eles aplicam essas ideias pra entender a formação de identidades raciais. Então, isso pra mim foi uma passagem muito legal. Desse tempo, por exemplo, vem meu texto “Brasil e Estados Unidos: um diálogo que forja nossa identidade racial” e depois, em “Races and group of colors in Brazil”, eu já estou imerso na discussão sobre raça e cor, raça e grupos de cor, e começo a desenvolver alguma coisa que é bem contextual mesmo, política. Aí o contexto político é decisivo para explicar a forma como o pensamento se formou.

Revista Plural *Em “Raça, racismo e grupos de cor no Brasil” (1995)¹, o conceito cor é central em seu pensamento, ainda que pouco desenvolvido, como se estivesse sendo utilizado apenas como uma designação nativa. Nesse texto, parece que a categoria cor foi pensada mais para se referir a um pensamento sociológico que negou o conceito de raça e de racismo, a exemplo de Thales de Azevedo e outros autores brasileiros que não tratavam ou evitaram tratar do preconceito racial, mas de cor. Você pode falar um pouco de como desenvolveu o conceito de cor ao longo dos anos e qual a funcionalidade da cor para se pensar raça?*

Antonio Sérgio Guimarães Bom, eu acho que vocês têm toda a razão. Na verdade, não existia pensamento sobre isso nessa época. Vocês pontuaram bem, na verdade eu parto de Thales e da ideia de que nós temos grupos de cor. Esses grupos de cor existem porque existem categorias nativas de cor e essas categorias nativas de cor estão refletindo uma estratificação social, então, o primeiro momento é basicamente trazer a reflexão de Thales para os anos 1990, 2000. Mais nada do que isso. O que existe, de novo, você já pontuou, é a argumentação que venho desenvolvendo durante muito tempo, de que essas categorias de cor nativas, e os grupos de cor, estão escondendo uma classificação racial. Mas está claro para mim, nesse momento, que raça não existe como uma categoria nativa: a categoria nativa é cor. E cor não está nem refletida, nem pensada, nem é objeto de re-

1 GUIMARÃES, A. S. A. ‘Raça’, Racismo e Grupos de Cor No Brasil. Revista Estudos Afro-Asiáticos, n. 27, p. 45-63, 1995.

flexão, nem mesmo de indagação, aparece como algo natural, totalmente nativo. Isso é interessante porque, quando eu escrevi aquele texto “Como trabalhar com raça na sociologia”, eu me deparei com o conceito de cor, precisava enfrentá-lo, porque na verdade é um conceito nativo, e eu não sei o que dizer sobre ele. Não sei se vocês repararam nisso...

Revista Plural *Você passou a refletir mais sobre o assunto depois de escrever “Como trabalhar com raça em sociologia”?*

Antonio Sérgio Guimarães Se vocês lerem o texto, vão ver que eu vou até ali e não tenho o que dizer. Aí faço um... escorrego de algum modo e tal, mas não tenho o que dizer sobre isso. Quando eu escrevo aquele livrinho *Preconceito Racial*, que é uma encomenda que um editor da Cortez me fez, aí eu me deparo com a categoria cor e não posso mais fugir do mesmo modo, está certo? Aí eu faço uma pequena reflexão, uma pequena pesquisa, descubro coisas que me dão muitas pistas. Por exemplo, descubro que Roger Bastide tinha realmente refletido sobre isso e tinha passado despercebido por mim, pensando no simbolismo da cor. Nesse texto, Bastide deixa claro que a classificação por cor tem um sentido hierárquico, tem um sentido pejorativo... pejorativo e enaltecedor. Pejorativo para os negros, enaltecedor para os brancos, e que isso vem da cristandade, que isso é uma classificação que vem da antiguidade cristã, judaico-cristã, que está cheia de simbologia religiosa, ainda que não racial. Aliás, para ser rigoroso, um pouco antes eu tinha me deparado com alguma coisa parecida, que foi o texto de Mário de Andrade, “A superstição da cor”, que me caiu por acaso nas mãos quando eu estava em Oxford, em 2003, eu acho. Ele foi traduzido para o inglês, e falava sobre aquela coisa da superstição, mas eu não levava a sério. Então é no *Preconceito Racial* que eu começo a levar a sério e a pensar sobre o que é realmente cor. E a reflexão melhor que eu tenho sobre isso, quer dizer, mais bem acabada, é muito pequena ainda, foi quando a *Ethnic and Racial Studies*, me pediu. Vocês conhecem esse texto? Uma versão em português foi publicada no *Cadernos de Campo* (2011).

Revista Plural *Mas ele é menor?*

Antonio Sérgio Guimarães É a mesma coisa. Na verdade, foi uma provocação de Banton. Michael Banton escreve um artigo forte para a *Ethnic and Racial Studies* contra o uso de raça pela sociologia. Ele diz que raça é um sistema completamen-

2 GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa* (USP), São Paulo, v. 29, n. 01, p. 93-108, 2003.

te americano, do mundo americano, não tem porque na Europa se manter isso ou no resto do mundo se manter isso, inclusive não entende porque isso está vindo no Brasil. E aí faz a mesma tolice que Loïc Wacquant e Bourdieu fizeram antes, afirmando que o que existe de fato são cores. O que é real é cor, e aí aciona a ciência biológica atual, a genética atual, para afirmar a existência real da cor e como a cor é depois transformada nesse encontro imperialista dos europeus com os africanos em raça, e como isso faz parte de um mundo americano. Que não deveria fazer, mas faz, e infelizmente, está contaminando o resto do mundo. Martin Bulmer e John Solomos, editores do *Ethnic and Racial Studies*, pedem a mim, a Edward Telles, a Peter Wade e a outros para reagirem, porque sabem que são pessoas que ou são citadas ou trabalham com a categoria raça.

Revista Plural *Além dos Estados Unidos...*

Antonio Sérgio Guimarães Isso. E aí nós três respondemos. Eu escrevo isso e logo depois os meninos daqui da Antropologia me pedem um artigo sobre raça, etnia e gênero, e eu aproveito aquela reflexão. Então o mais adiantado a que eu cheguei é apenas um esboço. Mas está claro que nesse artigo, que cor, para mim, é um sistema de classificação racial igual aos outros. Exatamente igual aos outros e tão superficial quanto os outros. Esse é o teor de minha resposta. A cor tinha na Bahia dos anos 50, provavelmente no Brasil inteiro, um uso político: era uma tentativa de reduzir toda a racialização sofrida pelos negros em uma diferença de pele, de cor de pele. Guerreiro Ramos, por exemplo, usava uma expressão muito comum na época: “cor é apenas aparência”. Nesse último texto para a *Ethnic and Racial Studies*³, eu faço uma hipótese de que este é um sistema de classificação europeu, antirracista, mas racial.

Revista Plural *Cor de pele?*

Antonio Sérgio Guimarães Cor de pele. É igualmente racista, ao contrário do que os europeus pensam. Eles acham que é um conceito não só verdadeiro, porque é real, mas que também não é racista, porque não cria uma linha de cor, mas um contínuo. Meu argumento é de que a classificação por cor na verdade dá margem à bipolaridade. Ou seja, você sempre pode definir aqueles que tem cor daqueles que não tem cor: as pessoas de cor. Então ele leva a um sistema bipolar e nesse texto eu digo: “Bom, esse é um sistema de classificação europeu que, de

3 GUIMARÃES, A. S. A. The Brazilian system of racial classification. *Ethnic and Racial Studies* (Print), v. 35, p. 1157-1162, 2012.

certo modo, está começando a se impor, tanto nos EUA, como inclusive no Brasil como o politicamente correto”. E aí eu pego dados do IBGE, porque José Luís Petruccelli fez uma pesquisa piloto no IBGE, que perguntou às pessoas que se classificam por cor, raça, que dimensões elas consideram mais importantes para se autoclassificarem. O interessante é que quase 80% falam em cor de pele. Depois aparecem, com menos importância, as coisas que o Thales Azevedo e Marvin Harris encontraram: a posição econômica, a educação, etc. E também aparecem umas coisas que não existiam naquela época, que são cultura, descendência, coisas assim. Então eu faço também uma hipótese de que o sistema racial brasileiro está mudando no sentido de dar mais importância à pele, à cor, enquanto cor de pele...

Revista Plural *Isso já no artigo publicado na Cadernos de Campo?*

Antonio Sérgio Guimarães Nesse artigo de 2011⁴. A minha hipótese é de que essa ideologia de embranquecimento está desaparecendo. A ideologia do embranquecimento, de certo modo, se sustenta numa classificação por cor, e um sentido de cor muito preciso, porque se não houvesse uma classificação por cor, se houvesse uma classificação racial, à americana, não existiria espaço para o embranquecimento. O embranquecimento existe porque existe a ideia de que se tem cores que envolvem toda uma gama de outras características físicas, e as cores formam um contínuo, as cores mudam, e daí a ideia de embranquecimento. Então a minha hipótese explicativa é de porque a ideologia do embranquecimento está diminuindo de importância no Brasil, a classificação por cor da pele está ganhando mais força. Pode parecer contraditório, mas é simplesmente a diferença entre cor e cor da pele que cria a confusão. Uma não é redutível a outra. Ademais, a categoria cor foi substituída entre nós pela de cor/raça, que é uma terceira coisa. É mais ou menos isso. Teria que retomar esse artigo. Mas, é bom que você toque nisso porque “Como trabalhar com raça em sociologia” precisaria hoje ser reescrito para que a categoria cor fosse melhor compreendida

Revista Plural *Vamos voltar ao Thales de Azevedo e a forma como ele usa a categoria “status”, para organizar uma teoria para pensar a cor, a estrutura de uma hierarquia racial dos anos 50 na sociedade baiana. Thales, entretanto, não avança de forma a elaborar um pensamento que associe mais fortemente classe, raça e*

4 GUIMARÃES, A. S. A. Raça, cor, cor da pele e etnia. *Cadernos de Campo* (USP, 1991), v. 20, p. 265-272, 2011.

status. Em meados da década de 1950, as Ciências Sociais pareciam estar dedicadas a refletir o momento de transição da escravidão para uma modernidade brasileira, muitas vezes prevendo que categorias relacionadas a cor se tornariam coisas do passado. Contrariando as previsões, cor se manteve como categoria útil para explicar a sociedade brasileira, já “status” parece ter entrado em desuso...

Antonio Sérgio Guimarães Tem uma coisa que eu não tinha falado antes, mas que me influenciou muito, principalmente nessa época (na década de 1990), foi a leitura de Roberto DaMatta. A leitura de DaMatta foi muito decisiva para mim. Ele tem uma interpretação que eu acho meio ambígua. E de certo modo eu tento deixar menos ambígua. A interpretação do DaMatta é que a sociedade brasileira não é uma sociedade plenamente de indivíduos, mas uma sociedade hierárquica onde o status é muito importante, a posição social das pessoas é muito importante. Essa era uma ideia que já aparecia em Thales, num texto pequenininho, mas seminal... Aproveito muito as ideias deles quando analiso as queixas de preconceito e de discriminação em 1997. Por exemplo, em “Preconceito e Discriminação” eu digo que não se pode pensar classe como simplesmente uma associação de indivíduos, é mais que uma associação de indivíduos, está ligado a uma certa hierarquia de status, e ser negro é ter um certo status. E esse status de certo modo modifica a classe social. Por exemplo, imagine que você desça de uma Ferrari na porta do Jockey Clube de São Paulo, as pessoas vão olhar para você e começar a se indagar sobre qual é a sua posição social, de onde você vem. Elas podem começar a imaginar “esse cara vem da África, de um potentado africano, cheio de grana”, “esse cara é um americano cheio de grana”, mas se se configurar que você é um brasileiro, você pode ser um jogador de futebol, ou seja, um status social vai sempre modificar a sua posição de classe. Quer dizer, então a cor (a nossa velha categoria de cor), funciona como se fosse um grupo de status mesmo, modificando a classe. Essas ideias já aparecem em Thales, apenas de uma outra maneira.

Revista Plural *O pensamento de Roberto DaMatta foi muito influente no campo das relações raciais no Brasil, especialmente na década de 1990. Assim como você, outros autores utilizam as ideias de que o Brasil não é uma sociedade de indivíduos, do personalismo como um traço distintivo da cultura nacional. Como você difere a sua reflexão a partir da leitura de DaMatta da de outros pesquisadores naquele período?*

Antonio Sérgio Guimarães Pra mim, valores universais como igualdade são fundamentais pra eu pensar qualquer coisa, não faço sociologia sem pensar isso, não tenho nenhuma vergonha de dizer que a sociologia que a gente faz tem valores úl-

timos e meus valores últimos estão claros – uma sociedade de iguais, defesa da liberdade individual, etc. Então o Roberto DaMatta eu li como alguém que exerça algo que só se pode exercer quando está acabando, porque se fosse algo que ainda estruturasse de uma maneira tão forte a nossa sociedade não seria exercida. Então, para mim, eu li DaMatta como um crítico, como alguém que mostrava que nosso ideal de igualdade, o nosso ideal de liberdade individual, de individualismo estavam misturados com outros valores. E eu sempre achei que esse era um lado politicamente forte de denúncia da hierarquia que sobrevive nas relações sociais no Brasil. Inclusive do ponto de vista das classes, apliquei muito para as raças, mas sempre, decisivamente, com um tom crítico.

Revista Plural *Thales de Azevedo usa a categoria cor para não dar uma natureza específica ao racismo, para mostrar uma natureza específica brasileira, evitando assim a ideia de raça. Já em sua interpretação, cor e raça não são mutuamente excludentes.*

Antonio Sérgio Guimarães Isso que você aponta é verdade, mas eu sempre li assim. Se você tira o contexto da época, essa ideologia em que as pessoas estão imersas, na verdade essa descoberta, que pode nem ter sido uma descoberta, pode ter sido uma imitação de Lloyd Warner simplesmente dizendo “ao invés da gente ter aqui realmente uma casta, a gente não tem exatamente uma casta”. Pode ser uma coisa tão boba, pode ter sido uma imitação em Thales, mas a verdade é que toca em algo profundo. Ele está na verdade provavelmente muito impressionado com a leitura de Weber. Mas para mim, essa observação do Thales foi uma revelação. Para ele pode até ser uma coisa menor, sem grande importância. Para mim foi uma revelação, porque eu começo a ler como status modificando a posição de classe... E mais, são grupos de cor que não fazem nenhum sentido para a ação social se não levarmos em conta a categoria *raça* que os estrutura.

Revista Plural *No pensamento de Thales, cor estaria desassociada do sistema racial?*

Antonio Sérgio Guimarães Eu não sei se ele pensava exatamente assim, sabe por quê? Porque um contemporâneo dele como o Oracy Nogueira era muito claro ao falar de raça, de preconceito racial, afirmando o preconceito racial em diferentes formas, fazendo a diferença entre o que seria uma marca de origem e o que seria uma marca de pertencimento. Naquele contexto em que Oracy e Thales escreviam, o embate era o seguinte: Donald Pierson afirmava, por um lado: “Não, não existe raça aqui”. Essa era uma tendência dos alunos de Robert Park, inclusi-

ve Franklin Frazier: “Cor é algo diferente de raça”. O Frazier chega mesmo a afirmar que não há problema racial no Brasil, a gente encontraria na nossa sociedade apenas o colorismo que existia na comunidade negra americana. Então para eles, o conceito que definia raça era o conceito de casta. Era o grupo ser fechado ou aberto. Os brasileiros, por outro lado, oscilam: por exemplo, Roger Bastide e Florestan Fernandes simplesmente diziam “essa discussão não tem conteúdo, isso é buscar o sexo dos anjos”. O modo popular como se refere o preconceito racial no Brasil é preconceito de cor. Bastide e Florestan, no projeto que escreveram para a Unesco, tratam simplesmente como verbalização nativa o preconceito de cor. Pierson continuava insistindo: não haveria no Brasil nem preconceito de cor, nem de raça, o que existiria seria preconceito de classe mesmo e só. Daí a saída de Thales eu acho muito engenhosa, porque ele diz: não é casta nem é classe, é status. É um sistema de prestígio social que está informando a cor. Então, nesse sentido, ele dá um novo substrato sociológico conceitual para uma distinção. E é isso que me encanta nessa história.

Revista Plural *A forma como você articula a relação entre raça e cor, pensando cor como algo que mascara uma realidade mais profunda das relações raciais brasileiras, já recebeu algumas críticas, a exemplo do antropólogo Andreas Hoffbauer, que afirmou se tratar de uma proposição de certa forma funcionalista. Como você reagiu a essas críticas?*

Antonio Sérgio Guimarães Eu penso assim mesmo e não acho que isso seja funcionalismo. Eu acho que existe uma estrutura profunda, informada por uma classificação racial mesmo, por uma série de preconceitos que são raciais, uma tradição histórica que é racial. E é ela, essa estrutura, que dá sentido às cores. Porque, se não, as cores seriam.... simplesmente cores. Seriam categorias estéticas realmente.

Revista Plural *Nesse caso, meio que paira o Carl Degler com essa saída do mulato. A saída do mulato é uma espécie de metáfora para falar de uma sociedade que possibilita a válvula de escape, negociação. Quando você trabalha com a teoria de racialização você deixa de lado essas entradas que possibilitam a ascensão do mulato. Esse mito do mulato deixa de existir. O Brasil não é o lugar de ascensão do mulato. O mulato também, de certa forma, encontra barreiras dessa perspectiva de análise da sociedade brasileira.*

Antonio Sérgio Guimarães Em nossa cultura, criamos muitos antídotos para esse processo de racialização, de certo modo. Desde a colônia vê-se isso. No Brasil colônia surgem as primeiras reivindicações pra que se empregasse pardos no ser-

viço público, no oficialato, capitão do mato... Nas guerras de independência, depois na literatura... A gente criou essa cultura antirracista. O problema é quando surgem os movimentos de formação racial, ou seja, quando a raça é reivindicada positivamente por grupos negros. Porque eu acho que isso embaralha totalmente as cartas sociais dos descendentes de africanos, dos afrodescendentes. Imagine pessoas “morenas claras” terem que agora enfrentar o desafio de dizerem que são pardas. Pardo é uma das coisas mais pejorativas da nossa cultura. E aí as pessoas vão ser pardas... Então existiu, e ainda existe eu acho, uma reação muito grande. Agora menos, mas nesse período em que eu escrevo, havia uma reação muito grande. E muita gente se incomodava com isso. Agora o funcionalismo de que me acusam, eu não vejo. Sou um pouco estruturalista, afirmo a ideia de que existe uma estrutura profunda que está realmente organizando o sistema de classificação racial. Mas o pensamento é processual, histórico, não funcionalista.

Revista Plural *Por que não houve outra saída para os movimentos negros se não tornar a racialização de alguma coisa positiva em determinado momento?*

Antonio Sérgio Guimarães Eu chego perto de onde Walter Silvério está hoje em dia. Acho que a colonização de outros povos pela Europa se faz realmente com uma justificativa racial forte e profunda. E mesmo quando ela é criticada, ela persiste. Aí eu acho que o Franz Fanon tinha razão: o racismo e o colonialismo estão imbricados de uma maneira tal que você não foge, não consegue fugir. Isso é tanto verdade que o antissemitismo na Europa é extremamente forte até hoje. Quer dizer, todo o passado judaico de subordinação, de humilhação etc., é algo presente na mente dos europeus. Eles não são franceses, não são alemães, eles não são ingleses, eles não são espanhóis, eles são judeus. Eles são diferentes. Agora aí você pode fazer o argumento: “Ah mas eles podem mudar o nome, negar qualquer relação com o judaísmo e passar inteiramente”. Esse argumento... Primeiro que seriam casos individuais porque dificilmente um grupo esqueceria todo seu passado, sua tradição. Segundo, porque a mesma coisa pode acontecer com pessoas de origem africana, as pessoas também podem a partir de casamento, etc., deixar... É lógico que a pessoa mesmo, se é negra, é mais visível. E talvez Weber tenha razão em dizer que marcadores raciais, enquanto marcadores físicos, são marcadores muitos mais difíceis de serem contornados. Se você marca um grupo pelo peso ou pelo tamanho da circunferência abdominal, para deixar de ser gordo você tem que deixar de ser gordo mesmo, porque você é gordo e acabou, tem uma marcação física. E nisso ele tem razão. Quer dizer, quando você tem um sistema de marcas que se encrua no físico. A mesma coisa com as mulheres, se você

faz um discurso como a gente tem, de diferença de sexo, de inferiorização, não tem como contornar. Então, nesse sentido Weber tinha razão. Mas não porque ele achasse que fosse biológico, mas pelo fato de que certos marcadores são mais difíceis de serem contornados do que outros.

Revista Plural *Em “Racismo e Anti-Racismo no Brasil”, quando você faz a crítica ao conceito de racismo tal como ele era e ainda é utilizado no Brasil, e também por outros autores, você chama atenção para o fato de que trabalhar a natureza como biologia não seria suficiente para pensar o racismo. Talvez fosse suficiente, mesmo não sendo, para pensar o caso norte-americano. Mas no caso brasileiro, é interessante essa mudança, essa ampliação do conceito de natureza para além da biologia, para dar conta dos sistemas classificatórios e dos marcadores raciais. E você encontra a âncora intelectual para pensar isso não nos Estados Unidos, mas na França, né?*

Antonio Sérgio Guimarães Com Colette Guillaumin, uma feminista... Porque esse é outro pilar de tudo isso que estou escrevendo. O conceito de naturalização como desenvolvido por Collette Guillaumin, trabalha com sexo e trabalha com a raça como processos completamente bem sucedidos de naturalização. Ou seja, o argumento que ela faz, que é muito convincente, que eu incorporo completamente, é que as diferenças sociais e as relações sociais são muito mais efetivas e eficazes – seja de exploração, seja de dominação – se elas são apresentadas como relações da natureza. Relações naturais. Por mais aberto que você seja, você reduz a relação homem-mulher ao limite da natureza quando diz: “Mas o homem pode estar todos os 365 dias do ano capaz para o trabalho e ele é o provedor por excelência da família e seu chefe, porque ele tem constituição física de força, tem uma constituição física de disponibilidade pro trabalho e pra guerra durante 365 dias por ano. Uma sociedade que fosse liderada por mulheres sofreria porque as mulheres têm que parir, tem que cuidar dos filhos”. Quer dizer, se você apresenta as relações de gênero como relações naturais, a eficácia dessa dominação é completa e a tendência pra que os próprios dominados considerem isso algo natural é muito maior, aceitando isso como natural. A mesma coisa com as relações raciais. O argumento da Collette Guillaumin é de que essa argumentação surge com a ciência moderna porque antes a força dessa argumentação era teológica, ela se sustentava na vontade divina, no modo como Deus organizou o mundo. Mas ela diz algo assim: “Nada foi tão forte quanto a ciência moderna”. Por que a ciência moderna trabalha com a ideia de natureza. Collette Guillaumin é fantástica.

Revista Plural *A partir da crítica de Collette Guillaumin, cor, raça e outros conceitos centrais em seu pensamento assumem uma forte perspectiva histórica.*

Antonio Sérgio Guimarães É. Na verdade esse é o primeiro passo. Quer dizer, você só consegue enfrentar esse sistema de racialização, de patriarcalismo, de naturalização da exploração e da dominação, se você demonstra que ele começou em algum momento da história, porque se ele começou em algum momento da história, ele pode acabar em outro momento da história.

Revista Plural *Tem um momento em sua produção que você define racialização de uma maneira bem diferente do que pensa hoje. Em “Raça, racismo e grupos de cor”, você usa o exemplo da racialização para se referir ao modo como europeus constroem uma barreira, um diferencialismo cultural, que age na naturalização da cultura dos grupos subalternos. Pensando que estamos em um contexto diferente, você poderia dar um exemplo sobre o processo de racialização hoje?*

Antonio Sérgio Guimarães Na Inglaterra eles são muito bem sucedidos em racializar os *West Indians*. São muito eficientes em racializar os indianos, os paquistaneses, os “browns”, como se diz na Inglaterra. No sentido que são grupos sociais óbvios. O fenômeno novo é a islamofobia. Isso não existia na minha reflexão. Embora eu tivesse a experiência da França, onde realmente o preconceito contra os árabes (naquele tempo não se falava em muçulmano) era forte. Mas não se percebia intolerância religiosa. Essa marcação religiosa não era tão forte como é hoje. E hoje, eu acho que prescinde de racialização no caso do Islã. Para organizar todo o ódio que você tem deles, você prescinde da ideia de raça.

Revista Plural *E é uma ideia de natureza?*

Antonio Sérgio Guimarães Nem de natureza, é a ideia de que a religião deles é perversa. Isso é a coisa mais impressionante. É um discurso do politicamente correto. Acreditam que o Islã é um sistema de crença que avilta as mulheres, as liberdades humanas, é um sistema que ameaça a sobrevivência da Liberdade. É guerra santa mesmo. Não precisa de marcador racial nenhum, nenhum discurso racial. É um discurso realmente sobre a impropriedade e o mal absoluto contido nessa religião.

Revista Plural *Isso é semelhante, de certa maneira, à forma como o Michel Wieviorka organiza sua teoria, quando afirma que o racismo tem duas lógicas: uma é você biologizar a cultura, e a outra lógica é você culturalizar a biologia. E*

ele diz: isso é racismo. Para Wieviorka existe, então, um diferencialismo cultural absoluto que é um componente do conceito de racismo.

Antonio Sérgio Guimarães Com uma ressalva importante: é preciso partir de analogias, mas superá-las. É preciso aceitar o desafio de enunciar algo totalmente novo. A intolerância com o Islã não pode ser reduzida a racismo. Você vê que desde o início eu tenho muito cuidado em dizer “uma coisa é sexo, outra coisa é raça”. Então, não existe racismo contra as mulheres, o que existe é sexismo, não é racismo. A discriminação por sexo tem sua especificidade, como é singular a discriminação racial. Não existe racismo intelectual, isso é apenas uma metáfora. Esse emprego conceitual retira realmente o caráter histórico específico da raça e do racismo. Tem uma ideia que eu aprendi, não sei com quem, que é uma coisa muito simples: todo racismo tem uma história. Então não existe racismo sem uma história, não é um conceito que você possa falar independente da história, entendeu? O que se passa na Europa hoje tem uma história que começa com a imigração dos ex-colonizados.

Revista Plural *E também que a ação social, ou seja, o sentimento – e isso é um argumento forte seu – que você emprega ao discriminar um negro é muito diferente do sentimento que você emprega ao discriminar uma mulher...*

Antonio Sérgio Guimarães É ... é outra história, realmente tem outra história. É como no Brasil e nos EUA, são histórias diferentes. Relações de poder diferentes. O conceito de raça, certo, tudo bem, você dizer assim: “É racismo, porque é o conceito de raça que é mobilizado nos dois casos”. No caso das mulheres, não é o conceito de raça que é mobilizado, é o conceito de sexo. Sexo biológico, é esse que é mobilizado, o qual afirma que existe uma hierarquia que precisa ser preservada, do contrário, a humanidade perece.

Revista Plural *Pensando as especificidades históricas, como você alocaria o conceito de cor no caso americano e no caso brasileiro? Quais seriam as diferenças para tentar resolver o problema do Franklin Frazier, atualmente?*

Antonio Sérgio Guimarães Vamos dizer o seguinte... Vamos dizer que o sistema que organiza essa subordinação do negro nos EUA é a raça, e a raça muito bem definida, muito bem elaborada como um grupo de descendência? Bom, dito isso, as diferenças sociais e as hierarquias não se esgotam em preto e branco. E aí entra componentes de status que são importantes. Tanto status adquiridos, como por exemplo a educação, a escola que você fez, se você fez Princeton, se você fez Harvard, como Obama fez. Ou você se formou no Novo México ou você nem se

formou. Tem todos os sistemas, os marcadores, e tem um sistema de marcação de cor também. O que é um sistema de marcação de cor? O sistema de marcação de cor, na verdade, induz você a pensar uma distância maior ou menor do grupo dominante. Então, se você vê um mulato claro nos EUA, ele pode lhe dar a impressão de que ele está no alto mundo da burguesia há muitos e muitos anos, há muitas e muitas gerações, está certo? E, além disso, seu antepassado teria sido um feitor, uma pessoa que, mesmo no sul, não pertencia aos estratos baixos da escravaria, mas era uma pessoa que inclusive dominava uma certa cultura, quer dizer, era um ladino. E depois, estaria estabelecido no Norte há muitos e muitos anos, e faz questão de se casar com pessoas claras também, para manter justamente essa clareza, porque a clareza é uma distinção muito grande tanto no trato com os brancos quanto com outros negros. Há uma valorização grande das mulheres a partir disso tudo. Ou seja, a cor tem um enorme papel nisso, sonegado pela política. Sonegado pela política porque para a política isso esculhamba qualquer formação racial. Mas, no limite, você sabe que você é negra independente da sua cor. E todo negro é tratado como negro e pronto. A diferença no Brasil é que a primeira assertiva não é verdadeira, funciona só a segunda. Quer dizer, o sistema racial funciona só na segunda, não na primeira assertiva. Eu sei que se eu disser que tenho avós e bisavós mulatos, isso será uma piada de salão, ninguém vai levar a sério, vão achar que eu estou procurando me aproveitar da situação para fazer isso ou aquilo. É uma carta que eu estou jogando oportunisticamente, tirando da manga. Tão grande quanto a que Fernando Henrique lançou quando disse que tinha um pé na cozinha. As pessoas olharam e deram risada, “agora que você vem dizer isso? Na hora da eleição é que você vai falar isso, que você tem o pé na cozinha? É brincadeira, né?” Por quê? Porque isso significa que esse marcador racial realmente não fez diferença nem na minha vida nem na dele.

Revista Plural *Seria correta a afirmação que nos Estados Unidos a cor é mais relevante no grupo, na comunidade, e menos relevante na sociedade? Ou seja, é importante no intragrupo, e não tão relevante no intergrupo. Ao contrário do Brasil, onde as duas dinâmicas seriam igualmente relevantes?*

Antonio Sérgio Guimarães Para a gente trabalhar com cor, tem que levar em consideração não apenas o simbolismo da cor, judaico-cristã, do Mário de Andrade ou do Bastide. Há algo presente em todas as culturas, que é o significado da cor escura, da cor queimada pelo sol. E tem tudo a ver com classe. Por exemplo, as mulheres japonesas não querem tomar sol, como as mulheres europeias também não queriam tomar sol, porque ser claro, branco, significa que você não precisa

trabalhar para sobreviver, que você paga pessoas que trabalham pra você. Então, ter traços muito finos, mãos muito finas e claras são sinais físicos de uma classe superior. As pessoas que precisam trabalhar para viver, elas se expõem ao sol, elas criam rugas, marcas no rosto...

Revista Plural *Entre os japoneses no Brasil, existia um ditado quando eles chegaram que dizia “o primeiro irmão é preto”, porque é o que tem que trabalhar, justamente. E o segundo vai ser doutor e o último vai ser claro, porque vai ter a ascensão social.*

Antonio Sérgio Guimarães Então, nesse sistema de marcação de cor, além do sistema religioso cristão, tem esse sistema totalmente ligado à classe e ao trabalho. Na verdade, é um valor aristocrático. E junto com ele vem a sexualidade. Porque, a diferença entre homem e mulher está ligada também a quem protege e quem é protegido. Então o homem que protege é viril, esse está exposto ao sol. Esse trabalha com armas, é um guerreiro. Esse tem que mandar, tem que dar ordens, certo? É um engenheiro em obras, ele tem que saber tratar com peão. É diferente do artista, do homem de salão, afeminado. A mesma simbologia, eu trabalho no preconceito contra os baianos na Colônia, quando Gilberto Freyre fala que os baianos eram afeminados para os gaúchos, por quê? Porque os gaúchos montavam a cavalo, brigavam, defendiam a fronteira. E os baianos eram vistos como aqueles caras que andavam em rede. Eles eram carregados por escravos, ou seja, não eram exatamente homens, eram homens afeminados que cultivavam as artes, que sabiam falar, mas não sabiam lutar. A cor tem muito essa conotação também.

Revista Plural *Em relação à definição de raça em seus textos, você afirma que o princípio para compreender raça (enquanto categoria) é definir a ideologia que a fundamenta. Dessa forma, é central em seu pensamento refletir sobre a ideologia racial brasileira. Você acha que existe uma única ideologia racial brasileira ou é possível pensar que o Brasil tem mais de uma ideologia racial? Melhor dizendo, você acha que a ideologia racial tem que ser definida em termos nacionais ou há a possibilidade de coexistir uma multiplicidade de ideologias raciais?*

Antonio Sérgio Guimarães Vou tomar de novo como exemplo os Estados Unidos. Ainda que não seja totalmente verdadeiro o que eu vou dizer, ainda é muito importante, que é o seguinte: o sistema de escravidão nos Estados Unidos se concentrou no Sul, nas zonas de algodão, nas zonas de fumo, da Virgínia, mais ou menos, para baixo. Todo o Sul. Ainda que o Texas tenha um sistema diferente, porque foi colonização espanhola, ainda assim é diferente do Norte ou do Nor-

deste dos Estados Unidos, sempre muito contaminado, mas que conheceu diferentemente a escravidão, que aliás foi abolida muito cedo. Ao contrário disso, o Brasil foi um país escravocrata do norte ao sul. Então é muito mais fácil que certos traços gerais sejam generalizados, e todos tivemos a mesma colonização. Por exemplo, você não encontra aqui uma diferença tão grande como você encontra entre a Louisiana e a Virgínia nos EUA. A Louisiana teve colonização espanhola, francesa e depois americana, a Virgínia foi sempre de colonização inglesa. Então, nós temos uma história muito comum em termos de escravidão. Isso tem que ser levado em conta. Muitas das coisas que você acha pra São Luís são imediatamente aplicáveis para Bahia, para Pernambuco etc. Muitas outras não. Há diferenças regionais, claro. Mas as semelhanças são acachapantes.

Revista Plural *Em “Racismo e Anti-Racismo”, a primeira frase do livro parece uma provocação: “Qualquer estudo sobre racismo no Brasil deve começar por notar que o racismo no Brasil é um tabu”. Você acha que essa assertiva continua verdadeira?*

Antonio Sérgio Guimarães Não mais. Como envelhece, né?

Revista Plural *É... Mas assim, essa frase envelhece, porque o resto não envelhece; você está fazendo uma análise, tem um debate intelectual, tem uma definição de racismo...*

Antonio Sérgio Guimarães É quase um pedido de desculpas. “Olha, eu sei que os doutos, senhores...” (risos).

Revista Plural *Ainda em “Racismo e Anti-Racismo” você fala em “antirracismo institucional”. Explique um pouco melhor esse conceito.*

Antonio Sérgio Guimarães Essa ideia de que nós temos um sistemas de cores, mas esse sistema de cores são só cores... Podem ser embaralhadas, esses grupos podem ser transpostos. As oportunidades estão abertas, e mesmo que elas sejam menores por conta da cor, elas não são inteiramente fechadas, e há sempre sistemas de compensação que devem atuar. Eu hoje creio que isso tudo é verdade, inclusive acho que não existiriam cotas no Brasil se os defensores da nossa cultura, se a unanimidade dos juízes do Superior Tribunal Federal não estivesse imbuída dessa missão de abrir espaços de ascensão social para todos no Brasil, independente da cor. Esse foi um meio que eles acharam, um modo de transformar a Constituição de 1988 em uma constituição eficaz, pois ela tem esse sentido integrador. O que mudou é que hoje as pessoas fazem a crítica desse sistema criado em 1988 como sendo racista, quer dizer, querem mais, né? E em 1988 achavam que isso era o antirracismo.

Revista Plural *Uma questão que parece carecer de uma abordagem sociológica, especialmente na Sociologia das Relações Raciais no Brasil, é o da população indígena. E é como se a sociologia tivesse ficado sem arcabouço para poder lidar com essa problemática...*

Antonio Sérgio Guimarães Desde sempre, desde meu primeiro texto sobre relações raciais, eu sempre encontrei alguém que tenha me feito essa pergunta e essa observação. Da sala de aula aqui na USP até conferência no exterior, eu nunca passei sem enfrentar essa pergunta. E nunca consegui respondê-la convincentemente. E eu me formei em antropologia, estudando um grupo indígena... Vocês não sabem disso? Eu fiz Ciências Sociais na UFBA, e quando fiz tínhamos de escolher uma área de concentração. Desde os primeiros anos de graduação do curso de Ciências Sociais eu fui muito influenciado, encantado mesmo, pelo pensamento da antropologia, que era o que realmente me ligava ao curso. E era a antropologia mais próxima das relações raciais nesse sentido, do negro. Fui aluno de Vivaldo da Costa Lima, grande professor de antropologia. Vivaldo me emprestava livros, porque eu já lia em francês, lia em inglês, ele chegava na sala de aula com uma mala preta cheia de livros, abria e mostrava: “Isso aqui acabou de sair na Inglaterra, na França”... E a antropologia me encantou. Depois, para ganhar a vida, fui fazer outras coisas. Mas antes disso apareceu na Bahia o Pedro Agostinho, que tinha escrito uma dissertação de mestrado sobre o Alto Xingu. Ele estudou o Kuarup, e tinha um programa de pesquisa de grupos indígenas na Bahia. Naquele tempo eu achava que não existiam índios na Bahia, então eu aprendi com ele que existiam muitos grupos remanescentes e todo esse processo de etnogênese, de recriação de grupos indígenas na Bahia. Eu vivi nesse período, e eu fui um dos alunos, digamos assim, mais próximos dele, aquele cara em quem ele apostava como sucessor, e só me afastei mesmo para ganhar a vida. E eu fui um dos alunos, digamos assim, mais próximos dele, aquele cara em quem ele apostava como sucessor, e só me afastei mesmo para ganhar a vida. Então eu fiz o trabalho de campo entre os Pataxó Hãhãhãe, em Caraiva, numa expedição para recolher dados, todos os tipos de dados – habitação, demografia, língua, todos os aspectos. Então para mim essa pergunta sempre foi um pouco embaraçosa... Por conta disso, né? Por que esse desinteresse tão grande com os indígenas da parte de alguém formado por Pedro Agostinho? E do grupo indigenista lá da Bahia... É difícil, eu não sei não, eu acho que na verdade a gente tem uma tradição intelectual na Bahia – mas no Rio principalmente, mas também em Pernambuco, no Maranhão, aqui em São Paulo de certo modo – que é uma coisa assim, muito de engenho de açúcar, de fazenda de café, de fazenda de algodão. Que são

famílias e um entorno social em torno dessas famílias... E o mundo é esse para a gente, engraçado, o mundo do recôncavo, o mundo é esse, entendeu? É como se os índios não fossem alguma coisa tão importante para a gente, né? Eu só posso explicar assim.

Revista Plural *E também porque determinados locais no Brasil não foram locais sistemáticos de pesquisa...*

Antonio Sérgio Guimarães Você sabe o que eu vejo com o passar do tempo? A Bahia é um dos poucos lugares onde você tem um culto ao caboclo, que faz parte dessa identidade regional. A gente tem um 2 de julho, dia da nossa independência, quer dizer, o dia em que as tropas portuguesas foram expulsas da Bahia definitivamente e a independência foi proclamada, a corte do Rio realmente assumiu o controle, que se cultua o caboclo. No nosso candomblé tem toda uma parte de casas que se chamam, inclusive, candomblé de caboclo, de tão forte que é a presença dos caboclos. Se você sai olhando pela rua... E eu já saí, já fui tão louco assim de ficar realmente olhando a cor das pessoas, você não acredita, mas eu já fui. Já tive épocas em que a minha observação participante era ficar olhando para a cara das pessoas, não sei como é que o pessoal não grilava, mas ficava olhando, olhando... Toda vez que eu podia eu olhava para descobrir os traços, as coisas... E aí, a quantidade de caboclos que tem na Bahia é impressionante. Teve um tempo que eu fiquei na França que eu ficava olhando as pessoas porque eu queria ver as cores, quem é o branco aqui? Quem é o leite, o amarelo, o branco? Mas depois eu disse: “Bicho, você vai ficar maluco, para com isso, você não tem controle sobre essa observação”. Então, eu não creio que seja inexistência do tipo físico, que o tipo físico não exista. No fundo o que eu estou querendo dizer, quando eu falo as coisas... Eu acho que é mais uma formação cultural, literária, uma tradição intelectual, e que eu diria que vem lá de Gilberto Freyre, é uma coisa de casa grande e senzala. É um grupo de pessoas que viveu numa cidade uma experiência comum de escravidão e seus desdobramentos, certo? E que, de certo modo, foram totalmente encapsulados por isso.

Revista Plural *A fixação com a cor da pele é central para o discurso de que é impossível pensar em classificação racial no Brasil, baseado na ideia de que as pessoas estão sempre passando, estão sempre se aproveitando de algo, que nada está definido. Apesar de refletir bastante sobre cor, você caminha para outro lugar...*

Antonio Sérgio Guimarães Olhe só, se eu uso raça e digo que quando você usa cor você está utilizando sub-repticiamente a noção de raça, isso é uma denúncia. Eu

não estou querendo que raça exista, eu não estou acreditando em raça. Primeira coisa. Segunda coisa é a seguinte, na hora em que você assume um discurso racial para se identificar, você não está fazendo isso pra contrariar os seus interesses, você não é nenhum idiota. Você está fazendo isso para afirmar toda uma agenda de luta contra o racismo, entendeu? Então eu tenho que estar do seu lado na hora que você afirma a raça e meu discurso de raça tem que ser um discurso de denúncia. Eu nunca entendi por que alguns amigos meus achavam que, ao usar a ideia de raça, eu estava reificando uma relação social e impedindo que se modificasse isso no futuro. Isso para mim não faz o menor sentido, você está metido em uma luta política hoje... Será que as pessoas estão se definindo racialmente pra ir pro campo de concentração, ué? É isso? Não tem sentido, entendeu? Quer dizer, essa dialética entre racialização e formação racial é que eu acho que não se enxergava. E é isso que eu estou querendo explorar agora... Em termos mais conceituais.

A hipótese pigmentocrática

The pigmentocratic hypothesis

Benno Warken Alves^a

TELLES, Edward. The Project on Ethnicity and Race in Latin America (PERLA). *Pigmentocracies: ethnicity, race and color in Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014. 297 p.

Abordagem transnacional e dados originais fazem de *Pigmentocracies: ethnicity, race and color in Latin America* um marco necessário – e, a partir de agora, referência incontornável – nos debates sobre desigualdades raciais e étnicas na América Latina. Destaca-se, na pesquisa, uma inovação que produziu resultados surpreendentes: o emprego simultâneo de vários métodos de categorização étnico-racial, incluindo a controversa *paleta de cores*, a qual provavelmente figurará no centro de futuras discussões técnicas, científicas e políticas continente afora.

O resultados reunidos no livro têm potencial para revolucionar o modo como usualmente se relaciona raça e desigualdade nos três países hispano-falantes pesquisados, quais sejam, Colômbia, México e Peru. Quanto ao Brasil, o quarto país incluído na pesquisa, o impacto do emprego da paleta é mais circunscrito, embora nisso esteja também seu grande valor: os dados, em geral, corroboram proposições clássicas dos cientistas sociais brasileiros e estrangeiros sobre o país, indicando que as pesquisas sobre raça, racismo e desigualdades raciais vêm sendo desenvolvidas sobre bases sólidas.

Pigmentocracies apresenta os resultados do *Project on Race and Ethnicity in Latin America* (PERLA), que reuniu sob a coordenação de Edward Telles quatro equipes nacionais de pesquisadores. O projeto iniciou-se em 2010 e tomou cinco anos de trabalho. Foi desenhado, testado e aplicado um survey com amostras representativas em cada um dos quatro países, contando com um conjunto principal de questões em comum e algumas adaptações locais. São, sobretudo, os novos dados produzidos no marco do PERLA que alimentam as boas análises do livro.

A necessidade de produzir esses dados inéditos foi estabelecida a partir de uma apreciação crítica dos dados disponíveis, muito deficientes – à exceção do caso brasileiro – em termos de composição étnico-racial da população e das

a Bacharel em Ciências Sociais pela UFPR (2011) e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2014). Atualmente, é doutorando em Sociologia na mesma instituição.

desigualdades correspondentes. O problema é que os censos e as estatísticas oficiais, fortemente vinculados a tradições de formação nacional, tanto forjam como refletem o poder de ideologias de integração nacional, como a *mestizaje* e a *democracia racial*, ainda que não se possa afirmar que as categorias utilizadas nos censos sejam apenas determinadas ideologicamente (cf. LOVEMAN, 2014).

O caso do México é ilustrativo. No país, afirmam os autores, a mestiçagem ainda é uma narrativa de integração nacional virtualmente incontestada, na qual diferenças étnico-raciais não têm lugar. Entre 1930 e 1990, o censo mexicano apenas permitia identificá-las por meio de uma questão sobre línguas indígenas; somente em 2000, seguindo diretrizes internacionais, adotou-se uma questão de auto-identificação como membro de algum grupo indígena, que foi mantida, ainda que com alterações, no último censo de 2010. Outros grupos, como os afrodescendentes, seguem sem ser identificados. Na imagem formada pelas estatísticas oficiais, ficam evidentes as desigualdades entre os indígenas e o resto da população, porém é impossível saber que outras categorias podem descrever bem as grandes desigualdades sociais mexicanas.

Outra boa ilustração, o censo colombiano ficou entre 1918 e 1993 sem qualquer questão que permitisse identificar os afrodescendentes, hoje cerca de 20% da população, segundo dados oficiais. No Peru, a situação se aproxima da mexicana: desde 1940, o censo apresenta apenas a questão sobre línguas indígenas, o que permaneceu até o último realizado, em 2007. São grandes tais lacunas nos países latino-americanos, que não produziram de modo consistente dados sobre a composição étnico-racial de suas populações. Sem esses dados, evidentemente, não é possível chegar a um acordo básico sobre a existência, a forma e a dimensão das desigualdades raciais – quanto menos começar a discuti-las em bases científicas. As novas informações decorrentes do PERLA permitem elevar a um novo patamar os debates sobre desigualdade, raça e etnia nesses países.

A depender de como os movimentos sociais e os governos utilizarem as descobertas sintetizadas em *Pigmentocracies*, as pesquisas oficiais poderão ser aprimoradas e oferecer, no futuro, imagens mais precisas e plurais dessas sociedades. Uma suposição que sai fortemente abalada é a naturalidade com que o tipo nacional *mestizo* é deduzido do parco reconhecimento oficial de minorias para além da indígena, especialmente no México e no Peru. Uma das conclusões que perpassa todas as análises nacionais do livro é que o modo de mensurar “raça” e “etnia”, ou seja, a pergunta que se utiliza para coletar essas informações, altera profundamente os resultados. Por isso, o questionário inclui diversas questões alternativas. No Peru, os resultados do PERLA mostram que a proporção de

indígenas na população pode variar de 4,7%, quando a questão proposta é a auto-identificação (no caso, como “indígena”), a 23,3% quando se pergunta se o indivíduo se considera de origem *quechua*, *aymara* ou indígena da Amazônia (pergunta que vem sendo utilizada mais recentemente em surveys amostrais oficiais); podendo subir a 40% se considerado como indígena o indivíduo que declara possuir qualquer ancestral indígena. Na medida em que “indígena” é uma categoria muito estigmatizada, apresentá-la de modo taxativo como uma opção de auto-identificação leva a subestimar em muito sua proporção na população. Formulada de outro modo, a questão levou muitos indivíduos que a princípio se declararam *mestizos* a se recolocarem como *quechua* ou *aymara* nas perguntas sucessivas do questionário do PERLA, como sugerem os dados. A formulação da pergunta altera profundamente o modo como se concebe o *mainstream* nacional, a imagem que se tem do “povo”.

Entre as medidas alternativas de classificação racial destaca-se a *paleta de cores*. Trata-se de um gradiente, elaborado a partir do estudo de fotografias, que cobre as variações de cor da pele mais frequentes. O entrevistador, antes da entrevista e sem revelar ao entrevistado, procurou classificá-lo, com base na sua cor de pele facial, em um dos 11 tons da paleta. A técnica já foi usada em pesquisas menores, sobretudo nos Estados Unidos, mas é novidade em um estudo da amplitude do PERLA, bem como na América Latina.

É verdade que seu emprego pode ser contestado. A elaboração e a aplicação da técnica foram coordenadas com competência por Telles e sua equipe, sendo a paleta não mais do que um modo engenhoso de operacionalizar hipóteses acerca da relação entre classificação racial, “cor” e desigualdade. Em mãos menos preparadas, entretanto, bem como aos olhos da opinião pública, a paleta poderia assumir o sentido de uma classificação racial naturalista. Isto é, a “cor” assim medida poderia acabar sendo interpretada como indicador imediato de uma noção ultrapassada, biológica, de raça. Andando, desse modo, na contramão dos esforços do próprio Telles e de sua equipe, bem como das ciências sociais que buscam estudar raça como fenômeno sociológico – leais a seu compromisso antirracista e contra a naturalização da realidade social (cf. GUIMARÃES, 2015). Embora possa parecer exagerada, a ressalva é pertinente em face de recentes aproximações a uma ideia naturalizada de “cor da pele”, mesmo que da parte de um teórico insuspeito (cf. BANTON, 2012), e em face da importância crescente da genética, que não está isenta de adquirir conotações eugênicas e raciais (cf. DUSTER, 2003).

No entanto, a paleta de cores, do modo como foi habilmente empregada, tem uma grande virtude. *Pigmentocracia*, ideia emprestada de uma obra do antropó-

logo chileno Alejandro Lipschutz, é mais do que um título. É uma hipótese sobre a estrutura das desigualdades e da hierarquia social nos países latino-americanos. Os dados de Telles e sua equipe mostram que por trás das categorias raciais existe, em todos os países estudados, uma escala de cor em que os indivíduos de pele mais clara têm inequivocamente melhor situação socioeconômica que os de pele mais escura, estando os indivíduos de tons de pele intermediários previsivelmente no meio. Mais uma vez, para os países hispano-falantes essa revelação tem mais impacto. No México, por exemplo, os dados da pesquisa apontam que os autodeclarados *mestizos* têm nível de escolaridade (um indicador de status socioeconômico) mais alto que os brancos e que os indígenas. Mas os dados de “cor” da paleta revelam no mesmo quesito uma escala que simplesmente vai do mais claro ao mais escuro, ao contrário do que a identificação categorial faz acreditar. Efeitos semelhantes ocorrem na Colômbia e no Peru. Telles conclui que os “dados sobre cor da pele mostram uma inequívoca pigmentocracia e sugerem que dados étnico-raciais baseados em auto-identificação são menos confiáveis do que a avaliação externa, e especialmente a cor, ao abordar a desigualdade étnico-racial” (p. 225). Uma proposição forte que provavelmente será muito debatida.

A hipótese pigmentocrática, digamos, bem como os dados que a sustentam, é revolucionária para o modo como se concebe e discute o tema na América Latina. Os quatro países estudados fizeram, há cerca de duas décadas, transições constitucionais que ajudaram a virar a página das ideologias de integração nacional pela mestiçagem em direção a modelos multiculturalistas de sociedade. Mas o Brasil, o mais estudado dos países latino-americanos no que tange ao tema, e sobre o qual assentam muitas das generalizações sobre a região, é uma exceção, nota Telles. Apenas aqui foram conquistadas políticas afirmativas consistentes para combater desigualdades raciais, o que sugere que o processo político de desconstrução de nossa imagem como *democracia racial* encontra-se em estágio avançado (cf. TELLES, 2004). Os dados do PERLA podem estimular os demais países a se deslocarem nessa direção.

Além disso, a visão corrente dos brasileiros acerca das divisões étnico-raciais é bastante alinhada com a hipótese pigmentocrática. O capítulo sobre Brasil mostra que a “desigualdade categorial” tem mais ou menos a mesma configuração que a “desigualdade contínua” (medida pela escala de cores), nos termos em que os autores resumem suas descobertas. Isto é, ao contrário do que acontece, em geral, nos demais países latino-americanos estudados, no Brasil a auto-identificação racial por meio das categorias usualmente utilizadas nas pesquisas oficiais (branco, pardo, preto, indígena, amarelo e outros) corresponde ao padrão esperado segundo

a hipótese pigmentocrática: uma hierarquia que, em linhas gerais, vai dos indivíduos de pele mais clara aos de pele mais escura. Para além do aspecto ordinal, a pesquisa mostra também que, comparadas auto-identificação e categorização externa por meio da paleta de cores, existe no Brasil, para todas as categorias principais (branco, pardo e preto), entre 80% e 90% de consistência. Isso sugere, seguindo Guimarães, que a cor da pele é um dos aspectos essenciais da categorização racial corrente na sociedade brasileira (cf. GUIMARÃES, 2012). A pesquisa confirma a permanência histórica e a pertinência atual das categorias de raça ou cor utilizadas nos censos no Brasil, assim como corrobora a precisão dessas mesmas categorias para descrever a estrutura social racializada de nosso país.

Por falar em precisão, outra descoberta substancial deve ser destacada. Os autores do capítulo sobre o Brasil, Marcelo Paixão e Graziella Moraes Silva, põem à prova suposições e hipóteses clássicas à luz dos dados do PERLA – procedimento que Telles levava às melhores consequências no clássico *Racismo à brasileira* [*Race in another America*]. Paixão e Silva abordam a polêmica sobre se o modo de medir raça nas estatísticas oficiais (auto-declaração segundo categorias definidas) leva a superestimar desigualdades raciais. A lógica é simples, e segue o ditado segundo o qual “o dinheiro embranquece”: “se os negros mais instruídos tendem a se branquear, as desigualdades raciais medidas por heteroclassificação [como na paleta de cores] seriam menores do que aquelas encontradas pelas estatísticas oficiais” (p. 202). A conclusão de *Pigmentocracies* vai no sentido oposto e mostra que a desigualdade é, atualmente, subestimada nas estatísticas que se baseiam em auto-classificação. O que sugere, ao contrário do dito popular, que os negros mais instruídos tendem a se declarar “pretos” (e, portanto, mais escuros,) com mais frequência do que os menos instruídos.

Encerrar com um problema só atesta a fecundidade do livro. A hipótese pigmentocrática escancara uma importante diferença entre o Brasil e os demais países latino-americanos: embora todos tenham se mantido “pigmentocráticos” ao longo do século XX, e assim permaneçam neste início de século XXI, no Brasil não vingou, a ponto de se tornar a mais significativa, uma categoria racial de integração nacional de cunho homogeneizante – tal como a categoria *mestizo*. Os mais privilegiados continuam a se declarar “brancos” e a se ver como tais, não importando se, em situações pontuais e de modo não raro cínico, gostem de afirmar que têm “um pé na cozinha”. A resiliência da branquidade não sugeriria que, ao contrário do que diz nossa narrativa nacional clássica – reproduzida em inúmeros estudos acadêmicos –, o triunfo e a hegemonia da ideologia da *democracia racial* teriam sido aqui apenas parciais? A última obra de Barbara Weinstein, sobre o desen-

volvimento de uma ideologia regional “branca” precisamente nos anos daquela suposta hegemonia, desafia-nos a perseguir essa sugestão (cf. WEINSTEIN, 2015).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANTON, Michael. The color line and the color scale in the twentieth century. *Ethnic and Racial Studies*, vol. 35, n. 7, p. 1109-1131, 2012.
- DUSTER, Troy. *Backdoor to eugenics*. New York and London: Routledge, 2003.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. The Brazilian system of racial classification. *Ethnic and Racial Studies*, vol. 35, n. 7, p. 1157-1162, 2012.
- . “Sociologia e natureza: classes, raças e sexos”. São Paulo: mimeo, 2015.
- LOVEMAN, Mara. *National colors: racial classification and the state in Latin America*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2014.
- TELLES, Edward. *Race in another America: the significance of skin color in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 2004.
- WEINSTEIN, Barbara. *The color of modernity: São Paulo and the making of race and nation in Brazil*. Durham and London: Duke University Press, 2015.

Reparações, direitos humanos e cidadania: uma gramática para o conflito racial no Brasil?

*Reparations, human rights and citizenship:
a grammar for racial conflict in brazil?*

Flavia Rios^a

SAILLANT, Francine. *Le mouvement noir au Brésil (2000-2010): Réparations, droits et citoyenneté*. Collection Anthropologie prospective. France: Academia L'Harmattan S.A, 2014.

A antropóloga Francine Saillant ofereceu ao público de língua francesa um vibrante panorama das relações raciais brasileiras contemporâneas, deixando em relevo as ações e os discursos de grupos e indivíduos que buscam romper com as representações depreciadas sobre a população negra. Todavia, o trabalho da autora não se resume a uma apresentação cuidadosa do histórico dos conflitos e das reivindicações de descendentes de africanos no país. O livro também tem algumas contribuições originais para o campo de estudo das relações raciais, especialmente no que toca à mobilização coletiva negra da última década.

O primeiro êxito da pesquisadora foi seu recorte histórico. Concentrar sua investigação na primeira década do século XXI ofereceu uma perspectiva inovadora sobre o tema proposto. É fato que a literatura acadêmica brasileira, assim como as avaliações dos ativistas, mostraram enfaticamente a inflexão no debate sobre as questões étnico-raciais no Brasil após o processo da *III Conferência contra o racismo*, ocorrida na cidade sul-africana de Durban em 2001. Já era um consenso, entre nós pesquisadores brasileiros, que a conferência foi um grande divisor de águas para a política antirracista, sendo possível até mesmo falar de um Brasil antes e depois desse conclave mundial do início do milênio. Mas também é fato que essas mudanças ocorridas a partir da última década estão longe de possibilitar um diagnóstico de conjunto capaz de mostrar a complexidade das transformações em curso. Parte dessas mudanças pode ser atribuída às transformações culturais vivenciadas pela sociedade no que toca à questão racial; outra parte está diretamente relacionada à forma pela qual essa temática adentrou o espaço institucional. Contudo, o foco da análise da antropóloga não é exatamente o Estado e as políticas

a Flavia Rios é professora de Sociologia da UFG.

de inclusão voltadas para o segmento negro da população brasileira. Seu interesse é, antes, a agência dos grupos, das instituições e dos indivíduos comprometidos com o combate ao racismo. Sendo assim, não se trata apenas de um estudo circunscrito ao movimento negro, no sentido nativo do termo, mas de uma investigação que busca revelar uma rede complexa, envolvendo múltiplos agentes civis, religiosos, políticos e culturais atuantes em diferentes níveis e pontos do tecido social, tendo como horizonte um reconhecimento adequado da representação coletiva em diferentes esferas da sociedade.

A disputa pela representação social e as reivindicações por direitos não são formas apartadas de fazer política. Essa é a aposta intelectual do livro *Le mouvement noir au Brésil (2000-2010): Réparations, droits et citoyenneté*, publicado em 2014 e vendido nas livrarias do Canadá e da França. Fazer política é também fazer cultura, e o inverso também se apresenta como par complementar – e não oposto – na interpretação de Saillant sobre a sociedade brasileira. Ao desfazer esse nó, a autora se livra de grande parte dos problemas que enviesaram a recepção nacional de trabalhos feitos por pesquisadores estrangeiros, a exemplo do cientista político norte-americano, Michel Hanchard (1994).

Com efeito, o trabalho da autora é um convite atraente para quem quer conhecer um Brasil em mudança. Sem estereótipos e figurações oficiais, a antropóloga acompanha as reflexões das ciências sociais brasileiras, incluindo a historiografia nacional que lhe serve de baliza nos capítulos em que oferece ao público estrangeiro uma perspectiva sócio-histórica da formação nacional do país sul-americano. Isso é particularmente notável no primeiro capítulo do livro, intitulado “Esclavage et question noire au Brésil”. Neste, a autora não apenas prepara as lentes do leitor leigo nos assuntos brasileiros, como também constrói o problema de sua pesquisa, qual seja, a relação entre reparação, direitos humanos e cidadania. Reparar não seria uma simples “correção” do passado escravista, mas sobretudo reestabelecer outras narrativas da História dos africanos e seus descendentes no Brasil. Seria levar em consideração tanto a experiência social da escravidão quanto os legados relativos à sua desumanização no tempo passado e presente, bem como as justificações e estratégias usadas pelos agentes da resistência negra no combate às desigualdades e às discriminações de cunho raciais, que, para tanto, disputam sua autorrepresentação em contraste com a representação dominante, de feição colonial.

Um dos pontos nevrálgicos que atualiza os legados nefastos da escravidão é o problema da violência contra a população negra, particularmente contra o segmento masculino desse grupo. Fonte de protestos no Brasil, a violência letal que

gera índices elevadíssimos de mortalidade juvenil entre os homens pretos e pardos é tema do segundo capítulo do livro. Embora seja pauta antiga para a militância brasileira, o problema da violência racial tem presença oscilante e ambígua nas ciências sociais. Nos estudos das relações raciais, a violência física é tema marginal; na sociologia que se especializou em violência, raça é apenas um dos descritores do perfil das vítimas. Trabalhos empíricos sobre o tema ganharam incremento na última década, mas estão longe de ganhar posição relevante na academia brasileira. No capítulo “Brésil, violences et droits humains: classe, race et heritages de l’histoire”, a antropóloga destaca o ativismo que luta para pôr em evidência o viés racial da mortalidade externa que atinge fortemente os jovens negros brasileiros, especialmente, aqueles que habitam as periferias dos grandes centros urbanos. A autora nota o empenho das lideranças civis em tornar a questão da violência letal um problema de direitos humanos e, ao olhar arguto da pesquisadora, não escapa a estratégia acertada do ativismo de elevar o tema da violência para além das fronteiras nacionais, já que o Estado é um dos alvos da crítica negra.

À mobilização política e seu histórico no país, a autora dedica dois capítulos – “Des révoltes coloniales au mouvement noir contemporain émancipations et réparations” e “Promouvoir la mémoire et la culture afro-brésilienne” – nos quais faz uma revisão bibliográfica sem alterar as periodizações já estabelecidas pela literatura nacional. Tal como o historiador Clóvis Moura, a professora da *Université Laval* retoma as formas de resistência à escravidão e firma seu alicerce num histórico dos movimentos negros, destacando as suas formas organizativas mais famosas, a exemplo da Frente Negra Brasileira (FNB), nos anos trinta; o Teatro Experimental do Negro (TEN), no pós-segunda guerra mundial; e, por fim, o Movimento Negro Unificado (MNU), emergente no processo de abertura política no contexto da ditadura militar (MOURA, 1983). A autora, embora não traga nenhuma novidade em termos de fontes e de interpretação para aqueles períodos, faz bem ao retratar esses ciclos de mobilização porque está escrevendo para um público que tem pouco conhecimento das formas de ação coletiva negra durante o século XX. É que o livro *Le mouvement noir au Brésil*, apesar de seu recorte temporal na primeira década do novo milênio, se apresenta como uma densa e atual referência sobre a estrutura e o significado do conflito racial no Brasil, no que se refere às disputas por representação e direitos, levando em conta as heranças culturais, políticas e sociais da escravidão.

Nesse sentido, o processo da organização da *Conferência de Durban* enquadra a atenção da pesquisadora. Nele, a autora sublinha as pré-conferências, assim como os resultados advindos do grande encontro acontecido na África do Sul. Dedicada-

-se a entender as articulações das lideranças brasileiras em fóruns internacionais, a exemplo do encontro preparatório em Santiago, no Chile, onde a presença da delegação brasileira, civil e governamental, já se mostrava influente e expressiva. Francine Saillant destaca as lutas dos ativistas por tornar a escravidão um crime contra a humanidade, assim como as demandas por ampliação da cidadania nos estados nacionais. Não por acaso, o ativismo brasileiro, com protagonismo das mulheres negras, defendeu com afinco as chamadas *affirmative actions*. Estas se inseriram na linguagem jurídica nacional e foram decisivas para a ampliação das legislações, dos órgãos estatais e das políticas de igualdade racial. Para a antropóloga, tanto as demandas por reconhecimento da história da escravização humana, e suas sequelas para seus descendentes, como as políticas públicas de Estado são entendidas na chave das reparações. Sendo assim, essas reparações tornam-se, então, um conceito que abrange tanto reivindicações de caráter redistributivo como as de natureza simbólica e jurídica.

Da política à arte, a pesquisadora dedica um capítulo inteiro à produção artística afro-brasileira contemporânea. Sob o título “Réparer par l`art: pratiques et perspectives d`artistes engagés”, o capítulo cinco trata da relação dos artistas com o movimento negro. Ao contrário dos estudos que a precederam, Saillant não se limita a mostrar a importância da música e da indústria fonográfica para a difusão de mensagens de orgulho ou de autoafirmação racial. Ela pesquisa outras formas artísticas com e sem interface direta com a indústria de entretenimento. Seu interesse recai sobre as artes visuais (fotografia, escultura, cinema e pintura) e performáticas (o teatro, a dança). Trata-se do capítulo mais original do livro, porque analisa uma gama expressiva de concepções, práticas e trajetórias – a exemplo dos cineastas Zózimo Bulbul e Zoel Zito Araújo, dos fotógrafos Januário Garcia e Valter Firmo, dos artistas ligados às artes cênicas Carmen Luz, Rubens Barbot e Hilton Cobra – e mostra no detalhe como a produção artística pode estar atrelada ao engajamento político sem que aquela perca o *status* de arte¹.

Não apenas os artistas, seus discursos e obras são objetos de análise em *Le mouvement noir au Brésil*, mas também as instituições e organizações que possuem em sua missão a preservação da memória material e imaterial dos afro-brasileiros, como os museus e os acervos públicos e comunitários. Embora concentrada exclusivamente no Rio de Janeiro, Saillant deixa uma janela aberta para que estudos futuros venham investigar a presença e articulação dos artistas

1 Contudo, faltaram à análise trabalhos nacionais que muito teriam contribuído para uma crítica mais refinada sobre a interface entre política e arte, a exemplo da pesquisa de Carvalho, 2005.

e curadores negros na construção de uma representação antirracista em outras partes do país.

Dos oito capítulos que compõem *Le mouvement noir au Brésil (2000-2010)*, Francine Saillant dedica dois ao tema da religiosidade e suas relações com a mobilização negra. Em “Religions, racisme et discriminations” e “Le candomblé: lieu de mémoire et d’affirmation”, a religiosidade e seu hibridismo é extremamente relevante para a construção do argumento da autora. Isso porque ela nota, assim como fez Roger Bastide nos anos iniciais da década de 1970, a relevância da cultura de matriz africana e seu sincretismo para a construção da identidade coletiva negra contemporânea (BASTIDE, 1976). O sentimento de pertencimento a uma comunidade se faz e se refaz na interface com a religiosidade. Todavia, tal construção não acontece de maneira simplista e a autora nota bem isso. Não é apenas o candomblé e os demais terreiros de crenças afro-brasileiras que nutrem o sentimento de comunidade negra, mas a própria religião católica no veio da teologia da libertação – a exemplo das pastorais afro – atua diretamente na constituição da identidade coletiva que irá marcar a mobilização negra contemporânea.

Nesse sentido, a incursão etnográfica da autora no município de São João do Meriti, região periférica da área metropolitana do Rio de Janeiro, traz um ganho significativo ao trabalho. As narrativas da Mãe Torody e dos Freis Davi e Tatá são exemplares para evidenciar as formas organizativas nas periferias urbanas diretamente atreladas à luta por sobrevivência religiosa e social dos afrodescendentes. As inscrições racializadas no território são flagrantes, seja na exclusão territorial, seja na ocupação pública da luta antirracista, via cursinhos pré-vestibulares, eventos de combate ao racismo, fortalecimento de terreiros de candomblé ou mesmo as missas afro na confluência inter-religiosa. Todos esses fatores marcam a interação entre cultura e política.

O uso instrumental da religiosidade bem como a experiência subjetiva religiosa são duas faces para a consolidação do movimento negro no Brasil. Não é uma relação fácil nem tranquila, mas há que se notar cada vez mais um estreitamento das relações entre a política e a religião, principalmente quanto à sua eficácia para a articulação que visa barrar a intolerância religiosa, vinda, em especial, das denominações neopentecostais. Tal articulação também tornou-se importante porque criou condições de ampliação da cidadania a jovens pobres e negros, mostrando-lhes horizontes alternativos à acomodação social. Exemplos expressivos disso são os projetos coletivos enraizados socialmente cuja potência foi decisiva para manter e subsidiar as lutas por ações afirmativas no ensino de terceiro grau.

Em “Réparation, justice et devenir des afro-brésiliens”, capítulo derradeiro e de balanço analítico, a autora se indaga se o Brasil não teria, diante de todo esse histórico de mobilização e aquisições culturais e políticas, uma lição a ensinar para grupos minoritários que reivindicam igualdade ao redor do mundo. Dessa feita, se tratariam de “*réparations à la brésilienne*”, seja numa concepção jurídica ou numa perspectiva antropológica dos direitos humanos. No conjunto, Saillant nos convence do quão eloquente é a presença do tema da escravidão para os discursos de justificação da igualdade no ativismo contemporâneo.

A leitura de *Le mouvement noir au Brésil* é interessante do começo ao fim. Aliás, nenhum leitor deixará de notar a bela introdução do livro que nos conduz a um cenário urbano e repleto de simbologias da resistência afro-brasileira. É a marcha noturna, que acontece há quase duas décadas no centro de São Paulo, às vésperas do treze de maio. Na caminhada litúrgica embalada por canções religiosas e profanas, ativistas, religiosos de diferentes denominações, artistas e políticos marcham pelas ruas do centro da maior metrópole brasileira. Em seus discursos, a luta contra o racismo se insere na gramática dos conflitos sociais flagrada na linguagem analítica das reparações, da cidadania e dos direitos humanos. A interpretação canadense sobre o conflito racial no Brasil se introduz, assim, no seletivo grupo dos bons trabalhos estrangeiros sobre a mobilização negra nacional, no qual já figuram nomes como o de Michel Mitchell, Michel Hanchard, Kim Butler e Paulina Alberto, para ficar com os pesquisadores mais conhecidos entre nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTIDE, Roger. Negritude et integration nationale. *Afro-Ásia*. N. 12, p. 17-30. 1976.
- CARVALHO, Noel. Cinema e representação racial: cinema negro de Zózimo Bulbul. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- HANCHARD, Michel. *Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil 1945-1988*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- MOURA, Clóvis. *Brasil: Raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.
- SAILLANT, Francine. *Le mouvement noir au Brésil (2000-2010): Réparations, droits et citoyenneté*. Collection Anthropologie prospective. France: Academia L'Harmattan S.A, 2014.

O Brasil contemporâneo em dois romances de Chico Buarque¹

Contemporary Brazil in two novels from Chico Buarque

Leonardo Octavio Belinelli de Brito*

Resumo *Estorvo e Leite Derramado*, dois romances de Chico Buarque, apresentam-se como importantes contribuições para se pensar o Brasil contemporâneo. Nesse sentido, o presente artigo buscará esclarecer os pressupostos históricos e sociais presentes em tais livros, partindo das leituras feitas por Roberto Schwarz. Dessa maneira, pretende-se articular o diagnóstico de Schwarz sobre o Brasil contemporâneo à maneira como tal diagnóstico é formulado nos dois livros de Chico Buarque. Convém esclarecer que essas dimensões se articulam não apenas num sentido unívoco. Por fim, o artigo pretende indicar paralelos que os romances destacados podem ter com reflexões contemporâneas de outros autores ligados ao que se costuma chamar de “tradição crítica brasileira”.

Palavras-chave Chico Buarque, *Estorvo*, *Leite derramado*, Roberto Schwarz, Tradição Crítica Brasileira.

Abstract *Turbulence and Spilt Milk*, two novels by Chico Buarque, are presented as important contributions to think the contemporary Brazil. In this sense, this article will seek to clarify the historical and social assumptions present in such books, based on the readings taken by Roberto Schwarz on them. In this way, we intend to articulate the diagnosis of Schwarz on Brazil contemporary with the way such a diagnosis is made in two books of Chico Buarque. It should be clarified that these dimensions are articulated not only in a univocal sense. Finally, the article aims to show parallels that posted novels may have with contemporary reflections of other authors linked to what is usually called “Brazilian critical tradition”.

Keywords Chico Buarque, *Turbulence*, *Spilt Milk*, Roberto Schwarz, Brazilian Critical Tradition.

1 Este texto é fruto tanto de um curso ministrado pela Profa. Ivone Dará Rabello e pelo Prof. Edu Otsuka, aos quais agradeço os comentários a uma primeira versão do texto, como também das discussões ocorridas nas reuniões do grupo de estudos Sequências Brasileiras. Além disso, agradeço a Isabella Meucci pelas correções preciosas feitas em versão anterior. Naturalmente, os equívocos são inteiramente de minha responsabilidade.

a Doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), com apoio da CAPES. Mestre em Ciências Política pela mesma instituição e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

INTRODUÇÃO

No seu *Chico Buarque*, o jornalista Fernando Barros e Silva (2004) lança uma interessante hipótese sobre as reflexões do compositor acerca do Brasil. Segundo Barros e Silva, a obra de Chico continuaria a figurar uma “utopia brasileira”, que teria origens na obra de Sérgio Buarque de Holanda, seu pai, e passaria por Tom Jobim e Oscar Niemeyer. Porém, diferentemente destes, Chico

surge para o país no momento seguinte ao golpe de 64, justamente quando desmorona a fantasia de uma civilização brasileira, tal como vinha sendo gestada e era visível no final dos anos 50. Na figura de Chico, a utopia do período anterior de alguma forma se mantém e se renova. Sua obra será ao mesmo tempo uma espécie de sismógrafo do seu desmoronamento. (BARROS E SILVA, 2004, p. 9).

Nesse registro, a posição histórica do compositor é digna de nota. Ao passo que acompanhava o sonho da “utopia brasileira” do desenvolvimentismo nacional – no que seguia seu pai, Jobim e Niemeyer –, o seu surgimento na cena artística contemporânea se dava no momento em que o projeto social do período bossa-nova fazia água. Tratou-se, portanto, de um desencontro histórico de monta que valeria analisar com vagar.

Assim, o interesse despertado pela obra de Chico tem algo mais do que o prazer da fruição estética, que nem por isso é menor. Trata-se de compreender como as composições, as peças teatrais e os romances do autor figuram o desenvolvimento sócio-histórico brasileiro a partir de um ponto de vista popular. Concordamos, então, com a afirmação de Barros e Silva (2004), segundo a qual a obra de Buarque seria capaz de revelar nossa própria história a partir de ângulos novos.

Como não é o caso de fazer um balanço pormenorizado da produção de Chico, partiremos direto ao ponto que nos interessa: o diagnóstico atual da experiência social brasileira feito em dois de seus romances. Noutros termos, interessa aqui ressaltar como o autor figurou a evolução da história nacional, que acaba por resultar numa perspectiva – provocativamente falando – antibossa-novista.² Para tanto, vamos destacar especialmente alguns pontos de *Estorvo* e *Leite derramado*, escritos quando as lutas sociais e os horizontes emancipatórios enfrentavam

2 Mudança semelhante é identificada por Marcelo Coelho (1991, s.p.) quando sustenta que “desespero, o rancor de Chico Buarque a partir dos anos 70, a referência não mais utópica, mas irônica, de suas canções depois dessa época significam, acima de tudo, a derrota que se abateu sobre um país que não se reconhece mais a si mesmo”. Sobre a utopia bossa-novista, ver Mammi (1992).

forte regressão. Como linha mestra de nossa análise, adotaremos os argumentos de Roberto Schwarz (1999, 2012a) sobre os romances, mas não ficaremos a eles restritos.

ESTORVO E LEITE DERRAMADO: O BRASIL CONTEMPORÂNEO A PARTIR DE DUAS PERSPECTIVAS

É importante deixar claro o pressuposto deste trabalho, que entende que a literatura figura os aspectos da sociedade na qual é produzida. Nesse sentido, trata-se de compreender como a sociedade aparece na literatura não como assunto, mas como *forma*.³ Esse pressuposto, que aposta em certa concepção realista da literatura, não sugere, por outro lado, que os livros de Chico sigam – simplesmente porque não o fazem – os cânones realistas do século XVIII. Nesse sentido, a ideia de realismo é tomada em sentido amplo.⁴ Um exemplo dessa possibilidade é a possível aproximação entre romances de Chico Buarque e de Machado de Assis, que também escreveu livros realistas utilizando técnicas antirrealistas (SCHWARZ, 2008).

Acompanhando os argumentos do crítico literário Roberto Schwarz (1999, 2012a), podemos notar alguns pontos formais de aproximação entre *Estorvo*, primeiro romance de Chico, e *Leite derramado*. Por exemplo, a narrativa em primeira pessoa – que se repete também em *Budapeste* e em *O irmão alemão*. Essa estratégia narrativa, que exige do escritor uma forte capacidade de identificação com personagens, tem o efeito de permitir, em momentos específicos, uma autoexposição “involuntária” (SCHWARZ, 2012a, p. 146). Consequentemente, essa exposição tem grandes potenciais críticos, pois revela os motivos mais recônditos das ações das personagens e compõe o que Schwarz chama de “lógica da forma” (SCHWARZ, 1999, p. 178; 2012a, p. 146).

Por outro lado, importa notar que Chico usa a técnica que denominou “onirismo desperto” para estruturar *Estorvo* e *Leite derramado* (BARROS E SILVA, 2004, p. 122). Noutros termos, os narradores em primeira pessoa de Chico costumam confundir o leitor ao ultrapassarem, sem aviso prévio, as fronteiras entre realidade e delírio, sem por isso deixarem de se referir à matéria brasileira e aos seus impasses histó-

3 Vale lembrar o sentido adornoiano do termo: “Embora se oponha à empiria através do momento da forma – e a mediação da forma e do conteúdo não deve conceber-se sem sua distinção – importa, porém, em certa medida e geralmente, buscar a mediação no facto de a forma estética ser conteúdo sedimentado” (ADORNO, 2015, p. 15).

4 Referência no esclarecimento e na sustentação deste ponto de vista é o estudo clássico de Roberto Schwarz, “Pressupostos, salvo engano, da ‘Dialética da malandragem’” (SCHWARZ, 2012b).

ricos. Sem embargo, os delírios aqui têm um papel fundamental: podem acabar por figurar traços básicos do acúmulo de experiências sócio-históricas no Brasil, o que aumenta a potência crítica dos romances; podem também colaborar justamente para sugerir conexões não tão imediatas – o passado, o presente e o futuro dos Assumpção, por exemplo. Como isso varia de caso a caso, é necessário especificar de acordo com o objeto. Como fórmula geral – que, não custa repetir, *só ganha relevância quando percebida a partir do próprio objeto* – podemos perceber a estrutura combinada da narrativa em primeira pessoa e o “onirismo desperto”, com uma potencializando a outra no sentido de revelarem as inquietações oriundas de nossa formação social.

Em *Estorvo*, um sujeito de origem de classe média alta, mas decadente – filho de militar, possivelmente de alta patente – e sem pretensões sociais mais elevadas, corre pelo Rio de Janeiro que não é o da bossa-nova.⁵ Aliás, bem ao contrário: a paisagem carioca é dominada por tráfico de drogas, *shoppings*, condomínios de luxo que mais parecem bunkers para proteção contra os inimigos, os pobres. Mas nem por isso a classe alta deixa de entrar para a criminalidade. Por outra parte, a narração terá como ponto estruturante – ainda no registro técnico – a articulação das incertezas, que se imbricam em muitos planos, como identidades, espaços e tempos (OTSUKA, 2001, p. 149).

Antes de aprofundar a análise, vale recapitular a estória do livro, que se inicia quando um jovem, que não trabalha, dependente da irmã e com relação escassa com a mãe⁶ é despertado de seu sono por um homem batendo à sua porta. Sem saber exatamente quem é, mas lembrando de tê-lo visto em algum momento inadequado, o jovem foge e aí começa a sua peregrinação de maneira aparentemente errática. Vai à casa da irmã, onde pega um cheque,⁷ depois se dirige ao sítio da família,

5 Aliás, vale notar, como lembra Heitor Ferraz Mello (2003), que nem em *Fazendo Modelo*, nem em *Estorvo* e em *Benjamin* aparece a palavra “Brasil”, embora seja evidente que a matéria a ser tratada é a local.

6 Talvez possamos tomar como símbolo a ausência do pai, que nem por isso é esquecido. Vale perguntar: símbolo de quê? Da morte do patriarcalismo brasileiro? Possivelmente poderíamos pensar que o desmanche generalizado, que vemos adiante, afetou também esse pilar da situação nacional, sem substituí-lo por algo emancipatório, que são as relações imediatistas e claramente pautadas pelo dinheiro e pela nova dependência. Voltaremos ao tema na análise de *Leite derramado*.

7 De passagem, talvez coubesse lembrar a hipótese lançada por Roberto Schwarz (2012a) de que a temática do dependente, cristalizada no José Dias de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, parece retornar, com outro sentido, à literatura contemporânea. Ela não só aparece em *Estorvo*, como também em *Azul e dura*, de Beatriz Bracher, e *Até o dia em que o cão morreu*, de Daniel Galera. E também não deixa de aparecer em *Leite derramado*, quando o narrador diz: “E se fizer questão de saber de onde procedem seus rendimentos, eu lhe afirmo que não tenho a menor ideia. Sou muito grato ao garotão [seu tataraneto, Eulálio d’Assumpção Palumba Neto], mas para ganhar milhões sem instrução alguma, deve ser artista de cinema ou coisa pior, pode escrever aí” (BUARQUE, 2014, p. 78).

para o qual não ia há cinco anos – aliás, questão fundamental no romance, que envolve o distanciamento de seu amigo e seu casamento. Depois de certo tempo, percebe que o sítio havia se tornado uma plantação de maconha e é expulso de lá. Por isso, procura a sua ex-esposa, uma antropóloga que trabalha como vendedora em uma loja de alto padrão num shopping carioca. Pega a chave de sua antiga residência com ela e vai até lá, deixando-a alagada depois de tomar um banho e pegar seus pertences, que coloca numa mala. Volta para a casa de sua irmã, de quem rouba joias durante a festa. Depois, retorna ao sítio e troca as joias por uma mala cheia de maconha, que não sabe onde deixar. Retorna para a casa da irmã, que foi estuprada e assaltada; lá encontra o delegado que o acompanha até o sítio e executa os bandidos. Em seguida, vai para o ponto de ônibus onde reconhece alguém que tenta abraçar, porém é esfaqueado. Sob o ônibus e o livro termina com as fabulações do narrador protagonista.

A situação do sítio da família do narrador, para onde, como mencionado, ele próprio vai na sua fuga aparentemente despropositada, condensa uma certa experiência histórica que pode ser percebida pela conjunção do passado e do presente, conforme o narrado. O sítio, lugar de lembranças da infância, passa a ser local de encontro para a prática de crimes. É essa tensão entre o que foi o passado – que não deixava de ser sustentado nas desigualdades – e o presente – no qual as expectativas de redenção social foram terminadas e mesmo os que se davam bem antes agora já não estão na mesma condição – que estrutura, do ponto de vista da matéria local, *Estorvo*. Nos termos de Roberto Schwarz, após o tempo da crença de que a ignorância seria “educada pela elite, e de outros tempos em que os malfeitos dos ricos seriam sanados pela pureza popular, chegamos agora a um atoleiro de que ninguém quer sair e em que todos se dão mal” (SCHWARZ, 1999, p. 179). Nesta relação entre passado e presente, convém notar a figura do amigo do narrador, que tem um passado vinculado às lutas de esquerda. Apequenado, esse amigo parece figura deslocada no contemporâneo, o que sinaliza a descontinuidade entre um período no qual havia lutas emancipatórias sendo travadas e o momento posterior às suas derrotas.

Desse ângulo, a sensação de vazio que fica da leitura, segundo Roberto Ventura, deixa de ser defeito do enredo para se tornar precisamente sua qualidade.⁸ Nesse sentido, não deixa de ser importante a hora histórica em que aparece este romance de Chico, que veio à luz em 1991. Naquele momento, as expectativas redentoras

8 Não tive acesso ao texto de Ventura sobre *Estorvo*. Baseio-me no relato que faz Marcelo Coelho (1991).

de redemocratização eram frustradas, bem como se implantavam as “regras básicas” da economia neoliberal sob a égide do Consenso de Washington (1989). Se marcarmos 1988 como um ano de esperanças, devido à chamada “constituição cidadã”, podemos observar que em três anos chegamos ao sentimento de fim de linha aparentemente sem precedentes.

Esse vazio, aliás, aparece na própria composição do narrador, que pode ser visto tanto como um desocupado, como um jovem rico rebelde. Para Schwarz,

Note-se que a tônica do romance não está no antagonismo, mas na fluidez e na dissolução das fronteiras entre as categorias sociais – estaríamos nos tornando uma sociedade sem classes, sob o signo da delinquência? –, o que não deixa de assinalar um momento nacional. Ainda assim, não se entende o nivelamento sem considerar as oposições que ele desmancha (SCHWARZ, 1999, p. 179).

Sem querer forçar a nota, mas como não ver aí – para falarmos como Antonio Candido (1970) – uma “redução estrutural”, embora noutro plano, de um país que tem seu sistema de poder alicerçado por sobre negociatas escusas, nas quais supostos inimigos ideológicos não só realizam programas políticos semelhantes, como sentam para trocarem favores e/ou dinheiro?⁹ No mesmo sentido, mas em outra dimensão, vale notar que esse desmanche afeta os próprios conflitos de classes, que, se não deixam de existir, dado que sua existência é pré-condição para a manutenção do regime capitalista, têm sua lógica de funcionamento alterada.

Nesse sentido, vale observar o diagnóstico sobre a sociedade salarial, que aparece em via de desmanche. O narrador não trabalha e é sustentado pela irmã, que depende do marido. Por sua vez, os trabalhadores de que o livro fala são, principalmente, aqueles ligados à plantação de maconha, que ocupam, portanto, posições ilegais, precarizadas e hiperexploradas. Este seria o colapso da modernização de que fala Robert Kurz no livro homônimo também analisado por Roberto Schwarz em *Seqüências brasileiras* (OTSUKA, 2013).¹⁰

9 Lembro especialmente aqui a formulação de Francisco de Oliveira (2011) sobre o surgimento de uma nova classe social no Brasil, “que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e intelectuais *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e operários transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do ‘mapa da mina’”. (OLIVEIRA, 2011, p. 147). Ou a formulação de Paulo Arantes (2007) sobre o nosso “capitalismo de acesso”, que aparecerá adiante em *Leite derramado*.

10 Como indicação de que a situação era objetiva, Otsuka lembra que o diagnóstico histórico e social feito por Schwarz a partir de *Estorvo* precedeu a leitura d’*O colapso da modernização* de Robert Kurz. Não se tratou, pois, de projetar a análise kurziana no romance de Buarque.

Para Kurz, as forças produtivas capitalistas – mais precisamente, o desenvolvimento tecnológico – teriam chegado a tal ponto que permitiria aos seus donos prescindirem do trabalho. Esta é a modernização que causa a desintegração das próprias condições históricas que propiciaram aos trabalhadores europeus certa integração social por meio do chamado *Welfare State*.¹¹ Do ponto de vista da periferia, a situação era ainda pior: com baixa capacidade produtiva, recursos escassos e diante desse quadro de competitividade que não alcança, as nações periféricas tinham pela frente um quadro de desintegração *estrutural* mais intensa, mas que chegaria aos países centrais.¹² Por outro lado, não custa lembrar, essa desestruturação estrutural do capitalismo se dava em combinação com a matéria local, que continuava a reproduzir iniquidades antigas (Cf. OLIVEIRA, 2011).

Como uma das questões principais da crítica, talvez a principal, é especificar, notemos que o narrador de *Estorvo* não se enquadra com exatidão na ideia de “sujeito monetário sem dinheiro”, formulada por Kurz, e apropriada por Schwarz, para dar conta dos sujeitos descartados pela relação capital-trabalho, embora esteja próximo dela. Sua situação social é a de sujeito dispensável, como a sugerida pela categoria mencionada, mas não é a de ausência de cidadania. Aliás, em certo sentido, essa cidadania – aqui significada como acessos, ainda que indiretos, às posições sociais relevantes – é que parece garantir, ainda que ambigualmente, sua sobrevivência. Tudo somado:

É o imbricamento do desequilíbrio psicológico progressivo com o desajuste social que dá suporte e ordena estruturalmente a história. Após uma sequência de fracassos, o protagonista, em queda aberta, envolve-se com o tráfico de drogas e passa a transitar, como um pária, entre dois mundos: a ordem burguesa e a marginalidade. Esta é a razão da equação formal montada pela narrativa: *identidade é identificação?* Não pertencendo a nenhum setor da sociedade o pro-

11 Para “fechar o circuito”, que parece que é a resultante de *Sequências brasileiras*, observemos que a modernização era, ao menos em parte, a ideia perseguida pela “utopia brasileira” de matriz desenvolvimentista a qual aludimos no início do texto. A mesma questão voltará adiante.

12 Novamente, vale indicar os paralelos que a situação objetiva impõe à análise crítica. Como lembra Paulo Arantes (2004), que desenvolverá o argumento, Ulrich Beck, que nada tem a ver com a tradição de que estamos falando, também falará de “brasilianização do mundo”. Aliás, sem querer forçar a nota, esse argumento pode facilmente ser combinado com os achados de Schwarz (2008) sobre o fundo estrutural da volubilidade de Brás Cubas. Se o sujeito burguês por excelência estava aqui no século XIX, trata-se, justamente, de que o Brasil adiantava processos que só seriam descortinados por Adorno e Horkheimer (2006) ao longo do século XX. Em termos sumários: a não-universalização das ideologias correspondentes ao capitalismo, que no entanto as faz crer universais no “centro”, o que só depois seria desvelado, era constitutiva da posição histórica brasileira.

tagonista é definido existencialmente e socialmente: ele é um bosta, um estorvo (MASSI, 1991, p. 197).

Noutro plano, como lembra Edu Otsuka (2001), o narrador de *Estorvo*, diferentemente dos de *Memórias póstumas* e *Dom Casmurro*, não quer nos fazer crer naquilo que narra. Ao contrário, sublinha as incertezas, as hesitações. Mais precisamente: embora esteja muito próximo dos acontecimentos, não consegue lhes dar sentido, o que indica sua relação problemática com a temporalidade. O passado lhe parece turvo e o presente pouco crível, embora ambos sejam reais. Neste mesmo assunto, mas noutra direção, convém observar percepções estereotipadas que o narrador-protagonista nos conta, o que às vezes lhe dá ar elitista, mas às vezes lhe dá um ar de esvaziamento, como se não tivesse pensamento próprio.¹³

As repetições indicadas no romance – duas malas, duas viagens da irmã, dois gestos repetidos, bem como os dois momentos em que aparece o delegado na porta, no início da estória, e no sítio, onde manda executar seus parceiros de crime – sinalizam que o final do romance não está no fim de suas páginas. Aliás, não se trata propriamente de final, se por ele entendermos um fechamento, que parece pressupor uma ideia de linearidade. Nesse sentido, o romance parece ser estruturado de maneira circular, embora exista e vigore o tempo cronológico. Essa circularidade não tem a ver com a consciência turva, mas nem tanto, do narrador, e sim com uma estratégia narrativa do autor, que parece figurar uma situação sem saída, onde culpados e vítimas se confundem, assim como causas e consequências. Pode ser possível fazer um paralelo com a dissolução social apontada por Schwarz pois, como ela é geral e a criminalidade parece ser o seu resultado, todos os culpados são, em certo sentido, vítimas, mas não deixam de ser culpados.

Poder-se-ia pensar que a situação do narrador é similar à da malandragem. Por isso, vale notar as diferenças de sua situação com a malandragem “tradicional” analisada por Antonio Candido (1970), por Roberto Schwarz (2012b), por Paulo Arantes (1992) e por Edu Otsuka (2007), que se referem a *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida. As diferenças entre o narrador protagonista de *Estorvo* e o malandro tradicional são grandes: não se trata do mesmo estrato social – homens livres e pobres –, como não se trata de

13 Otsuka explora a relação entre o narrador e o mundo em *Estorvo*: “(...) trata-se de um sujeito não apenas sem dimensão interior bem definida, que experimenta tudo como opaco e incompreensível, mas mais propriamente de um sujeito esfacelado, impedido de encontrar – e muitas vezes até de buscar – o sentido que lhe permitisse superar essa opacidade” (OTSUKA, 2001, p. 140).

uma tradição culturalista. Por outro lado, também não é a malandragem elitista do tipo Brás Cubas. Na verdade, parece nem se tratar de malandragem propriamente, pois a infração à regra – característica definidora da malandragem – passa a ser norma geral. Se o paradoxo espanta num primeiro momento – infração como norma – ele se torna compreensível à luz da análise do desmanche de Kurz. Essa ideia pode ser combinada com a de Otsuka, que sublinha que “ao contrário do que ocorre na tradição da malandragem, nem tudo se remedeia, pois o protagonista vai se atolando cada vez mais (...)” (OTSUKA, 2001, p. 151).

Pode-se dizer algo similar do narrador de *Leite derramado*. Nele, no entanto, o ponto de vista muda e se aproxima do de *Dom Casmurro*, como observa Roberto Schwarz. Agora quem fala é Eulálio Montenegro d’Assumpção, um nonagenário internado num hospital em péssimas condições. O romance, que conta com vinte e três capítulos, se constitui como uma narração amalucada do narrador,¹⁴ um membro medíocre e decadente da elite brasileira, sobre vários fatos de sua vida e das de seus antepassados.¹⁵ Destaca-se nessa narrativa a sua paixão por Matilde, sua ex-esposa, que era filha adotiva e a única negra de um conjunto de irmãs brancas, o que causava desgosto à sua sogra. A moça tinha conhecimentos humildes de francês e cultura, o que envergonhava o marido. No entanto, apesar de subjugada – ou por isso mesmo? –, Matilde fugiu dos desmandos de Eulálio, sem que saibamos exatamente o motivo e nem para onde. O que se percebe – e aqui novamente Chico utiliza-se da autoexposição involuntária de que fala Schwarz¹⁶ – é que Eulálio tinha verdadeiro prazer em humilhar sua esposa, numa combinação social tipicamente brasileira. É nesse sentido que Schwarz observa o paralelismo entre *Leite derramado* e *Dom Casmurro*, livro no qual algo desse gênero aparece. Aliás, talvez caiba fazer, neste registro, um breve paralelo entre esse fato e a formulação de Sérgio Buarque de Holanda (2006) sobre o “homem cordial”, que é justamente o sujeito movido pelas emoções, o que lhe confere um caráter errático e despótico. Nesse sentido, o que Machado de Assis e Chico Buarque apontam, guardadas as proporções e os devidos distanciamentos temporais, é a combinação perversa dessa cordialidade, costumeiramente louvada como modo particular do “ser brasileiro”,

14 Como observa Grace Pedroso (2011), Eulálio é nome de origem grega e significa “bom orador”. É difícil imaginar que o encontro entre o nome e a forma do romance é involuntária, dado o grau de combinação entre os elementos. Mais adiante voltaremos ao tema.

15 Como conta Chico Buarque, o romance foi inspirado numa música de sua própria autoria, chamada “O velho Francisco”, de 1987, por sua vez fruto de um sonho (HOMEM, 2009). Note-se que a data da composição da música reforça a ideia de que Chico passou ao pessimismo no que se refere ao destino nacional durante os anos 1980.

16 Ou, ainda segundo o mesmo crítico, podemos fazer um paralelo com *As três mulheres de ppês* de Paulo Emílio Sales Gomes (Cf. SCHWARZ, 2012a).

com a posição de classe. “Em suma, tanto o amor como o ciúme se alimentam da desigualdade de classe e de cor, que segundo a ocasião funcionam como atrativo ou objeção. Estamos em plena comédia brasileira” (SCHWARZ, 2012a, p. 144). Mas a questão é ainda mais profunda, porque isso diria algo sobre um tipo social brasileiro. O gosto do narrador

(...) pelas mulheres é forte e lhe dita condutas e análises surpreendentes, em dissonância com a sua frouxidão geral, com seus preconceitos de toda ordem e as obnubilações do ciúme. Longe de ser um erro na construção da personagem, o desnível compõe um *tipo*. Ainda aqui estamos em águas machadianas, onde também a fibra amatória é a exceção que escapa a certo rebaixamento genérico e derrisório imposto pela condição de ex-colônia às elites brasileiras. Como marca local, a desproporção entre a intensidade da vida amorosa e a irrelevância da vida do espírito é uma caracterização profunda, com alcance histórico, a que o romance de Chico Buarque acrescenta uma figura (SCHWARZ, 2012a, p. 147; grifos colocados).¹⁷

Como *Estorvo, Leite derramado* também se estrutura numa espécie de movimento contínuo, só que desta vez este é o da memória e não mais o da fuga – sem deixar de ser, de certa forma, também uma fuga em sentido específico, pois trata-se de uma “fuga para o passado”, quando os Assumpção reinavam sempre às voltas com as redes de corrupção que cercam os “donos do poder”. Não é difícil perceber, então, que as glórias da família ora decadente figuram justamente boa parte das razões do atoleiro histórico nacional. Vale notar que há formalização artística de uma matéria local também neste ponto, pois uma das ideias fixas da reflexão nacional foi a de que a elite brasileira deveria ter papel civilizador e esclarecido, na medida em que deveria construir o futuro moderno do país. Em fórmula muito direta, e por isso algo extremada, pode-se dizer que este romance de Chico Buarque investiga a subjetividade e os comportamentos daqueles que *eram tidos como responsáveis pela construção da nação*.

17 Tal como em *Dom Casmurro*. Não deixa de ser ilustrativo que, embora Chico Buarque explicitamente tudo o que há por baixo da paixão de Eulálio por Matilde, há ainda quem veja nessa relação algo nobre, que faria o romance de Buarque escapar do “clichê ideológico” – que, naturalmente, é definido como a atribuição à elite branca brasileira dos males históricos e sociais do país. Essa é a opinião do conservador português João Pereira Coutinho (2009), que ilustra bem a adesão cega de setores conservadores ao romantismo de Eulálio – e *Dom Casmurro*, por suposto, mas nem tanto (SCHWARZ, 1997).

Nesse sentido, figurar todas as veleidades, os abusos, os caprichos – além do orgulho cosmopolita – dessa camada social parece significar, retrospectivamente, uma crítica radical à certa perspectiva sobre a história nacional, o que nos rememora a questão do ponto de vista popular da obra de Chico Buarque. Em poucas palavras: a elite ilustrada sempre se sentiu desobrigada de construir o país e dele se aproveitou como podia, tal como indicavam as negociatas do pai do narrador.¹⁸ Por sua vez, a situação dele figura um paralelismo com a situação do passado brasileiro, pois, apesar de enfermo, Eulálio não morre, como o passado brasileiro não passa. Fica a questão: tal como Eulálio, que não tem mais salvação, o Brasil não teria mais saída? A crer na conjugação dos romances, o cenário parece sombrio. Sem prestar reverências demasiadas ao simbolismo, pode-se anotar que à publicação do romance em 2009 se conjuga os 120 anos da proclamação da República brasileira, até segunda ordem o ato político que nos colocaria em dia com os ditames civilizados. Nos termos de Anderson Gonçalves, Edu Otsuka e Ivone Rabello:

a contemporaneidade, cujas desgraças põem o passado em perspectiva e ditam o olhar de nossas elites senhoriais, que, mesmo arruinadas, nunca acabam de morrer. O passado patriarcal ao mesmo tempo se opõe ao presente e o prefigura e desqualifica. Mudaram os tempos, decerto, mas o relato de Eulálio, misturando com extravagância a exibição da glória anterior (negócios infames, corrupção) à perda das prerrogativas de classe e à descendência obscura, faz um tempo se refletir sobre outro, embaralhando o senso comum a respeito do progresso – por exemplo, negociatas que mudam de lugar (com novos tráficos a explorar, como o faz seu tetraneto). Protótipo de setores atrasados da antiga classe dominante que não conseguiu atualizar-se para continuar a dominar, Eulálio segue repetindo preconceitos e perversidades bem atuais. O país que não se formou, e que se integra à ordem mundial produzindo novas versões da informalidade e do abuso, continua a gerar mortos-vivos, injustiças e deformidades (GONÇALVES; OTSUKA; RABELLO, 2013, p. 342-3).

Condutora da república, a elite brasileira aparece especificada neste romance de Chico. Tal como lembrado por Thiago Nicodemo (2009), os Assumpção fazem

18 Em registro mais amplo, Roberto Schwarz já observou que pedir que esta elite abandonasse esse cosmopolitismo – necessário e rasteiro, como se vê em *Leite derramado* – equivaleria “a pedir que o beneficiário de uma situação acabe com ela” (SCHWARZ, 2012b, p. 47). Ainda em termos gerais, mas nem um pouco abstratos, vale notar que fazer essa “solicitação” foi a estratégia de parte da esquerda para superar o “atraso” do país no período pré-64.

parte de uma elite formada próxima ao Estado, compondo um quadro de funcionários dirigentes. Nos termos de Raymundo Faoro (2008), estaríamos diante do “estamento burocrático” (Cf. FAORO, 2008). Não contraditoriamente com a formulação faoriana, podemos seguir Sérgio Buarque de Holanda (2006), quando descreve o afã dos portugueses e, por conseguinte, da elite brasileira, pelos títulos honoríficos, pela prosperidade sem trabalho e, portanto, pelo caráter pouco similar ao dos burgueses dos países centrais, mais próximos do que Max Weber chamou de “ética protestante” – aliás, referência para a análise do próprio Sérgio Buarque. Veremos, no entanto, que o romance de Chico também logra especificar um certo tipo de capitalismo no país.

Vale nos determos numa operação complexa que Chico Buarque arma para estruturar seu romance: a ideia de que o tempo, no Brasil, *passa e não passa*. Por um lado, os Eulálios d’Assumpção fazem uma trajetória socialmente decadente, com os últimos morando em cubículos na periferia e se relacionando com drogas. Mas, por outro, estão aí as práticas despóticas figuradas no narrador, como o assédio às enfermeiras, que para ele ocupam posições análogas a de suas ex-empregadas. A ênfase nos nomes repetidos – Eulálios e Balbinos – figura esse movimento. A narrativa não é circular, como em *Estorvo*, mas também não se resolve num sentido linear, pois não tem propriamente fim e, assim, não se resolve, como no romance anterior. Exemplar disso são as sucessões, cada vez mais rebaixadas, dos Assumpção. Nesse registro, vale notar como a ênfase do narrador no “p” de Assumpção, que é marca de classe, tinha importância – “abria portas” – mas hoje se torna apenas algo ridículo, embora continue a existir.

Como em *Estorvo*, Chico Buarque se vale de repetições de cenas. Porém, os sentidos mudam.¹⁹ O exemplo mais dramático é o do final do livro, quando o narrador se dá conta de que sua situação se assemelhava ao do tetravô, que morreu quando visitado por ele e sua mãe. Frise-se, no entanto, a diferença em relação a *Estorvo*: enquanto neste a repetição se dá dentro do mesmo tempo da narrativa, configurando um arranjo, por assim dizer, sincrônico, em *Leite derramado* as repetições têm dimensão diacrônica. O interesse nessas diferenças reside na importância de se destacar também as diferentes configurações espaciais e temporais que estruturam os dois romances.

Ainda nos referindo à mesma cena, uma interpretação possível é a de esta marcaria a morte do narrador e, conseqüentemente, o fim de um dado Brasil, talvez

19 É isso o que Augusto Massi (2009) não percebeu quando afirmou a repetição das repetições nos livros de Chico.

seguido pelo de *Estorvo*. A questão, do ponto de vista do romance, é a de que a morte do narrador não é afirmada, o que joga dúvidas e complexifica o quadro, pois, seguindo o mesmo raciocínio, se Eulálio não morreu, este Brasil “do passado” também não teria morrido. A incerteza colocada pelo autor aqui – porque esse âmbito da narrativa já escapa ao narrador, de modo que o autor se faz presente neste momento – é, então, coerente com toda a estrutura narrativa articulada ao longo do livro. Há quem acredite que “Eulálio não é uma espécie em extinção, mas sim uma metáfora da incapacidade de compreender o mundo à nossa volta” (NICODEMO, 2009, s.p.). Há quem acredite que Eulálio é só uma personagem cadavérica que amou sinceramente Matilde e que agora se volta às suas memórias quando às portas da morte (COUTINHO, 2009). Outras posições são possíveis. Digamos a nossa: o livro de Chico Buarque não parece definir com clareza – o que não deixa de ser sugestivo – se o Brasil no qual Eulálio vive foi superado. Oscila.

Ainda no que se refere à repetição, é também interessante o fato de que a repetição de nomes acaba por despersonalizar o narrador, que, no entanto, reclama para si, como componente de uma elite ilustrada, um tratamento personalizado. O que está em jogo aqui é a própria dimensão da *subjetividade* do narrador, na medida em que a herança do nome e do sobrenome, da qual nem mesmo as mulheres escapam, lhe empresta distinção social, mas não pessoal. Em outras palavras: o narrador é “apenas” mais um dos Eulálios d’Assumpção que existiram e vão continuar a existir. Nesse registro, há uma tensão interna ao próprio narrador, que figura em si uma trajetória pessoal e coletiva, da qual se vale ao longo do romance. Não é difícil perceber, desse ângulo, um certo apagamento da subjetividade, que o narrador não denega. Ao contrário: fazer parte da linhagem dos Eulálios d’Assumpção é fator de orgulho de classe, ainda que isso implique ser mais um. Evidentemente, esse “mais um” tem sentidos históricos diferentes, a depender do momento de que falamos. Ser “mais um” membro da elite brasileira do período compreendido entre os séculos XVI e início do XX é fator enobecedor.²⁰ Noutro plano, a herança dos nomes permite ao autor figurar, por meio de uma trajetória pessoal, a história de um clã, que teve o destino do país em suas mãos. Essa estratégia não era, evidentemente, necessária, pois se poderia narrar a trajetória clânica sem recorrer às

20 O mesmo já não acontece “no presente”, como indica o narrador quando conta a sua tentativa de impedir a entrada da polícia em sua casa: “Não demorou muito, sete agentes da polícia invadiram nosso apartamento, vasculharam tudo, sacolejaram Maria Eulália, perguntaram por um tal de Pablo, e eu lhes disse que havia um equívoco, o garoto era um Assumpção de boa cepa. Ainda lhes aponte o retrato do meu avô na moldura dourada, mas um brutamontes me deu um tapa na orelha e me mandou enfiar o avô no cu” (BUARQUE, 2009, p. 127).

heranças de nome, que passa a ter significado maior se observarmos que se trata, então, de uma questão de ênfase do autor.²¹

Voltando à figura do narrador, já observamos anteriormente as proximidades entre os dois livros analisados: são narrados em primeira pessoa e em ambos há a utilização da técnica chamada de “onirismo desperto”. Mas neste romance a técnica parece ter sentido diferente daquele sugerido em *Estorvo*, embora os dois narradores sejam claramente “pouco confiáveis”. Em *Leite derramado*, o onirismo desperto se volta para a memória, relacionando-a com o presente, que não é apenas um rompimento cronológico com o passado, mas é também um rompimento histórico-social com ele, que nem por isso deixa de existir. A nosso ver, um exemplo disso ocupa lugar central no livro: o já citado casamento com Matilde. Fossem outros os tempos, dificilmente Eulálio, o narrador, seria abandonado – embora seja verdade que não saibamos os rumos de sua ex-esposa. Se compararmos, pelo ângulo de classes, a indiferença com que Bentinho tratou a morte de Capitu e o saudosismo de Eulálio por Matilde, poderemos sugerir que mais do que os respectivos amores, a questão fundamental era o poder de classe, como sugere Schwarz (2012a). Embora, como indica o mesmo Roberto Schwarz (1997), a classe de Bentinho já estivesse em desaparecimento no momento em que *Dom Casmurro* é escrito, ela ainda conservava influências e posições que são hodiernamente inimagináveis para alguém como Eulálio D’Assumpção, o narrador. E aqui fica uma impressão sobre *Leite derramado*: apesar de fazer uma caracterização brilhante da elite brasileira ao longo do tempo, com figurações convincentes do modo de se portar, de escrever e pensar, a parte “atualizada” dos Assumpção – netos, bisnetos, tataranetos do narrador – fica de fora do enredo e, nesse sentido, a contribuição para a investigação do contemporâneo fica relativizada, embora se possa dizer que a continuidade da reprodução das iniquidades sociais continua no contemporâneo. Sinal disso é que a fortuna crítica sobre o livro viveu a ressaltar as aproximações entre as perspectivas críticas do livro e os ensaios clássicos sobre o Brasil.²²

Ainda na questão da “confiabilidade” do narrador, vale observar o contraste entre *Leite derramado* e os narradores das obras maduras de Machado de Assis.

21 Nos termos de Walter Benjamin, tratar-se-ia de enfatizar a dimensão da *memória* em detrimento da noção de *lembrança*, porque a primeira demandaria uma certa organização narrativa da experiência (BENJAMIN, 1983). Já que aberta a trilha benjaminiana, vale observar que o romance de Chico se vale altamente de uma dimensão oral, de modo que, da perspectiva de Benjamin, constitui um paradoxo.

22 Exemplos disso são os comentários do próprio Roberto Schwarz (2012a), além das resenhas de Thiago Nicodemo (2009), Reinaldo Moraes (2009) e Augusto Massi (2009).

No caso de Brás Cubas, persevera o cinismo descarado, possibilitado por sua ultravantajosa posição de classe; no caso de Bentinho, tem-se a figuração de um senhor “de bem”, contrário ao cinismo de seu par, que preza o *modus operandi* propriamente burguês, a “política do decoro” de que fala Schwarz (1997, p. 27). Vale frisar: os dois não são confiáveis, mas de maneiras diferentes. O primeiro porque é volúvel e claramente arbitrário, enquanto o segundo o é também, mas respeitando as regras do “decoro”. Como lembra Roberto Schwarz (1997), Bentinho escreve o livro buscando se isentar da culpa do destino de Capitu, culpada pelo narrador-autor desde o início. Este não é o caso de Eulálio, que nem por isso deixa de incorrer numa “autoexposição involuntária”, tal como Brás Cubas e Bentinho. Especificando, o caso de Eulálio parece distinto porque sua memória é confusa, fruto de uma situação física débil, da qual não desfrutavam nem Bentinho, nem o já morto Brás Cubas – aliás, nem mesmo a morte poderia derrotar o “modo de ser” burguês brasileiro no seu apogeu? – de modo que o componente *manipulativo* – sinal de poder? –, embora presente, é fragilizado na narrativa de Eulálio d’Assumpção.

Isso não é suficiente, no entanto, para dar conta da característica própria da não confiabilidade de Eulálio. Aliás, podemos interpretar que as narrativas que insiste em contar são, ao menos em parte, uma busca por demonstrar sua dimensão confiável e honesta, embora nos soem absurdas – o efeito desta justaposição é mérito estético de *Leite derramado*. Daí, aliás, a auto-exposição (in)voluntária, porque sua honestidade – que conta os bastidores da sociabilidade e das negociatas da elite brasileira – põe luz na desonestidade sua e de seus antepassados. Existe, pois, uma contradição constitutiva no discurso do narrador, que busca lembrar com afeição de um passado nada agradável ao leitor, que nem por isso deixa de entender as “razões do coração” de Eulálio.

Parece ser disso que Schwarz fala quando diz que a forma do romance de Chico depende de uma cumplicidade um tanto maldosa entre o narrador e o leitor, no que lembra, também, *Dom Casmurro*. No entanto, não parece se tratar de cinismo à Brás Cubas, porque o narrador não racionaliza o cálculo ou os desmandos que praticou. Mas esses são momentos passados, que valem – apenas? – como lembrança, que não deixa de ser sincera e abjeta. Por outro lado, o narrador segue praticando o decoro e lamenta a sua ausência naqueles que o cercam. Nesse sentido, como observado, Eulálio significa “bom orador” e vai denominando os membros da família d’Assumpção. A primeira referência, porque mais óbvia, é que o nome cabe perfeitamente ao narrador que fala durante todo o romance. No entanto, importa ressaltar que *fala de uma determinada maneira* e por isso, num

segundo momento, valeria lembrar que uma das características da nossa elite – ou do que ela foi – era a verborragia (afrancesada) própria dos bacharéis – valor socialmente disseminado. Tratava-se, como se sabe, de discursos próximos dos seus congêneres europeus mais avançados, mas vinculados, inevitavelmente, ao contexto social brasileiro, que os desautorizava. Como falar de maneira polida de uma relação como a da escravidão? Assim, o decoro de Eulálio parece duplamente ridículo: em parte, porque se refere a um passado no qual a “comédia ideológica” – o termo é de Schwarz (2012a) – vigorava fortemente, como a relação entre ele e Balbino dava notícia; por outro lado, esse decoro bacharelesco fica ridículo nos tempos de hoje, no qual os pressupostos sócio-históricos são outros. No entanto, essa figuração não deixa de ser um mérito artístico, na medida em que a história não teria a mesma força artística se fosse narrada de outra maneira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: FIM DE LINHA?

Como assinalamos no início deste trabalho, Chico Buarque surge na cena cultural brasileira no período em torno de 1964. Tido como um dos principais compositores da resistência ao regime militar, Chico parece ter continuado a refletir sobre o destino do país mesmo depois de seu fim. Como diz Paulo Arantes, o “*fato é que ainda não acusamos suficientemente o Golpe. Pelo menos não o acusamos na sua medida certa, a presença continuada de uma ruptura irreversível de época*” (ARANTES, 2014, p. 282; grifos colocados). Segundo o que se tentou indicar ao longo do trabalho, Chico Buarque busca, justamente, atinar para o que significou este rompimento. E não cremos que seja ir longe demais pensar que a obra de Buarque indica que

À luz dos seus próprios critérios civilizacionais, um padrão evolutivo foi irrecuperavelmente quebrado pelas elites condominiadas em 1964. Mesmo para os padrões brasileiros de civilização, pode-se dizer que a Ditadura abriu as portas para uma reversão na qual Norbert Elias poderia quem sabe identificar o que chamou por vezes de verdadeiro processo *descivilizador* (ARANTES, 2014, p. 284-5).

Diga-se logo, para evitar confusões, que Paulo Arantes, no texto que estamos glosando, parece mirar outras questões. Porém, como se trata de uma tentativa de distinguir, relacionar e totalizar, é possível partir de suas reflexões para pensar o diagnóstico de Chico Buarque sobre o Brasil contemporâneo.

Estorvo parece ir justamente na direção de figurar um crescente processo de “descivilização” à brasileira, no qual há um desmanche de conflitos e um destino comum: a ameaça do extermínio. Observemos os sentidos dessa ameaça. Por um lado, trata-se de uma sociedade em decomposição, na medida em que o trabalho deixa de ser necessário ao capital; por outro, e em consequência, a ameaça do extermínio físico, determinado pela luta pela sobrevivência numa sociedade em que o cerco se fecha. Não é outro o sentido da ideia de que a infração virou regra, pois seu fundamento é o de que *não existem regras quando o extermínio está no horizonte*. Em perspectiva radical, que não aparece figurada inteiramente no romance, tratar-se-ia da ideia de Estado de exceção. Como diz Laymert Santos (2007, p. 352):

Mas agora a decisão da exceção não decorre do exercício da potência do humano, nem mesmo quando se trata das elites estadunidenses. A machina machinorum do Mercado parece não mais obedecer a ninguém. Excedendo a si mesma, é ela que se declara ao mesmo tempo como regra ... e exceção” (SANTOS, 2007, p. 352; grifos colocados).

Aliás, teria sido precisamente esse horizonte que 1964 rompeu, segundo Arantes (2014): o financiamento privado do extermínio sistêmico de pessoas feito pelo Estado. O que, não custa lembrar, tinha justamente a ver com a necessidade de permitir o funcionamento “adequado” do sistema capitalista. Nesse sentido, convém destacar as indicações que Walter Garcia (2013) faz sobre as relações intelectuais de Chico Buarque com o presente, marcadas, por sua vez, pela sua relação com 1964. O autor cita uma entrevista do próprio Chico Buarque – dada à revista *Ocas* em 24 de julho de 2004 – na qual ele compara a vida atual com a vida durante o regime militar. Destaquemos a seguinte passagem:

É ruim estar nessa loucura. Não vivo com paranoias, não tenho essa preocupação. Já passei por climas parecidos, mas que eram mais fáceis de lidar. Por exemplo, no tempo da repressão, sendo realmente ameaçado de ser morto, sofrer acidentes, eu convivia com isso. Não era paranoia de repente chegar uma caixa na minha casa e eu ter que atirar longe para ver se explodia. *Mas o que acontece é que você vive com esse clima, e o que te ameaça não vem do inimigo. Esses caras que estão fazendo isso, eu provavelmente dou razão a eles.* (BUARQUE *apud* GARCIA, 2013, p. 27).

Segundo Garcia, embora a análise da forma difira da análise das intenções do autor, é de se notar que a declaração remete a músicas cantadas por Chico (“Pivete”, “O meu guri”, “Ode aos ratos”, “Embolada”, “Brejo da Cruz”, etc.). Aliás, ainda de acordo com o mesmo autor, tais músicas “condensam matéria histórica semelhante à condensada em ‘Tô ouvindo alguém me chamar’, ‘12 de outubro’ e ‘Eu sou 157’”, composições de Mano Brown, o que tornaria tais composições comparáveis.

Por outra parte, *Leite derramado* parece buscar captar parte do fio de continuidade da história brasileira, sem prejuízo da admissão da ideia de rompimento em 1964. Aliás, como dito, o romance busca justamente mostrar como se combinam tais elementos. Porém, a ênfase na continuidade não acarreta a percepção de que algo mudou e o horizonte de expectativa nacional, incluído aí o de parte da (ex) camada dominante, se encurtou.

O livro também sugere os traços históricos que acompanharam um certo tipo de nossa elite pouquíssimo civilizada, embora cosmopolita. Aliás, observemos o paralelo entre a ideia de “descivilização” formulada por Arantes com a de “homem cordial” de Holanda, pois esta noção, tal como ensina o autor de *Raízes do Brasil*, se opõe justamente à ideia de civilização. Nesse sentido, se a cordialidade já era a negação da civilização, ao permitir comportamentos abertamente despóticos, podemos começar a pensar como esta, que não deixa de ser matéria local, se combina com os imperativos globais do sistema capitalista, que passa, a partir dos meados dos anos 1960, por um grande processo de intensificação. Em poucas palavras, poder-se-ia dizer que a *cordialidade é especialmente funcional à lógica da exceção*, na medida em que tem como fundamento a irracionalidade. Por outro lado, um país que conta com uma “construção interrompida”, para falar como Celso Furtado, torna-se especialmente frágil diante dessa combinação poderosa.

Esquematizando: note-se que *Estorvo* diagnosticava, como *Leite derramado*, o presente. Por outro lado, o primeiro romance parecia ter um foco maior *no que virá*, embora já exista, enquanto o segundo parece sublinhar a importância *do que existiu*, que também não deixa de existir.²³ Um olha para o futuro, o outro para o passado. No entanto, essas duas metades compõem o presente. Moral da história: o passado-presente se combina com o futuro-presente e desautoriza esperanças de melhora. Para Schwarz, “talvez seja isso o leite derramado que não adianta chorar: persistiu a desigualdade, desapareceram o decoro e a autoridade encascada, e não se instalaram o direito e a lei” (SCHWARZ, 2012a, p. 150). Utilizando a fórmula

23 Para fazer justiça, é preciso reconhecer que Chico insere em *Leite derramado* alguns elementos que já apareciam em *Estorvo*. Por exemplo, o envolvimento do neto do narrador com drogas.

de Paulo Arantes, os livros de Chico acabam por assinalar que “onde havia um horizonte de superação, existe uma ratoeira. Essa armadilha é o Brasil do futuro, que afinal chegou” (ARANTES, 2013, s.p.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira – Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.
- _____. *Extinção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- _____. O futuro que passou. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 de junho de 2013, Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-futuro-que-passou,1045705>. Acesso em: 21 de maio de 2016.
- BARROS E SILVA, Fernando. *Chico Buarque*. São Paulo: PubliFolha, 2004.
- BENJAMIN, Walter. “O narrador – Observações acerca da Obra de Nicola Leskow”. In: *Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno* (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- BUARQUE, Chico. *Leite derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Estorvo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, p. 67-89, 1970.
- COELHO, Marcelo. Estorvo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 de agosto de 1991. Disponível em: http://www.chicobuarque.com.br/critica/crit_esto_coelho.htm. Acesso em: 21 de maio de 2016.
- COUTINHO, João Pereira. Eulálio está a morrer. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 de abril de 2009, p. E10.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2008.
- GARCIA, Walter. Radicalismos à brasileira. *Celeuma*, v. 1, n. 1, maio de 2013.
- GONÇALVES, Anderson; OTSUKA, Edu Teruki; RABELLO, Ivone Daré. O retratista e os intelectuais às voltas com 1964. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 57, p. 327-348, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOMEM, Wagner. *História de canções: Chico Buarque*. São Paulo: Leya, 2009.

- MAMMI, Lorenzo. João Gilberto e o projeto utópico da bossa nova. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 34, p. 63-70, novembro de 1992.
- MASSI, Augusto. Resenha de Estorvo (de Chico Buarque). *Novos Estudos*, São Paulo, n. 31, p. 193-198, outubro de 1991.
- . Pai rico, filho nobre, neto pobre. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de março de 2009. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,pai-rico-filho-nobre-neto-pobre,346101>. Acesso em: 21 de maio de 2016.
- MELLO, Heitor Ferraz. Alegorias do vazio: a obra de Chico Buarque. *Revista Cult*, São Paulo, n. 63, junho de 2003.
- MORAES, Reinaldo. Leite derramado, memórias quase póstumas de Chico Buarque. *JB Online*. Disponível em: <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2009/03/28/leite-derramado-memorias-quase-postumas-de-chico-buarque/>. Acesso em: 21 de maio de 2016.
- NICODEMO, Thiago. Filho desenvolve e amplia a ideia do pai. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de março de 2009. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,filho-desenvolve-e-amplia-ideia-do-pai,346102>. Acesso em: 21 de maio de 2016.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- OTSUKA, Edu. *Marcas da catástrofe – experiência urbana e indústria cultural em Rubem Fonseca, João Gilberto Noll e Chico Buarque*. São Paulo: Nankin, 2001.
- . Espírito rixoso: para uma reinterpretação das *Memórias de um sargento de milícias*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 44, p. 105-124, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34564>. Acesso em: 21 de maio de 2016.
- . Sequências brasileiras, ruptura mundial. *Eutomia – Revista de Literatura e Linguística*, Recife, v. 1, n. 11, p. 199-213, janeiro/junho de 2013. Disponível em: <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/view/248/210>. Acesso em: 21 de maio de 2016.
- SANTOS, Laymert. “Brasil contemporâneo: estado de exceção?”. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 289-352.
- SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- . *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- . *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- . *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a.
- . *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 2012b.

O que é *sindicalismo verde*? Reconfigurações da luta de classes sob a crise ecológica do capitalismo

What is green syndicalism? Reconfigurations of class struggle under the ecological crisis of capitalism

Luiz Enrique Vieira de Souza^a

SHANTZ, Jeff. *Green Syndicalism: An Alternative Red/Green Vision*. New York: Syracuse University Press, 2012.

Os argumentos apresentados por Jeff Shantz em *Sindicalismo verde: uma visão alternativa vermelho/verde* servem a um duplo propósito. Do ponto de vista teórico, a obra sugere um programa de pesquisas empíricas focadas nas experiências de trabalhadores que incorporaram demandas ambientalistas em suas práticas sindicais. A documentação e análise desses movimentos forneceria elementos para discussões teóricas acerca da formação da consciência de classe segundo parâmetros em que a opressão do sistema capitalista não seria percebida unicamente como usurpação dos frutos do trabalho, mas também como degradação ecológica. Já do ponto de vista da praxis política, essas investigações associam-se ao objetivo de verificar o potencial para a formação de coalizões em que ativistas ambientais e setores do operariado possam reconhecer-se mutuamente enquanto aliados contra a exploração da natureza característica das sociedades industriais avançadas.

A princípio, a formação de uma aliança política entre trabalhadores e ambientalistas poderia ser encarada como uma decorrência lógica das consequências negativas da produção capitalista de mercadorias, que recaem paralelamente sobre a mão de obra e sobre os ecossistemas. A ascensão dos movimentos ecologistas na Europa e nos Estados Unidos ao longo das décadas de 1960 e 1970 demonstrou, no entanto, que não existe qualquer coalizão automática entre sindicatos operários e organizações “verdes”. Mais do que isso, difundiu-se entre ecologistas a percepção de que os sindicatos constituem um dos pilares das ideologias desenvolvimentistas responsáveis pela integração dos trabalhadores aos padrões consumistas das sociedades industriais, ao mesmo tempo em que se difundiu nos meios sindicais a

^a Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2012). Dedicou-se, atualmente, à pesquisa de Pós-Doutorado em Sociologia do Meio Ambiente, com ênfase na relação entre crise ambiental e desenvolvimento tecnológico (NEPAM/UNICAMP). Com o apoio da FAPESP, realizou pesquisa sobre política energética em países emergentes em Pequim (Beijing Jiaotong University).

representação do ecologista como um indivíduo alheio à insegurança ocupacional e às demais preocupações materiais dos trabalhadores. Nesse sentido, o *sindicalismo verde*, tal qual apresentado por Shantz, teria como um de seus eixos principais a superação da contradição *jobs versus environment*.

A estratégia adotada por Shantz para definir o sindicalismo verde consistiu em estabelecer diferenciações teórico-metodológicas com pressupostos do marxismo economicista, dos escritos sociológicos sobre os “novos movimentos sociais” e representantes da “ecologia profunda”. Em primeiro lugar, Shantz corrobora os questionamentos dirigidos por autores como Laclau e Mouffe (1985) contra a redução, efetuada pelo marxismo economicista, da pluralidade dos conflitos societários à antinomia capital-trabalho. Eles sublinharam que os atores sociais se mobilizam e se organizam em torno de questões identitárias (gênero, etnia, orientação sexual, preocupação ambiental, hábitos alimentares) amalgamadas em valores que possuem uma dinâmica própria. Além de essas questões possuírem uma autonomia relativa perante determinações de cunho econômico, subsumir a multiplicidade de atores aos discursos teleológicos que afirmam a hegemonia e a missão histórica do proletariado nas lutas emancipatórias significaria também negar aos portadores dos novos movimentos sociais o protagonismo político por eles reivindicado.

Em segundo lugar, Shantz retoma os princípios da *convivencialidade* e do *biocentrismo* desenvolvidos por vertentes diversas da ecologia profunda como pontos de apoio para distinguir o sindicalismo verde do sindicalismo *mainstream*. Por um lado, o sindicalismo verde reivindicaria as práticas alternativas e libertárias dos movimentos ecologistas enquanto contraponto aos mecanismos de disciplina impostos pela *megamachine*. Os operários poderiam desenvolver uma perspectiva crítica à exploração capitalista da natureza não em razão, *mas apesar* da disciplina que lhes é imposta nas fábricas. As concepções da ecologia profunda serviriam, portanto, como orientação para práticas contra-hegemônicas e antagônicas àquelas funções repetitivas e alienantes que atuam como via de adstramento para os valores difundidos pelas sociedades industriais (BOOKCHIN, 1980). Por outro lado, o viés *biocêntrico* dos ecologistas radicais constituiria uma baliza para a crítica da dicotomia entre homem e natureza que fundamenta o modelo vigente de exploração dos recursos naturais e a utilização do meio ambiente como escoadouro para os dejetos tóxicos da produção industrial. Segundo Schantz, o potencial emancipatório da ação sindical dependeria fundamentalmente da capacidade dos trabalhadores de problematizar as relações humanas com a natureza como relações de exploração.

No entanto, Shantz identifica desequilíbrios tanto nas teorias sociológicas acerca dos novos movimentos sociais como nas proposições da ecologia profunda. Embora o movimento feminista, as marchas pelos direitos civis dos negros e a contracultura ambientalista tenham legitimidade própria e não possam ser reduzidos a uma única lógica binária fundada nas relações de produção, parte da teoria sociológica incorreu no extremo oposto de negar qualquer peso às determinações específicas de classe.

É necessária uma abordagem que escape tanto ao culturalismo acrítico – como nos escritos sobre os novos movimentos sociais – quanto ao determinismo econômico ao qual frequentemente as análises marxistas sucumbiram, olhando para a imbricação dos significados culturais e experiências políticas dos movimentos sociais (SHANTZ, 2012, p. 21).

Shantz dirige uma crítica análoga à ecologia profunda, pois a ênfase desta na oposição homem-natureza mascara a integração existente entre processos de degradação ecológica e problemas de dominação, privação e exclusão social. Não apenas porque os estratos sociais inferiores costumam ser os mais afetados pela poluição, mas também porque as decisões estratégicas acerca da produção industrial e agrícola estão concentradas na reduzida camada de proprietários e *managers*. Em resumo, os discursos que responsabilizam de maneira abstrata o conjunto da humanidade pela destruição do planeta subscrevem, no limite, a afirmação irrazoável de que uma camponesa do Bangladesh afeta o meio ambiente da mesma maneira que o presidente da *ExxonMobil*.

Além das polêmicas teórico-metodológicas, Shantz explicita a ideia de sindicalismo verde por meio da descrição de um caso exemplar. No terceiro capítulo, o autor relata a experiência dos ativistas ambientais agrupados em torno da organização *Earth First*, que se baseou em métodos de ação direta para confrontar a indústria madeireira do Norte da Califórnia no final da década de 1980. Num primeiro momento, as relações entre conservacionistas e trabalhadores madeireiros estiveram permeadas de animosidade porque os últimos eram vistos como cúmplices dos empresários na derrubada de sequoias, ao passo que os ambientalistas eram hostilizados pelos trabalhadores em virtude da ameaça que estes representavam à manutenção de seus empregos. A tática adotada pelos membros de *Earth First* consistia, então, em fincar pregos nas sequoias [*tree-spiking*] de modo a comprometer o valor comercial da madeira sem, contudo, prejudicar a fisiologia das árvores. Tais ações de *ecossabotagem* colocavam, porém, os traba-

lhadores em risco e foram responsáveis por um acidente que quase custou a vida do carpinteiro George Alexander.

De acordo com Shantz, o cenário mudou de figura quando Judi Bari, militante ecofeminista, interveio para promover a aproximação entre *Earth First* e os sindicalistas da *Industrial Workers of the World* (IWW). Sua intenção era superar a contradição *jobs versus environment* a partir de uma coalizão sindical ampla e capaz de pressionar a indústria madeireira por melhores salários e condições de trabalho para os funcionários, além de cobrar a adoção de práticas ecologicamente mais adequadas. Isso contribuiu decisivamente para que os trabalhadores deixassem de ser alvos de ecossabotagem para se converter, eles próprios, em ecossabotadores.

O primeiro passo é parar de culpar os madeireiros e carpinteiros pela destruição do planeta. As companhias madeireiras tratam essas pessoas da mesma maneira que tratam as florestas – como objetos de exploração para o máximo de lucro. Não conseguiremos formar uma aliança dizendo “ei, trabalhador, venha nos ajudar a salvar as árvores”. Nós temos que entender que suas condições de trabalho são indissociáveis da violência contra as florestas (BARI *apud* SHANTZ, 2012, p. 78).

As referências a Judi Bari e à coalizão *Earth First/IWW* cumprem, ao longo da obra, o papel de destacar a viabilidade de mobilizações que associem demandas trabalhistas e ecológicas, formuladas a partir da colaboração entre operários de “colarinho azul” e ativistas ambientais nos próprios locais de trabalho. Além disso, Shantz referencia-se nessa experiência para discutir as concepções e práticas do sindicalismo verde em oposição ao sindicalismo tradicional.

Aos seus olhos, o sindicalismo norte-americano e europeu – especialmente com a ascensão do Estado de bem-estar social no período pós-guerras – deixou-se contagiar pelas ilusões do progresso. A partir do momento em que os ganhos de produtividade foram convertidos em aumento de salários e cláusulas de seguridade social em proveito dos trabalhadores, os sindicatos e partidos social-democratas teriam aderido às ideologias do crescimento ilimitado, sem atentar para a maior complexidade dos fenômenos de degradação ambiental nesse período. Mesmo com as crises sociais e o agravamento das questões ecológicas que se seguiram aos governos de Reagan e Thatcher, os sindicatos tradicionais continuaram girando em torno daquele ideário da produção centralizada e em larga escala, voltada para a produção em massa. Ao fim e ao cabo, tanto organizações social-democratas

como socialistas mantiveram-se apegadas ao otimismo de um suposto potencial libertador promovido pelo industrialismo.

Nesse sentido, uma lacuna importante da obra de Shantz é oferecer apenas algumas pistas, e não uma discussão de maior fôlego, sobre as medidas de reestruturação da economia capazes de promover uma nova configuração societária alinhada com as premissas do sindicalismo verde. Assim, o abandono da ideologia do crescimento ilimitado viria acompanhado de um amplo processo de desindustrialização da economia, que preservaria somente as empresas responsáveis pela produção daquilo que poderíamos denominar *bens de uso ambiental*. Certas oficinas e procedimentos industriais continuariam a ser necessários, do contrário “como as bicicletas e moinhos de vento continuariam sendo produzidos?” (SHANTZ, 2012, p. 169).

Em termos genéricos, Shantz argumenta que a reconstrução da economia estaria baseada na produção de comida e na provisão de energia em bases sustentáveis, juntamente com atividades de recuperação e monitoramento dos danos ecológicos. Já a contrapartida política desse processo estaria baseada na substituição dos Estados-nação por *comunidades biorregionais*, mas sem que o autor indique por quais mecanismos ou entidades regulatórias seria garantida a integração política e econômica entre tais comunidades.

Não seria incorreto afirmar que o sindicalismo verde, tal como apresentado por Shantz, consiste numa reatualização histórica do anarcossindicalismo francês sob o enquadramento da questão ambiental. Em primeiro lugar, porque o sindicalismo verde apresenta-se como um movimento de contracultura, de modo que a perspectiva de enraizamento do biocentrismo nos meios operários pretende-se como um desafio à moralidade burguesa. A substituição do olhar instrumental do operário em relação à natureza por experiências embasadas nas concepções de *interconectividade*, *mutualismo* e *continuidade* apareceria, então, como fundamento de uma práxis sindical subversiva.

Em segundo lugar, porque a definição de sindicalismo verde também está ancorada na crítica das experiências históricas de burocratização das organizações operárias. A adesão dos sindicatos às ideologias produtivistas seria, no entender de Shantz, indissociável do processo de concentração de poder decisório nos organismos de direção e do movimento paralelo de afastamento entre as lideranças e suas bases. A defesa do princípio de autogestão, juntamente com a aposta nos métodos de ação direta, são conclusões resultantes desse diagnóstico. Por um lado, os mecanismos de autogestão permitiriam aos trabalhadores substituir os imperativos de lucratividade por critérios que reorganizassem os processos produtivos

de maneira mais integrada com os fluxos de equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. Por outro lado, em associação com os métodos de ação direta, responderiam tanto pela eficácia das lutas ecossindicais como ao propósito de assegurar que o protagonismo das bases trabalhadoras não se visse sequestrado pela formação de organismos centralizadores de direção.

Os leitores de Shantz perceberão, contudo, que a definição de sindicalismo verde proposta por ele é nitidamente orientada de acordo com suas inclinações anarcossindicalistas. Além disso, os questionamentos acerca da viabilidade de uma coalizão política entre operários e ativistas ambientais não figuram como uma contribuição propriamente original de Shantz, uma vez que a tradição do neomarxismo na sociologia ambiental, representada por Schnaiberg e Gould (1994), já havia discutido anteriormente os interesses comuns de trabalhadores e ambientalistas na superação do industrialismo. Mesmo a conceitualização metafórica do produtivismo capitalista – *megamachine* em Shantz, *linha de produção* em Schnaiberg – representaria um ponto de contato no campo mais amplo da crítica ecológica anticapitalista. Embora o foco de Shantz recaia sobre os métodos de luta específicos do sindicalismo verde, enquanto Schnaiberg dedica maior atenção ao incontornável *trade-off* entre preservação ecológica e bem-estar material, ambos convergiriam em afirmar que a emergência de um modelo econômico não predatório dependeria da descentralização democrática do poder decisório, de modo que os trabalhadores deslocariam proprietários e *managers* de suas posições de controle para orientar a produção segundo critérios ambientais alternativos à autorreprodução expansionista do capital.

O aspecto de originalidade presente na obra de Shantz consiste em fornecer referências para a fundamentação de um programa de pesquisas que investigue a formação histórica da *consciência de classe ambiental* em setores do operariado. É claro que essa formação não se apresenta como um processo inelutável, mas como uma tendência plausível em vistas da escalada dos processos de degradação ambiental e do fato de que os trabalhadores, especialmente aqueles dos países em desenvolvimento, permanecerão entre os grupos mais afetados pelos desequilíbrios ecológicos. Não obstante o estudo de caso sobre a luta de trabalhadores e ambientalistas no Norte da Califórnia pela preservação das sequoias seja um fenômeno circunscrito, o exemplo analisado por Shantz demonstrou como o engajamento dos sindicatos em conflitos ambientais deve ser investigado a partir da análise concreta das múltiplas determinações que constituem a experiência histórica do operariado.

Tendo em conta a importância crescente dos problemas ecológicos na “modernidade avançada”, Shantz abre caminho para um programa de pesquisas empíricas na fronteira entre as contribuições da sociologia do trabalho e da sociologia ambiental capaz de delinear a formação de uma consciência de classe ambiental no interior do proletariado em contraposição à forma pela qual os discursos sobre desenvolvimento sustentável são enunciados a partir do mundo corporativo empresarial. Mesmo que a obra de Shantz não tenha sido formulada exatamente nesses termos, *Green Syndicalism* poderia também ser lida como uma reatualização ecológica das obras de E. P. Thompson (1966; 1998). Em linhas gerais, trata-se de observar como os diversos processos de poluição e depredação ambiental, acentuados pelo modo de produção capitalista, repercutem sobre a consciência dos trabalhadores nas situações concretas por eles vivenciadas, redefinindo seu imaginário e sua práxis a partir das múltiplas determinações concretas que configuram suas experiências e aspirações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOOKCHIN, Murray. *Toward an Ecological Society*. Montreal: Black Rose Books, 1980.
- . *Post-Scarcity Anarchism*. Montreal: Black Rose Books, 1986.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy*. Londres: Verso, 1985.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- SCHNAIBERG, Allan; GOULD, Kenneth Alan. *Environment and Society: The Enduring Conflict*. New York: St. Martin's Press, 1994.
- SCHNAIBERG, Allan. *The Environment: From Surplus to Scarcity*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1980.
- SHANTZ, Jeff. *Green Syndicalism: An Alternative Red/Green Vision*. Nova Iorque: Syracuse University Press, 2012.
- . “Beyond Productivism: Syndicalism and Ecology.” *Anarcho-Syndicalist Review*, n. 25, p. 20-23, 1999.
- THOMPSON, Edward Palmer. *The Making of the English Working Class*. New York: Vantage Books, 1966.
- . *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Repensando as relações raciais no Brasil: o estatuto da igualdade racial e as suas implicações na luta antirracista

Joyce Amâncio de Aquino Alves^a

OLIVEIRA, Sidney de Paula. *O Estatuto da Igualdade Racial*. São Paulo: Selo Negro, 2013.

A obra de Sidney de Paula Oliveira trata de um tema bastante relevante, qual seja, o Estatuto da Igualdade Racial e suas implicações na sociedade brasileira. Ao tratar dessa temática, o autor apresenta a peculiaridade do racismo brasileiro, comumente representado como um racismo cordial. Um dos responsáveis pela imagem de paraíso racial e cordialidade entre as raças é Gilberto Freyre, cuja obra *Casa Grande & Senzala* é apontada por muitos estudiosos como uma das referências do Mito da Democracia Racial, falácia que permeia as análises das relações raciais no Brasil em seu processo de formação.

O autor do livro é especialista em Direito, com vasta experiência nas áreas de Direitos Humanos, Cidadania e Relações Raciais. Em *O Estatuto da Igualdade Racial*, dedica-se a um conteúdo de legislação composto pelas principais leis sobre as relações raciais no Brasil até a criação da Constituição em 1988, incluindo também aí o Estatuto da Igualdade Racial. De forma bastante didática e acessível, valendo-se de um vocabulário e de uma linguagem que permitem uma boa compreensão do debate, o livro, que corresponde ao sétimo volume da “Coleção Consciência em Debate”, da Selo Negro Edições, trata da temática racial no Brasil em suas dimensões teóricas e práticas, tendo em vista que as raízes do Mito da Democracia Racial dificultam o exame da situação desigual que envolve as condições de vida entre brancos e negros, deixando de lado o fenômeno do racismo.

O livro abrange o período inaugurado pelo reconhecimento, pela unanimidade do Supremo Tribunal Federal (STF), da constitucionalidade das ações afirmativas, enfatizando principalmente as cotas para negros na Educação. Sidney de Paula Oliveira destaca a importância de acompanharmos a história da questão racial no Brasil, analisando como foram tomadas algumas ações políticas relativas à questão do racismo, e que se desdobraram em leis específicas para o tratamento dessa questão. O livro se propõe a realizar, de uma forma geral, alguns apontamentos

^a Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Núcleo de Pesquisa de Relações Raciais Frantz Fanon (NUPERR/UFPE).

críticos acerca do Estatuto da Igualdade Racial (lei n. 12.288/2010) e, além disso, das discrepâncias entre o projeto de lei original e o texto legal aprovado durante o governo Lula.

Para tanto, o autor parte da análise do projeto de lei n. 213/2003, proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e que, em sua visão, estava não só calcado em ideais humanitários como também atendia muitas das demandas dos movimentos sociais negros. Isto posto, o autor lança o seguinte questionamento: a sanção da lei representou concretamente uma conquista ou apenas esvaziou uma perspectiva simbólica? O objetivo da discussão desenvolvida no livro é o de compreender as implicações principais da lei, no intuito de estimular a reflexão sobre as relações raciais.

O autor organiza o conteúdo da obra em sete capítulos, detalhando com precisão como os políticos envolvidos participaram dos processos de elaboração, discussão e sanção da lei. No primeiro capítulo, trata da expectativa dos movimentos sociais negros em torno da questão e aborda de forma breve a legislação que engloba as relações raciais no país. Aponta cronologicamente as principais leis antirracistas promulgadas a partir da independência do Brasil em 1822 e, em seguida, as leis Euzébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e a decisiva Lei Áurea, que encerraria o processo de escravidão, ao menos formalmente. Neste capítulo, destaca também o contexto da Proclamação da República, da promulgação do Código Penal e da Lei Afonso Arinos de 1988, assinalando como, a partir da Constituição Federal, os movimentos sociais negros passaram a se articular visando à proposição e aprovação de leis que atendessem suas expectativas, em um contexto pós-ditadura marcado pela ampliação dos espaços de exercício da cidadania (e das pressões daí decorrentes) e de gozo de direitos.

Em seguida, no capítulo dois, o autor enfoca alguns dispositivos introdutórios da Constituição Federal sob o ponto de vista formal, tendo em vista que até então o racismo era considerado uma mera contravenção penal sem consequências legais para quem o praticasse. O racismo se tornou um crime inafiançável e imprescritível apenas com a promulgação da Constituição, o que trouxe grandes mudanças para a sociedade brasileira e para o trato das relações raciais.

Ao longo do terceiro capítulo o autor analisa as diferenças existentes entre o projeto de lei e a lei sancionada. Trata-se de um capítulo bastante bem elaborado, no qual argumenta-se que o ideal presente no projeto ficou distante da realidade sancionada em lei, como sinalizam as mudanças nos termos empregados e nas medidas propostas, as quais redundaram em um texto que parecia não reconhecer a condição de profunda desigualdade a ser vencida. Segundo a análise, um dos

dispositivos mais emblemáticos, e que não foi considerado no texto do projeto da lei, se refere a eventuais reparações e compensações, pois o projeto previa tanto medidas reparatórias quanto compensatórias, que incluíssem políticas públicas pontuais e direcionadas aos negros. Todavia, no texto da lei, os termos “reparação” e “compensação” não foram contemplados, restando apenas o termo “inclusão”.

Merece comentário também o fato de que o texto do projeto de lei indicava a “valorização da diversidade racial”, enquanto o texto da lei contemplou a frase “valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira”. A lei desprezou a expressão “valorização da diversidade racial”, que não deixa de ser genérica, preferindo “igualdade étnica”. Mas, quando propõe o fortalecimento da identidade nacional brasileira, corrobora a existência da tão falaciosa democracia racial (OLIVEIRA, 2013, p. 53).

Sobre a identidade nacional brasileira, abandonar a frase referente à “diversidade racial” tinha como objetivo consolidar a noção de identidade, não contemplando a questão racial, uma vez que o discurso da identidade nacional coaduna-se com a falácia da Democracia Racial, da unidade das três raças (negra, branca e indígena), tão significativa para a explicação da identidade e do racismo no Brasil, como bem examinado por Roberto Da Matta. Em outras palavras, a ideia de igualdade étnica não problematiza de forma direta a questão racial, e a sua adoção, segundo o autor do livro, acabou por “desracializar” o texto final do projeto.

No quarto capítulo, o autor realça alguns pontos relevantes do projeto de lei, enfatizando que tanto o texto do projeto quanto o da lei sancionada não trazem dispositivos e princípios de força coercitiva e vinculativa, mas apenas diretrizes genéricas e que também são comuns em textos legais que falam em “*promover, incentivar, estimular, contribuir*”, etc, mas que não são tão eficazes para a implementação de políticas públicas.

Nos capítulos cinco, seis e sete, o autor aponta algumas saídas para os impasses colocados pela lei, analisa o papel desempenhado pelo relator do projeto de lei e, por último, apresenta alguns dos segmentos sociais favoráveis e contrários ao projeto de lei sancionada. Por fim, propõe ressaltar, inclusive como uma oportunidade histórica para a militância antirracista, a questão das ações afirmativas, em especial a modalidade das políticas de cotas para a promoção da igualdade. Sidney de Paula ressalta que, embora tenha sido alterado em seus pontos mais relevantes, o projeto de lei do Estatuto da Igualdade Racial era o máximo que se poderia obter naquele momento:

Para o autor, havia a intenção de “desracializar” o texto final, com a notória substituição do termo “raça” pelo termo “etnia”. Outro ponto refere-se ao fato de que, embora o projeto mencionasse “imediatas iniciativas”, o texto da lei sancionada ignorou a urgência das decisões a serem tomadas. O autor oferece várias ilustrações de como a problemática racial brasileira foi mascarada e mitigada, como por exemplo com a substituição da expressão “desigualdades raciais” por “desigualdades sociais”.

É necessário atentar para o fato de que não apenas alguns termos foram alterados, mas também que o quesito cor/raça foi retirado do projeto nas análises de saúde e educação. Na saúde, se houvesse a coleta de dados quanto à cor e à raça, seria possível desenvolver políticas públicas voltadas para esse segmento da população, principalmente quando se trata de patologias que acometem esse segmento com maior incidência. Basta ver que o proponente do projeto de lei se preocupou com os casos de doenças que prevalecem na população afro-brasileira, como a anemia falciforme. Na educação, o quesito cor/raça constava no projeto como “diferenças raciais” e foi sancionado como “diferenças étnicas”.

Em outros termos, a obra investiga os pressupostos da Democracia Racial presentes na lei, cujo principal indício é uma linguagem “amenizada”, e que implicou na redução do impacto que o Estatuto da Igualdade Racial poderia ter produzido. São realçados cinco pontos nucleares no livro, que seguem abaixo (não necessariamente em hierarquia de importância):

1. Percentual mínimo para negros nas universidades, na televisão e nos partidos políticos;
2. Programas que assegurem vagas para negros em instituições federais de nível médio e superior;
3. Incentivos fiscais às empresas que contratarem negros;
4. Definição dos quilombos remanescentes;
5. Exigência de que o Sistema Único de Saúde (SUS) identifique pacientes pela raça.

Acompanhando as análises empreendidas pelo autor, que apontam para a substituição dos termos e a generalização de algumas definições importantes, percebe-se como houve uma negociação da linguagem e das ações a serem pensadas sobre a temática racial, para que se avançasse no combate à discriminação. Em *O Estatuto da Igualdade Racial*, fica evidente como ainda é difícil legitimar a luta antirracista e as necessidades de um segmento da população que é alvo de um

racismo não declarado e pouco debatido. Todavia, analisando de forma qualificada o processo político envolvido e o contexto político e social no qual se deu a criação do Estatuto, o autor identifica as dificuldades que se impõem à concretização das ações afirmativas, com discussões como a de miscigenação da população e de paraíso racial.

O argumento central do livro consiste em mostrar como os esforços contidos no projeto original de lei foram descaracterizados e minimizados pela forma como a lei foi sancionada. Tendo isso em vista, o autor está interessado em destacar a necessidade de se repensar as relações raciais no Brasil, sobretudo quando se compreende a dinâmica dos segmentos sociais contra e a favor do Estatuto – dos quais participam intelectuais, políticos e militantes –, concluindo assim que não houve a conquista tão esperada.

Não obstante, as considerações do autor acerca das discrepâncias entre o projeto de lei e a lei sancionada são categóricas e precisam ser refletidas e problematizadas para melhor compreendermos as relações raciais no Brasil. A compreensão que prevalece entre aqueles que sancionaram a lei é a de que vivemos ainda nos moldes da Democracia Racial e de que, portanto, deve-se encampar o projeto político de não nos projetarmos como um país racista. Porém, as estratégias de luta travadas pelos militantes dos movimentos negros estão direcionadas diretamente para essa ambiguidade, na medida em que buscam uma conscientização sobre racismo e discriminação e uma reivindicação pela igualdade, explorando novas interpretações acerca da instauração da Democracia Racial.

[...] o fato é que o movimento negro fez da denúncia do mito da democracia racial seu mote mobilizador central durante todo o período das décadas de 1970 a 90. Essa centralidade renderá frutos e reações, seja por meio de políticas públicas e legislação, seja por meio de novas teorias acadêmicas sobre a “democracia racial”. (GUIMARÃES, 2001, p. 159).

O mito da Democracia Racial, portanto, ainda faz parte do trabalho de desconstrução dos militantes antirracistas e dos estudiosos das relações raciais, lado a lado com novas teorias acadêmicas críticas do pensamento social e político que pretende retratar o Brasil como o país do sucesso da miscigenação e da confraternização entre as raças. O autor revela como simplesmente “apontar caminhos” está muito aquém do propósito de superação das desigualdades raciais.

A leitura do livro permite observar a existência de alguns entraves políticos e jurídicos colocados durante a formulação e a implementação do Estatuto da

Igualdade Racial, que enquanto projeto tinha um grande potencial, mas que foi modificado e descaracterizado em sua versão final. Porém, tais alterações não passaram despercebidas, sobretudo entre aqueles setores da sociedade que, como os movimentos sociais negros, lutam, com a sua militância, para “descortinar” o racismo e alcançar as transformações necessárias para a concretização da igualdade racial na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DA MATTA, Roberto. “Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”. In: Roberto Da Matta. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1983.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 41ª edição, Rio de Janeiro, Record, 2000.

GUIMARÃES, Antônio S. “Nacionalidade e Novas Identidades Raciais no Brasil: Uma Hipótese de Trabalho”. In: Jessé Souza (Org.) *Democracia Hoje*. Brasília: Editora UnB, 2001.

OLIVEIRA, Sidney de Paula. *O Estatuto da Igualdade Racial*. São Paulo: Selo Negro, 2013.

Aspectos aculturativos da festa do Divino Espírito Santo no Brasil¹

Emílio Willems

Tradução de Elio Roberto Pinto Santiago Filho^a

1

Reconhece-se que a maior parte das culturas brasileiras locais representam um quadro em que elementos portugueses, africanos e indígenas são combinados de forma variável de uma área para outra. Algumas áreas parecem não ter sofrido a influência africana, em outras os traços indígenas são pouco visíveis, embora as fortes migrações internas tenham aglutinado pessoas vindas de áreas onde, antigamente, as características africanas ou indígenas poderiam ser claramente distinguidas. Apesar de toda a contribuição das culturas autóctones e negras, suspeita-se que em todos os lugares a influência cultural predominante tenha suas raízes históricas em Portugal.

Enquanto os elementos indígenas e africanos tem sido amplamente estudados por etnógrafos, as tradições portuguesas que constituem o peso da cultura brasileira contemporânea, tanto rural quanto urbana, tem atraído apenas a atenção de historiadores e folcloristas. Nenhum esforço tem sido realizado de antemão para dar uma descrição detalhada desses elementos, ou para analisar as mudanças que eles têm sofrido e a maneira pela qual eles têm sido integrados em novos complexos culturais.

Em cada aspecto da cultura brasileira moderna existem elementos importantes que devem ser rastreados em suas origens portuguesas. Alguns padrões familiares ou de organização comunitária, por exemplo, têm desaparecido em Portugal, mostrando-se necessário, prontamente, um plano de investigação histórica para descobrir as raízes ocultas de certos elementos culturais. Entre eles estão os festivais que atualmente são celebrados em todo o Brasil rural, sendo a Festa do Divino Espírito Santo uma das mais conspícuas.

Realizou-se, no presente artigo, um breve esforço descritivo deste festival, que evidencia suas origens portuguesas e as mudanças ocorridas em sua função

1 Traduzido do original: WILLEMS, Emílio. Acculturative aspects of the feast of the Holy Gost in Brazil. *American Anthropologist*, v. 51, p. 400-408, 1949.

a Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

e em sua estrutura no Brasil. Os dados que constituem grande parte desse estudo foram colhidos em Cunha, um município do Estado de São Paulo.

2

Cunha situa-se na porção nordeste deste Estado, em um planalto montanhoso que foi sitiado no século XVIII pelos portugueses advindos da região costeira próxima. O município cobre uma área de 1.000 Km², sendo habitado aproximadamente por 27.000 pessoas, quase todos agricultores, criadores de gado e trabalhadores do campo. A cidade de Cunha foi fundada em 1729 e agora tem em torno de 1.500 habitantes, que são, em sua maior parte, comerciantes ou agricultores. Cerca de um terço da população é composta por negros e mulatos, apenas um pequeno número de habitantes mostram distintos traços indígenas².

A população de Cunha por muito tempo tem preservado formas culturais que desapareceram nas áreas mais urbanizadas e industrializadas do Estado, mas podem ser encontradas em muitas regiões rurais de São Paulo e em outros estados. A Festa do Divino Espírito Santo é o mais elaborado dentre os festivais locais e, de um ponto de vista funcional, é de longe mais importante do que qualquer outra celebração religiosa. As fases principais do festival serão brevemente descritas a seguir.

Entre aqueles que desejam organizar a celebração, um homem, normalmente um destacado agricultor, é escolhido para cuidar dos aspectos econômicos. No último dia da festa ele é coroado “imperador” do Divino Espírito Santo e solenemente investido em seu ofício. Sua primeira tarefa é escolher os membros do grupo de homens, chamado de folia do divino que, sob sua direção ou do seu filho, sai em procissão por todo o município para recolher presentes das pessoas. O grupo inicia suas atividades após as primeiras chuvas de setembro ou outubro e, como todos os municípios são visitados, esse processo dura em torno de oito ou nove meses, interrompido apenas para curtos períodos de descanso.

A folia é composta por um porta-estandarte que carrega a bandeira do Divino Espírito Santo, cinco músicos que tocam violões, um que toca tambor e outro um triângulo, além de um cargueiro ou “guia” que tem como tarefa principal providenciar alojamento para o grupo. As atividades são extremamente ritualizadas. Chegando nas fazendas eles pedem presentes, tocando e cantando versos direcionados ao agricultor e sua família. Os presentes em si não são dados na hora, mas

2 Para mais informações, ver: Willems (1948).

prometidos. Normalmente consistem em milho, feijão, porcos, galinhas e bezerros. Anotam-se os presentes em um caderno e logo após a folia canta uma música de ação de graças, cujo texto leva em conta o sexo e a idade do doador.

No fim da tarde, a folia chega à fazenda onde foram feitos os preparativos para o alojamento. Nesta, as cerimônias são mais elaboradas e um pedido de repouso – um requerimento formal por acomodação – é cantado junto com outras canções. Durante essa cerimônia o agricultor segura a bandeira do Divino Espírito Santo, a qual permanece durante a noite em sua casa. Tal detalhe é muito importante, pois acredita-se que esse símbolo sagrado traz bençãos para sua família, para o campo e para os animais. Em cada município vários agricultores competem pela honra de segurar a bandeira do Divino Espírito Santo em seus lares. Quem consegue a concessão desse privilégio oferece um elaborado banquete para os convidados que desejam participar dos aspectos seculares e sagrados da celebração. Isso não é um dado menor, haja vista que esporadicamente cerca de cinquenta homens ou mais seguem a folia a cavalo, participam do banquete e dançam após a refeição.

Essas festas estritamente locais podem ser consideradas festivais satélites da principal celebração que conclui todo o ciclo de rituais relacionados à adoração do Divino Espírito Santo.

Os dias em que se celebram os rituais principais nunca coincidem com o Pentecostes, o dia em que a Igreja comemora a descida do Espírito Santo aos apóstolos. Esse feriado oficial ocorre no início do ano, quando é época de colheita e a folia ainda não completou seu ciclo. Mantém-se, ordinariamente, a principal celebração em julho ou até mesmo mais tarde. Ela é precedida pela novena, um ritual de oração de nove dias com entretenimentos seculares. Uma grande casa – a “casa da festa” – é reservada aos “convidados” do Divino Espírito Santo, onde também muitas pessoas da zona rural são alimentadas pelo “imperador” e seus auxiliares. A sala frontal da casa é convertida em um santuário denominado Império do Divino onde os símbolos sagrados do Divino Espírito Santo, a coroa, a bandeira com a pomba e os instrumentos da folia são depositados no altar. Durante o dia as pessoas chegam para adorar o Santo³. Animais presenteados chegam durante os nove dias que precedem o rito principal. Cada presente é recebido com um ou mais foguetes, dependendo do seu valor correspondente. Milho, feijão e farinha são armazenados na casa da festa, enquanto os animais recebidos como presentes são removidos para um recinto especial nos fundos. É extremamente importante

3 Na religião não oficial do Brasil rural, a segunda e a terceira pessoa da Divina Trindade são interpretadas na forma de santos.

que todos os presentes sejam “restituídos” para quem os deu. Muitos objetos como facas, garfos, colheres, pratos, comida e combustível precisam ser comprados pelo festeiro para os primeiros dias de festa. Para tal fim, ele pega emprestado uma grande quantia de dinheiro que mais tarde precisará recuperar, leiloando uma parte dos presentes.

Cada dia da semana que precede o festival é caracterizado por algumas cerimônias que ocorrem apenas uma vez e representam os aspectos secundários de todo o complexo. Neste ínterim, um dia é devotado aos mendigantes locais que são convidados para compartilhar o banquete servido na estação central da cidade. No dia seguinte, o festeiro e seus ajudantes levam comida aos prisioneiros que estão na cadeia. Até recentemente, uma pródiga distribuição de comida ocorria sábado de manhã. Durante os últimos dias da semana, danças estilizadas que simbolizam as lutas entre “Cristãos” e “Mouros” são realizadas por grupos de homens chamados de moçambiqueiros⁴.

Entre as cerimônias comuns estão duas procissões, uma ocorre de manhã cedo e outra, chamada de alvorada, à noite. Ambas são conduzidas pelo festeiro e em seu decorrer a folia toca e canta cânticos sagrados especialmente arranjados para esse propósito. Nessa hora, centenas de pessoas acendem velas em honra ao Divino Espírito Santo. Há também ritos diários na Igreja Católica realizados pelo padre local. Observa-se que o festeiro e a folia, como as pessoas que participam em geral, mostram certo grau de antagonismo em relação ao padre. Em Cunha, como em outros lugares, o padre procura obter o controle de todo o festival e eliminar todos os elementos “pagãos” do mesmo. A Igreja também objetiva lucrar com os presentes dados aos Santos pelas pessoas, o que obviamente está em desacordo no que tange às funções que a organização econômica do festival tem realizado tradicionalmente. De forma curiosa, o padre tem fracassado nos esforços de tentar beneficiar a Igreja e organizar a cerimônia, pois quase ninguém se dispôs a dar presentes que não fossem usados de acordo com as funções institucionalizadas do festival.

O rito atinge seu clímax no domingo. São realizadas grandes cerimônias na Igreja e milhares de pessoas reúnem-se dentro e fora da casa da festa. Os moçambiqueiros realizam suas performances dramáticas que sempre terminam com a derrota dos Mouros. Há também uma tourada caricatural em que dois homens representam um touro e um outro o toureiro. Os aspectos comerciais da festa não se desenvolveram amplamente, ainda que existam alguns vendedores de doces e

4 São também chamados de dançarinos de São Bento.

de objetos manufaturados. As celebrações terminam com a transferência solene dos símbolos sagrados para o novo festeiro.

3

Não há dúvida de que o Festival do Divino Espírito Santo foi trazido pelos colonizadores portugueses. Desde o século XVI a festa era celebrada em todo Portugal. Sua principal característica foi a instituição do chamado *vodos* ou *bodos*: a distribuição de pão e carne ou pão e queijo entre os pobres locais. A origem desse costume não é muito clara, ainda que Ângelo Ribeiro⁵ o ligue ao *panis gradilis* dos romanos. No século XV essa tradição milenar parece ter passado por uma renovação atribuída à rainha Isabel⁶. No século seguinte iniciou-se sua desintegração, e na segunda metade do século XVII “o festival persistiu” somente em uma pequena porção de Portugal, com as características que tinha no século anterior, ou seja, com a cerimônia de coroação do imperador.

Nesse momento, o centro das celebrações parece ter sido a cidade de Leiria:

O Domingo de Pentecostes era o principal dia do festival. Na sexta-feira precedente, havia uma grande tourada na Praça de São Martinho. Lá, sete ou oito búfalos eram comprados para a ocasião e executados pela confraria do Divino Espírito Santo, que distribuía a carne entre os pobres. No domingo, os juizes da confraria e os superintendentes do festival iam à Catedral a fim de buscar a coroa. De lá prosseguiam ao *Rossio* (praça pública) e em seguida ao *Terreiro do Pão e Queijo* que era coberto por ramos e ornamentado com bandeiras. Por fim, acendiam-se velas sobre uma mesa que eram conduzidas até a Igreja do Divino Espírito Santo onde eram distribuídas entre os frades⁷.

Na mesma cidade, outro *vodo* era celebrado no primeiro de maio devido à doação feita pela confraria ao Divino Espírito Santo. Este *vodo* consistia em três distribuições de pão e queijo; uma aos prisioneiros, outra aos mendigos e a terceira aos pobres.

Outra tradição que está conectada com o Festival do Divino Espírito Santo tem sua origem em Açores. Nessas ilhas, curiosamente, ainda permanecem os *impérios do divino*, pequenas capelas onde as coroas de prata do Divino Espírito Santo são

5 Ver: Ribeiro (1932, p. 473).

6 Ver: Fazenda (1920, p. 366).

7 Ribeiro, loc. cit.

guardadas. Em algumas localidades, especialmente em zonas rurais, os *mordomos*, homens que contribuem com dinheiro para a festa, ainda são coroados com esse símbolo sagrado. Sem dúvida, esse costume foi introduzido no momento em que essas ilhas foram colonizadas pelos portugueses. Ainda em Açores, ressalta-se outro fator relacionado à folia do Divino Espírito Santo:

Em Ponta Delgada o ano infeliz de 1673 foi tão cheio de desgraças e epidemias que os vivos ficaram extremamente ocupados em enterrar os mortos. Todas essas calamidades cessaram quando os aturdidos habitantes recorreram à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade e, de repente, como um milagre, o infortúnio terminou quando os tambores da folia do Divino Espírito Santo foram ouvidos na rua e o seu som conduziu as doenças para fora de modo que nenhuma pessoa se sentia doente; boa parte das pessoas que já estavam enfermas ou até mesmo morrendo recuperaram-se de seus males. Comemorando esse milagre, a festa chamada de *da Pombinha* tem sido celebrada todo ano em São Roque, na segunda-feira de Páscoa⁸.

Atualmente, em Portugal, o Festival do Divino Espírito Santo é encontrado em poucos distritos rurais, como pontuou Jaime Lopes Dias⁹. Ainda permanece uma folia composta por um porta-bandeira, um “rei”, um pajem que carrega a coroa, dois mordomos e seis fidalgos que tocam os instrumentos musicais. Afigura-se que tal folia executa a função de proteger as pessoas e os campos das pragas e doenças¹⁰.

4

Os fatos expostos indicam de antemão que um determinado número de características, a princípio separadas, têm sido integradas em novo complexo cultural cujos elementos estão centrados em torno do festival do Divino Espírito Santo na forma como ele é celebrado no Brasil.

Na medida em que nos importa a retenção ou perda desses elementos, percebe-se que muitas variações têm sido observadas no Brasil. As declarações seguintes referem-se apenas à região de Cunha, que é – ao menos em certos aspectos – diferente dos municípios adjacentes.

⁸ Fazenda, *op.cit.*, p. 368.

⁹ N.T. Folclorista português.

¹⁰ Ver: Lopes (1944, pp. 86-87).

Os elementos originais que foram trazidos pelos primeiros colonos portugueses e que até o presente momento são encontrados em Cunha, embora talvez de forma um pouco diferente, podem ser listados do seguinte modo:

- 1 - *Vodos*: A distribuição de pão, carne e queijo aos pobres, em referência ao Pentecoste, transformou-se em uma distribuição de comida às pessoas que participam das refeições gratuitas. Essas refeições não são realizadas somente no domingo, mas também durante toda a semana anterior. Entretanto, a distribuição gratuita de carne tem sido preservada até recentemente, embora ela não seja limitada aos pobres. Há ainda uma distribuição separada de comida aos mendigos e prisioneiros, que parece ter sua origem no *vodo* que em Leiria vimos ser celebrado no primeiro de maio. Sua transferência ao festival do Divino Espírito Santo pode ser explicada pelo fato de que a distribuição, antigamente, era realizada pela Confraria do Divino Espírito Santo.
- 2 - *Folia*: Os músicos e o porta-bandeira que já havia em Portugal permanecem, mas o rei e o pajem têm desaparecido, além do número de participantes ser menor. Os instrumentos musicais usados pelos tocadores e as canções entoadas são muito parecidos com os que eram encontrados antigamente. A folia continua coletando presentes, mas sua função protetora tem passado por uma mudança significativa, como será visto mais adiante.
- 3 - *Imperador*: Como em Portugal, o imperador continua sendo coroado, mas em Cunha o seu papel é outro. Em Portugal, os imperadores normalmente contribuíam com dinheiro para o festival e em ocasiões singulares poderiam existir muitos deles. Em Cunha, nunca há mais do que um imperador, que é considerado o principal organizador da celebração; espera-se que o mesmo forneça dinheiro ou presentes. A Confraria do Divino Espírito Santo deixou de participar da organização do festival.
- 4 - *Touradas*: A tradicional tourada transformou-se em um espetáculo enenado.
- 5 - *Símbolos materiais*: Com exceção da varinha do rei, todos os símbolos têm sido preservados. O símbolo principal é a bandeira, que ergue uma representação pictórica do Divino Espírito Santo na forma de uma pomba. Em Cunha, a coroa é muito sagrada para ser exibida pela folia. Após a coroação, o principal personagem do rito a deixa em casa em um oratório. Durante a celebração, a coroa fica exposta em uma grande câmara chamada império do divino.

Observa-se que as mudanças mais significativas dessa cerimônia ocorridas em Cunha (como em quase todo o Brasil) relacionam-se com a distribuição de comida para as pessoas. Em Portugal, apenas pão, queijo e carne eram distribuídos entre os pobres da comunidade. Em Cunha, muitos tipos de comida e bebida são distribuídos entre aqueles que desejam participar das festividades públicas realizadas em cada dia da semana. Milhares de pessoas são alimentadas dessa maneira. Os presentes recolhidos pela folia são, pois, consumidos pelas pessoas, com exceção daqueles que são necessários para cobrir as despesas da folia, como o custo das cerimônias realizadas pelo padre local e a atuação das bandas locais.

Outra mudança que importa mencionar diz respeito a alguns aspectos ecológicos do rito. Ao passo que em Portugal o tipo predominante de fixação territorial é o aldeamento, no Brasil prevalessem os assentamentos isolados. A população vive dispersa ao longo de grandes áreas, enquanto o Portugal rural pode ser caracterizado por curtas distâncias e grande densidade populacional. É óbvio que esta diferença levou a uma descentralização da festa do Divino Espírito Santo, de tal modo que agora é precedida por um grande número de festas satélites. A área coberta pelas atividades da folia é tão ampla que as cerimônias podem ser chamadas de regionais em vez de locais.

5

A análise das mudanças pelas quais o festival tem passado nos conduz aos seus aspectos funcionais. Entre as muitas funções que o trabalho de campo elucidou, ressalta-se uma de cunho religioso. O principal mecanismo propiciatório acionado pela população rural do Brasil é a promessa a um santo. Prometem-se serviços ou bens aos santos na condição de receber saúde ou de evitar doenças, de melhorar a plantação e o gado, ou de evitar pragas. Uma vez que o Divino Espírito Santo é um santo poderoso, espera-se que as promessas feitas a ele produzam bons resultados. Dessa forma, a participação das pessoas no principal festival feito em honra ao Divino Espírito Santo pode ser interpretado em termos de promessa. Geralmente, o festeiro e seus ajudantes ficam ocupados em função das promessas. As pessoas oferecem presentes porque, muito antes da folia chegar em suas casas, elas fazem promessas para que essa visita se realize. As festas satélites são sempre consequências das promessas que alguns agricultores realizam meses antes com o objetivo de obter favores dos santos. Em outras palavras, não há uma *performance* pública ou privada, relacionada ao festival, que não possa ser explicada em termos de promessa. Embora a folia em si não reze pela proteção dos homens, animais

ou plantas, sua presença faz com que o cumprimento das promessas seja possível, uma vez que resulta, portanto, na proteção contra calamidades, afigurando-se da mesma maneira que ocorria em Portugal. Ademais, alguns benefícios mágicos são antecipados com a presença da bandeira sagrada na residência.

Durante os seis meses que antecedem a cerimônia observada no curso do trabalho de campo aqui relatado, a festa não havia sido celebrada, devido ao conflito já citado entre a Igreja e a população de Cunha. Destarte, acumulou-se um grande número de promessas que não puderam ser cumpridas. O equilíbrio entre as pessoas e o Santo havia sido destruído; safras ruins e epidemias que assolaram a região foram atribuídas a essa infeliz circunstância. Esses fatos mostram que a dimensão do controle sobre os poderes sobrenaturais depende da celebração do festival e do papel marcante que ele expressa na vida da população rural.

Uma segunda função que a Festa do Divino Espírito Santo realiza é claramente social. A folia é um elemento que liga famílias amplamente dispersas e pequenos grupos vizinhos. A visita da folia os faz lembrar que pertencem a uma grande comunidade. Aproximadamente cem ou mais pessoas se reúnem nas festas satélites onde oportunamente os valores tradicionais e a cultura comum são reforçados. O maior festival, um evento que dura nove dias, exerce um grande força centrípeta sobre milhares de pessoas, oferecendo a elas uma oportunidade única para unir os objetivos sagrados e seculares. É difícil ver outro dispositivo cujos efeitos integradores possam ser comparados com os que foram aqui mencionados.

Outra função, claramente social em seus fins, é observada nos aspectos econômicos do festival. As funções de caridade do *vodos* português ampliou-se em uma pródiga distribuição de comida para as pessoas em geral. Este fato também pode ser interpretado como uma *redistribuição* de bens, desde que os consumidores não sejam idênticos aos donos. Os participantes das refeições públicas são membros das classes rurais menos privilegiadas, que raramente são capazes de contribuir com presentes dados, em sua maioria, pelas classes médias e superiores do meio rural. A redistribuição de bens ocorre com a intenção de diminuir o antagonismo entre as classes sociais e para manter o consenso tradicional, ameaçado pelas diferenças econômicas que estão crescendo continuamente desde o rompimento da barreira, há vinte anos. Compreensivelmente, as próprias pessoas não são conscientes dessa função, apesar de enfatizarem o fato de que “tudo aquilo que se tem dado, precisa retornar”.

A importância dessa função se expressa no valor econômico dos presentes, que alcançou 100.000 cruzeiros (cerca de 5.000 dólares) em 1945. O resultado dessa

soma pode ser devidamente avaliado quando comparado ao município de Cunha, que totalizou no mesmo ano um orçamento de 140.000 cruzeiros.

Sob essas circunstâncias, o desaparecimento da tradicional distribuição de alimentos ressurgiu sob nova luz. A forte crítica infligida aos organizadores do festival, de que eles eram incapazes de manter esse elemento tradicional, reflete o fato de que as pessoas estavam sutilmente conscientes do princípio de desorganização da celebração. O ritual distributivo de comida entre os mendigos e prisioneiros pode, por outro lado, ser interpretado como um reconhecimento formal de que essas pessoas não deixaram de ser consideradas como membros da comunidade. Claro que em uma cultura como a de Cunha, onde formas de divertimento são raras, os festivais públicos exercem a função de compensar os encargos sociais que a sociedade estabelece. Assim, o maior festival do ciclo anual precisa ser compreendido como o principal mecanismo da euforia social, que parece ser necessária para manter uma vida comunitária psicologicamente bem equilibrada.

BIBLIOGRAFIA

FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, tomo 88, 1920.

LOPES, Jaime Dias. *Etnografia da Beira: lendas, costumes e superstições*. Lisboa: Ferin editora, 1944.

RIBEIRO, Angelo. Assistência e cultura (1557-1640). In: Peres, Damião; Cerdeira, Eleutério Vieira (Eds), *História de Portugal*. Portugal: Portucalense editora, 1932.

WILLEMS, Emílio. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, 1948.